



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 207

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 2021

ANO X



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA Capa

SUP. DE RECURSOS HUMANOS 3549

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO 3550

TAQUIGRAFIA

9ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PASSAPORTE SANITÁRIO NO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 11.11.2021

INÍCIO: 09h37min

PRESIDENTE: SR. JAIR MONTES
SR. EYDER BRASIL

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jair Montes, após aprovação em plenário realiza esta Audiência Pública para discutir o passaporte sanitário no Estado de Rondônia. Agradecemos desde já a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, no Youtube e pela TV Assembleia canal 7.2.

Neste momento, convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública, o Excelentíssimo Senhor Nélcio Santos, Secretário Adjunto de Estado de Saúde – Sesau; Excelentíssimo Senhor Deputado Jair Montes, proponente desta Audiência

Pública; Excelentíssimo Senhor Deputado Eyder Brasil; Excelentíssimo Senhor Coronel Gilvander Gregório, Diretor da Agência de Vigilância Sanitária do Estado de Rondônia – Agevisa; Magnífico Senhor Professor Dr. José Juliano Cedaro, Vice-Diretor da Universidade Federal de Rondônia; Senhora Dra. Flávia Lenzi, Presidente do Sindicato Médico de Rondônia – Simero; Senhora Daiane Gomes, Presidente do Sindicato dos Policiais Penais e Agentes de Segurança Socioeducativo do Estado de Rondônia – Singeperon; Senhor Wagner Pedraza, Delegado Sindical da Associação dos Servidores da Justiça – Asejus.

Compõem a Mesa de Autoridades, através do nosso dispositivo virtual, a Dra. Deusilene Souza Vieira, Vice-Coordenadora de Ensino, Informação e Comunicação da Fiocruz; Senhor Maurício dos Santos Pereira, advogado, pós-graduado em Ética e Negociação do Trabalho no SUS – Fiocruz; Senhora Emília Gadelha Serra, médica, Mestre pela Universidade Federal de São Paulo – Unifesp; Senhor Dr. Hermes Rodrigues Nery, médico especialista em Bioética pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ; Dra. Giovanna Lara, doutora em Ciência e Tecnologia de Materiais de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear; Senhor Dr. José Hiran da Silva Gallo, médico, doutor em Bioética pela Universidade do Porto, Portugal; e o Deputado Ezequiel Neiva.

Neste momento, sua Excelência, o Deputado Estadual Jair Montes, procederá à abertura desta solenidade.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para discutir o passaporte sanitário no Estado de Rondônia.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Céus de Rondônia. (Letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Doutor José de Mello e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podeis assentar. Neste momento, agradecemos as presenças da Senhora Milena Pietrobon, Presidente do Cosems – Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Rondônia;

MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO
1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA
2º Vice-Presidente: MARCELO CRUZ

1º Secretário: JAIR MONTES
2º Secretário: CIRONE DEIRÓ
3º Secretário: ALEX SILVA
4º Secretário: JHONY PAIXÃO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Departamento Legislativo - Miranilde Rodrigues do N. Robles
Divisão de Publicações e Anais - Eloy Santana Leôncio Almeida

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

do Senhor Carlos Cezar Carvalho Frota, 1º Secretário-Geral do Conselho Estadual de Saúde; Senhor Carlos Alberto Cassimiro, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Candeias do Jamari; Senhor Jansen Fernandes, Diretor da Fiocruz/RO.

Retorno a palavra ao Deputado Jair Montes que conduzirá a presente Audiência Pública.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Desde já eu desejo um bom dia a todos e a todas. Agradeço a presença de todos que estão de maneira presencial nesta Casa de Leis e também às pessoas que estão de maneira remota, que vão participar conosco, pessoas que vão ser palestrantes, que estão outros lugares do Brasil, agradeço de coração. Para que nós possamos contribuir, para que possamos chegar, o Estado de Rondônia chegar naquilo que nós tanto almejamos.

Esta Casa, eu sempre falo para todos, inclusive aqui os deputados, que esta Casa é legitimada pelo povo, e nós temos a obrigação de cumprir a Constituição do nosso País.

Eu quero aqui agradecer a presença do Deputado Eyder Brasil. Muito obrigado pela sua presença, Deputado. Deputado Ezequiel Neiva. Muito obrigado Deputado Ezequiel Neiva. E o Deputado Ribamar Araújo também que estava conosco e também os demais deputados que se encontram de maneira remota.

Agradecer também a oportunidade do nosso irmão e amigo Deputado Alex Redano, que também nos confiou para que nós possamos, nesta manhã, juntamente com vocês, nós possamos falar sobre o passaporte sanitário.

Nós temos hoje no Estado de Rondônia, aqui nós temos a presença do Secretário de Saúde, da Agevisa e muitos outros convidados e nós temos hoje, em especial no nosso Estado, vamos nos ater ao Estado de Rondônia.

Deputado Eyder Brasil, o nosso Estado de Rondônia hoje, cada instituição está fazendo algo diferente. Cada instituição está tomando atitudes diferentes. Uns proíbem, outros não proíbem. Então assim, a lei, a Casa de Leis é a Assembleia, então quem tem que reger o que vai ser ou não ser, vai passar por aqui. E depois, se alguém quiser questionar, tem os meios para tal: ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) e outros meios mais, mas quem faz as leis, quem aprova é esta Casa e ninguém vai abrir mão disso, jamais. É por isso que neste momento nós vamos ouvir os especialistas, ouvir pessoas, para que nós possamos daqui, juntamente com a lei que já foi apresentada pelo nobre Deputado Eyder Brasil, nós possamos apresentar uma lei que seja satisfatória para atender as partes que são a favor e as partes que são contra o passaporte sanitário.

Neste momento, eu vou convidar o Senhor Doutor José Hiran da Silva Gallo. Está virtual? Está virtual. Nós temos muitos palestrantes. Para que nós não possamos fazer uma Audiência também muito cansativa e muito longa, porque a gente quer aqui ser produtivo neste momento, proativos também, então nós vamos dar 10 minutos e se precisar de um pouquinho mais de tempo, a gente estende um pouquinho mais de tempo. Mas o importante aqui é a objetividade, buscar objetivo. Não adianta a gente ficar discutindo, discutindo e não chegar a lugar nenhum. Então, nós precisamos chegar aqui a um denominador para que nós possamos chegar ao nosso grande objetivo.

Com a palavra então, pelo prazo de 10 minutos, se precisar nós estendemos um pouco mais, ao Doutor José Hiran da Silva Gallo.

O SR. JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO (*Por videoconferência*) – Bom, inicialmente quero cumprimentar a Mesa na pessoa do ilustre Deputado Jair Montes. Ao Deputado Eyder Brasil, meu querido amigo Deputado Ribamar Araújo, ao qual eu tenho uma grande admiração como um dos grandes políticos do nosso Estado.

Antes de iniciar a minha fala eu quero dizer a vocês que sou rondoniense nato. Eu lamento não poder estar presente aí, porque eu tinha outros compromissos já agendados aqui em Brasília. Mas não poderia deixar, me furtar em participar dessa brilhante ideia do nosso Deputado Jair Montes. Não há nada mais libertador do que a ética, do que a justiça e a verdade. Portanto, eu irei dar a opinião, a visão do Conselho Federal de Medicina – CFM, em relação ao passaporte da vacinação.

O País, Estados ou municípios devem distribuir certificados de vacinação para liberar acesso dos cidadãos a eventos ou locais de comércio? Interrogo: o chamado passaporte da vacinação está hoje no centro dos debates, que além das técnicas, envolve questões éticas e bioéticas. Sabe-se que essa prática tem sido adotada em diferentes países. Inclusive já houve situações semelhantes quando os países passaram a limitar o acesso em seus territórios a viajantes que possuíam a Certificação Internacional de Vacinação Contra Febre Amarela — faço ênfase nisso. No entanto, entende-se, que no caso da Covid-19, a adoção de estratégia semelhante não é adequada. Por isso, quero convidar os senhores e as senhoras a analisarem o tema sob diferentes aspectos.

Para início de minha conversa, minha fala, é preciso entender a motivação da proposta. Jamais poderemos levar motivações políticas, e, sim, em defesa de nossa sociedade. Os defensores deste documento afirmam que o passaporte da vacina é uma medida que estimulará a população a obter imunização contra a Covid-19. Infelizmente, precisamos admitir — embora o Estado demonstre a eficácia da vacinação —, ainda há pessoas contrárias ao uso da vacina pelos motivos mais variáveis. Contudo, contra esse argumento há inúmeros outros que ressaltam o limite dessa tese, implementação com o passaporte da vacina contra a Covid no Brasil. A seguir vamos enumerar alguns deles:

Em primeiro lugar, deve ser reconhecida a eficácia das vacinas disponíveis, até o momento, não é suficiente para garantir que o vacinado não se infectará com o coronavírus uma outra vez, e nem que não transmitirá o vírus. Ainda não se sabe por quanto tempo o vacinado estará protegido. E nem se precisará de reforço da dose em um período de tempo, após completar o esquema vacinal inicial. Ou seja, à luz dos conhecimentos atuais sobre a dinâmica da transmissão viral e eficácia das vacinas disponíveis, ainda é cedo para se falar em passaporte vacinal.

Lembremos que o coronavírus sofre contínuas alterações, gerando novas cepas. Os próximos anos ainda será uma constante preocupação mundial até que tenhamos melhores informações de combate eficaz à Covid-19.

Diante disso, os passaportes seriam efêmeros e exigiriam atualização constante de uma logística que absorveria um

volume importante de recurso e de esforço técnico que devem estar envolvidos prioritariamente na assistência dada a nossa população.

Outro efeito deletério de uma proposta desse porte, é seu poder de influenciar negativamente a adesão às medidas de prevenção à Covid-19. Como dissemos, ainda há desconhecimento científico sobre diferentes aspectos relacionados à Covid-19. Assim, ao adotar o passaporte da vacina, pode-se comprometer estratégias de enfrentamento da doença. Por exemplo, obrigar sob o selo de uma suposta imunidade, milhões de indivíduos, poderiam passar a relaxar no que se refere à prevenção ao coronavírus. Isso porque teriam a falsa impressão de que medidas não farmacológicas, como utilizar álcool em gel para desinfecção das mãos, uso de máscara de proteção e distanciamento social, não seriam mais necessários.

Podemos acrescentar, também, nesse contexto envolvendo o passaporte da vacina, um outro elemento preocupante. Trata-se do impacto legal e ético nas relações humanas a partir da adoção de uma ferramenta desse tipo. Esse documento poderia ser usado como senha para restringir acesso a locais, o que pode ser considerado uma forma de discriminação e de ofensa aos direitos humanos. Com isso, o passaporte ou passe da vacinação funcionaria como um instrumento de divisão na sociedade. Sua aplicação poderia ainda representar barreiras de acesso ao emprego, à educação, a serviços a pessoas que não tiveram como se vacinar por falta, até, da vacina. Num país como o Brasil, a adoção desse passaporte reforçaria a iniquidade e acentuaria ainda mais as desigualdades sociais decorrentes. Sem dúvidas, classificar a pessoa entra vacinada ou não aumenta o risco de discriminação e ofensa aos direitos humanos. Além disso, o passaporte da vacina gera insegurança na sociedade ao estabelecer que uma pessoa tem mais direito do que a outra por ter recebido o imunizante antes.

Frente a tantas dúvidas e riscos, a principal preocupação dos países, neste momento, inclusive do Brasil, deve ser vacinar em massa a população e estimular o respeito às medidas de controle... **(falha na transmissão do áudio)**. Isso até que a ciência ofereça as respostas definitivas para o controle da pandemia. Até lá, as autoridades devem estimular a aplicação das regras de prevenção de forma igualitária, disponibilizando condições para o seu cumprimento.

Ressaltamos, no caso de Covid-19, não há remédio milagroso, nem vacina eficiente por completo já conhecida. Entendemos que reside no desenvolvimento de implementação de um plano estratégico amplo, a ampliação da margem de segurança da população contra essa famigerada doença. Por isso, devem ser mantidos os cuidados sanitários, a vacinação e a busca por outros medicamentos que, somados, vão levar à vitória sobre a doença.

Meus amigos, como disse um sábio, as pessoas mais importantes não são aquelas que têm a cabeça cheia de conhecimento, são aquelas que têm o coração cheio de amor, as orelhas prontas para escutar e as mãos prontas para ajudar. Meu ilustre Deputado Jair Montes, quero lhe parabenizar pela sua ideia de trazer isso, a uma discussão em nível estadual e em nível de Brasil. Está de parabéns nossa Assembleia

Legislativa, nossa Casa de Leis. Essa é a visão do Conselho Federal de Medicina.

Eu, como membro-diretor do Conselho Federal de Medicina, coaduno com essas ideias, mas estamos dispostos a escutar a nossa sociedade, a escutar as nossas Casas de Leis para que jamais façam leis que irão prejudicar a nossa população ou discriminá-la.

Portanto, fica o meu abraço fraterno a todos os apresentadores, a todos os deputados desta Casa de Leis. Meu muito obrigado por ter me convidado. E peço desculpas por não estar presente nesta Casa Legislativa, mas prometo que irei visitá-los em breve. Beijo no coração de todos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Doutor Hiran Gallo, em primeiro lugar, obrigado, porque o senhor foi, assim, 10 minutos certinhos. Parabéns. E que sua fala, uma fala perfeita. Um entendimento perfeito. Muito obrigado. Que Deus te abençoe nessa sua missão, que por muitos anos leva o nome de Rondônia a todo nosso Brasil e ao mundo. Parabéns pelo excelente trabalho. O senhor é um orgulho do Estado de Rondônia e para o mundo e para o Brasil. Muito obrigado, Dr. Hiran Gallo.

Eu quero aqui cumprimentar o Senhor Jânio Zoca, ex-presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto. Seja bem-vindo a nossa Audiência. Cleverson Cunha Pedraza, representando o movimento de direita Rondônia. Seja bem-vindo, Cleverson. O Senhor Marcelo Vergotti, Presidente do Apostolado Jesus das Santas Chagas. Muito obrigado também.

Neste momento, eu convido a Dra. Giovanna Lara, já está conosco a Dra. Giovanna Lara, doutora em ciência e tecnologia de matérias de desenvolvimento de tecnologia nuclear. A doutora, com certeza, vai participar de maneira, também, virtual. Já está *linkada* conosco? Doutora, a senhora tem 10 minutos para a sua fala. E se precisar de um pouquinho mais a gente estende, está bom?

A SRA. GIOVANNA LARA (*Por videoconferência*) – Sim. Ok. Preciso que autorize o compartilhamento de slides, por favor.

Conseguem ver?

O SR. EYDER BRASIL - Sim, doutora.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Sim.

A SRA. GIOVANNA LARA (*Por videoconferência*) – Ok. Antes de começar, gostaria de agradecer o convite para essa Audiência. E espero passar uma informação de forma mais simples possível, para ficar fácil entender todos os aspectos, todos os detalhes envolvidos nessa plataforma, chamada vacinal, que na verdade é 3510 Terapia Gênica.

(apresentação de slides)

Então, aqui, só para mostrar, de acordo com os dados do CDC americano (Centro de Controle e Prevenção de Doenças) americano, a taxa de sobrevivência de pessoas com Covid por faixa etária, e a gente vê que a taxa de sobrevivência é muito alta, principalmente se for utilizado o protocolo que a gente já conhece. Mas cercearam a informação para que fosse introduzida a emergência do uso das terapias gênicas.

Esse slide aqui mostra os exemplos de plataformas antigas, como por exemplo, vírus atenuado, vírus negativado, partícula viral sem o material genético, vetor bacteriano, DNA simples — é só o material genético —, e as subunidades de proteínas, e peptídeos sintéticos. Os lipossomos carregando DNA ou mRNA e os setores virais, são as plataformas disponíveis, que estão sendo utilizadas agora, que foram autorizadas para uso emergencial. Essa primeira do lipossomo, perdão, do vetor viral, eles colocam a casca, como se fosse a casca de um vírus e o material genético, no caso, que codifica a proteína Spike do SARS-CoV-2 dentro dessa casca. Isso vai entrar nas células, esse material genético vai ser disponibilizado dentro da célula e o maquinário celular vai começar produzir essa Spike.

O mRNA que é o RNA mensageiro, no caso da Pfizer e da Moderna, o material genético não vai ter a casca de outro vírus. Ele vai ter uma membrana de gordura que envolve esse material genético. O resultado é o mesmo, produção dessa proteína Spike. Fica claro aqui que o nosso organismo, então, as nossas células passam a ser uma fábrica de Spike. Não se sabe por quanto tempo, não foram feitos testes, se é permanente, se é intermitente. Isso é um caso que deveria ter sido avaliado antes da autorização, mesmo emergencial.

A definição de vacinas, que são pedaços de micro-organismos inativados, que o organismo entra em contato com esses pedaços de material dessas proteínas, fazendo com que o nosso sistema imunológico responda adequadamente. Na Terapia Gênica é manipulação artificial do material genético que vai ser injetado no paciente e, no caso, não servem para prevenção. Já é definido que essas duas plataformas não se tratam de vacinas e, sim, de Terapia Gênica. E com um detalhe, que é experimental.

Na Pfizer já está escrito que o experimento só vai durar até 2023; a da Janssen, 2023, também AstraZeneca, e a CoronaVac termina em fevereiro agora. Então, quer dizer, estamos fazendo parte de um experimento.

Esse slide mostra a proteína Spike e a manipulação genética que foi feita para que ela fique de forma aberta aumentando a sua imunogenicidade. Foram feitos já em 2004, logo após a primeira SARS, a mesma plataforma de Terapia Gênica foi utilizada, testada em furões e camundongos. Houve um número de mortes altíssimo nesses animais e, nesse caso aqui, os furões desenvolveram uma hepatite muito séria.

Esse segundo slide é de um artigo no tratamento de, trataram camundongos e depois expuseram esses camundongos ao SARS, o SARS-CoV, o primeiro SARS-CoV. E também a maioria dos animais morreu e a conclusão do estudo é que ele pede precaução, pede cuidado, na utilização dessas plataformas em humanos.

Então, quer dizer, desde 2004 nós já sabemos do perigo. A proteína Spyke tem similaridade com várias células de tecidos humanos, podendo desencadear doenças autoimunes. Esses testes de 55 tecidos testados, 28 apresentaram reações cruzadas. Então, tem cérebro, sistema imune, pâncreas, sistema digestivo, tireoide, sistema nervoso, coração, juntas, pele, músculos, mitocôndria e o fígado. É conhecido como mimetismo proteico. É um pedacinho da proteína que é parecido com outras proteínas do nosso corpo.

Um dos lipídeos utilizados nessas plataformas da Pfizer, por exemplo, é o ALC0315, que no folheto que vem junto com o material quando se compra esses lipídeos, ele vem escrito que não foi totalmente validado para aplicação médica. É para pesquisa apenas. Então, por que estamos injetando isso na população? Não houve caracterização dessas substâncias de forma adequada, estamos aguardando a documentação. A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) deveria disponibilizar isso. Tanto do material genético quanto desses lipídeos não se tem a caracterização deles de como eles são metabolizados. Eles são eliminados ou acumulam dentro da célula e causam algum problema? Depois da autorização emergencial começaram os casos de miocardite em adolescentes e a Pfizer perdeu o grupo placebo, o que significa que todo esse experimento já deveria ser suspenso, porque quando não se tem placebo, não pode ser considerado nem experimento. Aqui já fala que não tem mais o placebo.

Teste de fertilidade e gravidez não foi feito de forma adequada, tempo muito limitado. Toxicidade só se diz que não se indicam efeitos nefastos, diretos ou indiretos. E quais são esses efeitos? Qual é a definição? Genotoxicidade carcinogenicidade. Pode causar um câncer? Pode quebrar o DNA celular? Nenhum desses experimentos foi feito.

Nessa revista, que é muito conhecida e renomada, as mulheres que foram inoculadas com a RNA não conseguiram levar a gravidez até o fim. E, na verdade, quando o artigo tenta falar que são 13%, numa análise mais detalhada da estatística e das definições que eles utilizam, esse número sobe para 82% de abortos no primeiro trimestre. Então, quer dizer, de cada 10 mulheres que são inoculadas, 8 perdem os bebês.

A proteína Spyke já é sabidamente que ela atravessa a barreira hematoencefálica, o pode causar muitos problemas neurológicos. Saiu na *Nature*. O Instituto Salk, envolvido com pesquisas e vacinas, utilizou apenas a proteína Spyke em camundongos e eles encontraram que a proteína, somente a proteína já é tóxica, atacando as mitocôndrias, principalmente das células endoteliais, que são as células que fazem parte dos vasos sanguíneos. Nessa foto que vocês estão vendo, essas imagens, do lado esquerdo, vocês podem ver o controle, que não recebeu a Spyke, e do lado direito, o grupo que recebeu Spyke. Dá para perceber que há uma destruição da função mitocondrial. Esses pontinhos de luz vão diminuindo e onde havia essa ligação, fazendo essa rede de célula, ela vai sumindo, indicando morte celular.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Dra. Giovana, a senhora tem 1 minuto para conclusão.

A SRA. GIOVANNA LARA (*Por videoconferência*) – Eu vou precisar de pelo menos mais cinco, se puder. A Dra. Barbel Gitala analisou sangues de pacientes dela, que resolveram se inocular, a diferença é gritante. No seu lado esquerdo vê-se o sangue normal e do lado direito após a inoculação. As hemácias começam, as células vermelhas do sangue começam a se empilhar e isso causa um problema muito grande na circulação sanguínea.

A Cruz Vermelha já disse que os anticorpos produzidos pela inoculação não são os mesmos dos anticorpos naturais.

Não aceitam doação de pessoas que se vacinaram, o plasma, no caso, de pessoas que se vacinaram, após seis meses da vacinação. Por quê? As pessoas que se vacinaram, os anticorpos produzidos pela inoculação acabam se sobrepondo aos anticorpos naturais. Isso é reprogramação celular. Isso é seriíssimo.

São 50 milhões de partículas virais injetadas entre 03 ml da Astrazeneca, cada picada da Janssen e no caso da Pfizer, chega a trilhões de nanopartículas de gordura com material genético dentro. Nenhuma pessoa que esteja em fase terminal da doença, que esteja com uma quantidade imensa de vírus, não chega a esse tanto de partículas virais.

Aqui é um slide do FDA, que eles já sabiam que essas doenças já iriam acontecer após a inoculação: Guillain-Barré, AVC, narcolepsia, anafilaxia (anafilaxia), morte, doenças multissistêmicas inflamatórias em crianças, enfim, a lista é gigante.

A Moderna e a Pfizer são obrigadas a mostrar na bula que tem um aumento da chance de miocardite e que o material injetado no braço não fica no braço, vai parar no coração, no fígado, baço, gônadas, nos ovários, testículos e cérebro.

Eles dizem que não houve mortes agendadas, como se isso fosse um agendamento de morte. Isso não existe. Você tem que acompanhar até o final do experimento. Não é determinar um tempo do experimento para ver se há morte ou não, porque pode demorar mais do que o tempo escolhido.

Aqui, usando dados do próprio governo britânico. Há uma queda imensa do sistema imune, à medida que ocorrem as doses de reforço. Esse pesquisador da Pfizer já admite que a picada, a inoculação não funciona, por isso precisa de infinitos reforços, porque se fossem eficazes não precisaria de reforço.

O desenvolvimento de imunodeficiência a partir das picadas não só pela Spike, mas por outros componentes que podem estar nesse material genético, que não foi caracterizado.

Para dizer e talvez o professor Hermes Neri dê continuidade a esse assunto, para dizer que não tem nada a ver com a saúde, existe essa patente na qual eles utilizam os celulares para monitorar número de contatos que as pessoas têm durante um certo tempo. Nessa tabela aí, o segundo nome da tabela, a Jane Smith, ela passou na frente do John Doe porque ela resolveu frequentar a missa, enquanto o John Doe foi milhares de vezes em locais, em estádios, em outros locais onde teve contato com mais de 650 pessoas cada vez que ele saiu. Enquanto a Jane Smith foi a missa e teve contato duas vezes com muito menos pessoas do que o John Doe. E, nesse caso, a Jane está em um perigo maior de receber uma notificação para dizer que ela precisa fazer um tratamento, precisa de um reforço ou qualquer outro procedimento determinado por esse algoritmo matemático de simulação computacional.

Então, para encerrar aqui, não tem nada a ver com saúde. Algumas referências. Fico à disposição para responder qualquer dúvida. Muito obrigada.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado, Doutora Giovanna Lara. Nos enriquece muito a sua presença também. A sua palestra aqui para nós sobre o passaporte e é muito importante. A gente vai aprendendo coisas porque tudo é muito

novo para nós, não é? Porque tudo é muito novo. Então é de grande valia.

Eu quero aqui agradecer a presença da Dra. Rosângela Lázaro, representando a OCB (Ordem dos Advogados Conservadores do Brasil) e Foro Conservador; a senhora Sofia Andrade, representante da Pró-Armaz, de Porto Velho, do Movimento de Luta por Liberdade e Armamentistas; o senhor Salatiel Rodrigues, Presidente da OCB. Muito obrigado pela presença de vocês.

Nós temos aqui uma lista gigante, é um tema muito, muito... Todo mundo quer participar. As pessoas, depois, que nós vamos ouvir aqui os palestrantes, e quem está inscrito aqui, quem quiser falar, nós vamos abrir uma fala de 3 a 5 minutos para ouvir todo mundo. Tem muita gente aqui preocupado. Eu não sei a hora que vai acabar aqui esta Audiência. A realidade é essa. Tem hora de começar, para acabar eu não sei. Então, as pessoas que gostariam, nós temos aqui o nosso Cerimonial, procurem o Cerimonial. As meninas do Cerimonial se apresentem, por favor. Você pode fazer a sua inscrição, para que você também possa deixar a sua opinião para nós.

Com a palavra, o Dr. Hermes Rodrigues Nery, médico especialista em bioética pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC. Já está conosco, Dr. Hermes?

O SR. HERMES RODRIGUES NERY (*Por videoconferência*)
- Sim. Sim.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Doutor, o senhor tem 10 minutos se precisar de um tempinho a mais, a gente estende.

O SR. HERMES RODRIGUES NERY (*Por videoconferência*)
- Peço uma orientação para colocar a minha apresentação lá, no painel. É a primeira vez que eu estou usando este programa aqui. Algum técnico nos oriente como a gente coloca aqui a nossa apresentação? Compartilhar? Vamos ver. Apareceu ali a nossa apresentação? Apareceu?

JAIR MONTES (Presidente) – Agora sim. Agora, sim, Doutor. Pode acelerar.

O SR. HERMES RODRIGUES NERY (*Por videoconferência*)
- Deputado, agradeço aí, então, pela abertura em participarmos, democraticamente deste debate importante. É um debate que toma conta não só do Brasil, mas do mundo inteiro. O importante é ouvir todos os lados, democraticamente, para que a gente possa trazer informações para que os deputados que vão tomar decisões que impactam a vida dessas pessoas, importante é ouvir todos os lados e ponderar sobre os argumentos apresentados.

Bom, quero só destacar aqui, bem rapidamente, em dez minutos, não é, a questão do controle, não é? A questão do controle, a questão de bioética, de biopolítica, uma visão que é preciso, também, estar presente nas reflexões que se fazem necessárias.

O nosso posicionamento, desde o início da pandemia foi em relação aos abusos que estão sendo cometidos em nome da saúde pública. As medidas sanitárias adotadas foram

abusivas, antinaturais e desumanas. O que se viu foi a instrumentalização da pandemia para outros fins. Outros fins, que extrapolam o combate à Covid-19. Fins econômicos e biopolíticos que favorecem, do ponto de vista econômico, principalmente a quarta revolução industrial. Então, isso é importante ponderar.

Temos aqui o Michel Schooyans, que tem um livro chamado "Dominando a Vida, manipulando os homens". E nesse livro, ele diz assim: biopolítica é a utilização da ciência, das técnicas biomédicas para governar as pessoas. A biopolítica é também o conjunto de decisões tomadas para favorecer as pesquisas biomédicas em vista de elas serem úteis para manipular as pessoas. Médicos e biólogos, estão exercendo na sociedade um poder em razão de sua competência. Estão construindo uma raça de tecnocratas ou biocratas para legitimar a violência biomédica, os biocratas farão apelo aos novos direitos humanos, a uma série de organismos, uma série de organismos, fazem o apelo e a melhoria biológica da condição humana, dado esse caráter de toda essa questão, utilizando biotecnologia, cibernética para tudo isso, para esses fins e eu pergunto onde irão parar? A paranoia de aproveitar a competência sobre a vida para que as pessoas convivam melhor, quer dizer, nada contra a tecnologia quando ela é utilizada para promover a vida e promover as pessoas e não oprimir as pessoas, controlar as pessoas desmesuradamente.

Aqui você tem o seguinte: o questionamento feito sempre em relação ao caráter desproporcional das medidas. Desproporcional. Em massa. Ela vem maciço, no planeta todo. Desproporcional. Não se trata do controle da doença, mas do controle das pessoas. Isso é um ponto importante ressaltar. Veja bem, nas escolas, por exemplo, quem está mais sofrendo com todas essas desmesuras medidas, são as crianças. Não se trata de controle da doença e sim, isso é um novo tipo, isso está nos levando para um novo tipo de sociedade altamente desumana. Então, são medidas que, realmente, movem para essa distopia, e nós temos que estar atentos a isso.

Impuseram o novo normal, como laboratório social, para moldar o comportamento das pessoas, acondicioná-las a uma vida desumana e antinatural. Ainda disse Michel Schooyans, naquele livro citado: "quem controla a economia, as finanças ou as forças armadas dispõe da capacidade de fazer prevalecer seus próprios interesses sobre os dos outros". Também falava Michel Schooyans, num pequeno trecho no seu livro sobre biopolítica: "se eu sou o que sou mais forte, posso definir o direito. E eu o farei em função de meus interesses. O direito será utilitário, vantajoso para alguns, será justo o que eu definir como justo, considerando somente meu interesse particular. Tudo que pode pôr em dúvida a superioridade que assegura a minha força será visto por mim como uma ameaça. Por razões utilitárias e de interesse mútuo, eu poderei me entender com aqueles que dispõem de uma força igual a minha, mas perante os menos fortes, não terei nenhum dever, nem eles perante mim nenhum direito."

Então, as medidas abusivas adotadas para combater a Covid-19 extrapolaram, extrapolaram esse combate. Foram direcionadas com essa utilização para outros fins, fins biopolíticos. Biocratas e bilionários não eleitos, não eleitos, das grandes fundações internacionais e grandes organismos supranacionais estão agindo acima das nações, acima das

constituições. Decidiram pelas medidas desproporcionais para destruir na sociedade, os vínculos afetivos, as expressões de humanidade. As justificativas sanitárias como pretexto para o pior dos totalitarismos, que é o que nós estamos vendo.

Vejam bem, as medidas impostas foram desproporcionais e abusivas em todos os aspectos. Esse é o nosso questionamento desde o início. As medidas impostas foram, repito, desproporcionais e abusivas em todos aspectos. Os direitos civis e constitucionais básicos foram solapados. A dignidade humana aviltada. Aqui está uma foto da Austrália, onde a situação está mais crítica nesse sentido, em relação aos abusos cometidos. Muitas dessas medidas têm embasamento científico efetivo, foram fomentadas pela propaganda, pela retórica e por péssimos interesses.

Os efeitos também têm sido devastadores no campo da saúde mental, principalmente entre as crianças. Quando a gente vai lá e procura ver no Fórum Econômico Mundial, em suas plataformas publicadas um pouquinho antes da pandemia, em fevereiro de 2020, está lá toda agenda do poder global, para onde eles querem levar a sociedade, para onde eles querem consolidar essa agenda, que foi desde os anos 1990, já está nas grandes conferências internacionais da ONU, e vários outros organismos internacionais, aproveitaram-se da pandemia para acelerar essa agenda, agenda do poder global, é só ir no site do Fórum Econômico Mundial para ver do que se trata, para onde eles querem nos levar com tudo isso.

Três perguntas importantes: A quem interessa isso, esses abusos? Quem lucra com a pandemia? Para onde nos levará tudo isso? Então, são questionamentos relevantes. As medidas de combate à pandemia tiveram resultados piores que qualquer epidemia. Mais de um ano e meio decorrido desde que a OMS declarou a pandemia, os fatos comprovam que muitas medidas adotadas têm sido ineficazes. Os senhores sabem disso, os senhores estão acompanhando dia a dia. Os senhores estão vendo, têm sido ineficazes e extrapolaram vários aspectos, além de acarretar o agravamento da crise, com danos à saúde mental, emocional, psicológica, danos econômicos, sociais, culturais e religiosos. Não há consenso sobre tais medidas.

Não houve debate público apropriado para muitas decisões tomadas, como agora o passaporte sanitário, ainda bem que está sendo promovido esse debate público sobre essa medida que faz parte dessas outras, também de caráter abusivo, de caráter utilitário, com critérios questionáveis, com controvérsias sobre os excessos, sem fundamentação científica conforme tentaram explicitar num documento que a gente produziu, chamado Declaração de Especialistas Contra Medidas Restritivas no Combate à Covid-19.

Também entregamos à PGR, no ano passado, um documento pela não obrigatoriedade da vacinação contra a Covid-19, porque o questionamento feito desde o início é em relação à obrigatoriedade. O posicionamento é contra a obrigatoriedade. Esse é o questionamento feito. Fizemos aqui a Declaração de Especialistas Contra Medidas Restritivas Severas no Combate à Covid-19. Então, são todos documentos públicos, os nossos posicionamentos são sempre públicos, institucionais, nas instâncias adequadas, onde as decisões devem ser tomadas após, realmente, o debate ter ocorrido.

Infelizmente, o combate à Covid-19, como temos dito, vem servindo de pretexto para perpetrar os piores atentados contra a dignidade da pessoa humana em vários aspectos.

Senhores Deputados, estamos acompanhando, listando e documentando todos os casos que vêm se tornando públicos, dos danos causados por tais excessos e alertamos que caberá busca das responsabilizações e penalizações nas instâncias devidas daqueles que, hoje, estão decidindo contra a população, sob o manto de uma suposta ciência. Este cientificismo de lógica utilitária que não se sustenta e contradiz o bom senso. Até entre os técnicos da OMS há divergências sobre muitas dessas medidas. Denunciamos isso publicamente para que, no futuro, não venham as autoridades públicas dizer que desconheciam tais práticas, que causam indignação à grande maioria da população mundial que está sendo afrontada reiteradamente em seus direitos fundamentais.

A desproporção de tais ações vem dando evidências, como eu já disse, de um novo totalitarismo em curso, aos quais aqui denunciaremos para que, ainda em tempo, cessem os abusos cometidos. A saúde pública não pode ser um eufemismo para justificar as novas e sofisticadas formas de poder totalitário em nível global. Os países do mundo não podem abrir mão de suas soberanias nacionais para anuírem a uma governança global, que querem impor falsas soluções para o controle desmedido de tudo e de todos, com o constante aparato tecnológico, conforme prevê a agenda 2030 da ONU.

Já em março de 2020, em março, poucos dias depois da declaração da pandemia eu escrevi em rede social "Vigilância biométrica: em nome da saúde pública é eufemismo para justificar um totalitarismo global".

Também falamos aqui, no dia 12 de maio, do ponto de vista jurídico: só há uma forma de evitar o totalitarismo sanitário atual, é remover a imunidade legal, a isenção de responsabilidade da esfera penal para produtores e distribuidores de vacinas ou plataformas de entrega. Isso só pode ser feito no campo internacional, enquanto isso não for feito, a vacinação em massa será imposta, sem que ninguém arque com as consequências dos danos, dos efeitos adversos, dando lucros fabulosos para os que tem essa imunidade legal.

É uma vergonha, senhores deputados, é infame a isenção de responsabilidade das grandes indústrias farmacêuticas, que não assumem, não assumem os riscos que elas sabem que existem, e que para eles importam apenas os mais fortes. A vida não é para todos, os mais vulneráveis que foram as vítimas desse processo, para eles, não importam. Mas só que para nós toda a vida humana importa. Toda a pessoa humana importa. Cada vítima desse processo importa, mas para eles lucro e controle é o que prevalece. A vacinação em massa terá sido o mais lucrativo negócio em nível global, com a anuência dos governantes seduzidos pelas palavras fomentadas pela mídia e também por subornos dos produtores, como é conhecido o histórico de muitas dessas indústrias farmacêuticas.

É a forma mais lucrativa e sofisticada de manter a população mundial sob controle e eles encontraram uma forma de impor o mais totalitário sistema de controle sobre a população com um negócio, lucrando fabulosamente e o passaporte sanitário está neste contexto para viabilizar e utilizar as suas tecnologias para isso.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Dr. Hermes, o senhor tem mais um minuto.

O SR. HERMES RODRIGUES NERY (*Por videoconferência*) – Eu peço só a benevolência do Deputado, só cinco minutos, só para concluir, faltam só cinco slides aqui. Peço sua benevolência e agradeço desde já.

Trata-se com isso, como temos dito, o negócio mais lucrativo do planeta. Vejam bem, senhores deputados, analisem com toda a sinceridade, uma grande indústria farmacêutica oferece um produto sem concorrência, não há concorrência no mercado, oferece para quem pode, aos governos. Com que dinheiro? Dinheiro público. Dinheiro dos impostos. E essas grandes indústrias estão isentas das suas responsabilidades. Contratos sigilosos com dinheiro público. O dinheiro é público e os contratos são sigilosos. Não há amostras laboratoriais para que os técnicos, os especialistas possam constatar os compostos dos imunizantes feitos às pressas, em poucos meses, quando se sabe que o processo de uma vacinação, até chegar a uma vacina são anos. Mesmo com as tecnologias não convencionais que estão aí, estão fazendo a experiência, pela primeira vez, dessas tecnologias não convencionais.

Então, tudo isso é preocupante nesse sentido. A IBM anunciou agora o seu passaporte digital de saúde como, dizem eles, uma alternativa digital segura — propaganda. E a sua propaganda define como "uma maneira inteligente de retornar à sociedade". Esse é o argumento que usam com relação ao passaporte sanitário: "nós temos que voltar às atividades, então, por isso que o passaporte, e ele será provisório.". Não será provisório de forma alguma, pode ter certeza, não será provisório de forma alguma. Já nos documentos das grandes fundações, Fundação Rockefeller em 2010, já estava lá, nas simulações feitas. O passaporte sanitário, se for implementado será permanente, porque há justificativas sanitárias, virão outras justificativas e depois outras restrições baseadas em outros eufemismos.

Hoje, em nome da saúde pública, amanhã em nome do meio ambiente e por aí afora. E ainda vem e me diz que o passaporte digital de saúde será capaz de rastrear e compartilhar, seletivamente, o *status* individual da Covid-19, para — dizem eles — controlar a propagação do vírus. Isso é propaganda, propaganda, senhores deputados. Na verdade, o que se trata, como temos dito, não é o controle da doença, isso é pretexto! Pretexto, isso é o controle das pessoas. É disso que se trata e os senhores têm responsabilidade no voto, porque a população está aí silenciada, calada, aturdida por todos esses abusos, mas há aqueles que se levantam para falar por eles e estão procurando as instâncias adequadas e estão trazendo informações dos tomadores de decisão, porque o que eles esperam que a população espera dos senhores é discernimento. Discernimento e comprometimento com a vida.

Os passaportes sanitários são o primeiro passo para o controle total de tudo e de todos e os senhores não podem permitir que isso ocorra com o voto de vocês, com o voto dos senhores. E ainda mais: estou falando desse controle, é o controle da vida em todos os seus aspectos. Os objetivos de longo prazo, inclui dados de saúde, trabalho e financeiro juntos em um novo sistema de identificação: a identidades digitais,

que determinará o acesso à alimentos, cuidados de saúde e mobilidade, porque hoje as justificativas são essas. Amanhã serão outras justificativas.

Para finalizar — só mais 3 slides aqui para finalizar —, a tecnologia que poderia promover o ser humano, pode também voltar-se contra ele. E o passaporte sanitário é utilizar essa tecnologia para oprimir de uma tal forma, porque um grupo de bilionários tecnocratas, como dissemos, acima das nações com poder imenso de controle desmedido de todos os aspectos da vida humana, é que vão definir, vão decidir muitas coisas das atividades da vida social, da vida das pessoas. O passaporte sanitário é o primeiro passo nesse sentido para estabelecer um terror sanitário implacável. É preciso que se saiba disso. Corre o risco de as pessoas acatarem sem o consentimento informado constantemente informado. As pessoas têm direito ao consentimento informado, sem respeitar a consciência de cada um é solapar a liberdade, os direitos civis básicos. Como dissemos que esses biocratas determinam o que cada um pode ou não pode fazer. Na lógica e no cientificismo que se impõe como uma espécie de credo religioso, onde qualquer questionamento é desqualificado, hostilizado, penalizado e até criminalizado. Não se trata de garantir uma pretensa segurança sanitária, mais uma sofisticada e terrível forma de ditadura sanitária. É disso que se trata.

Hoje, em nome da saúde pública. Amanhã, em nome do meio ambiente e por aí afora. O policiamento das ideias existente nas redes sociais e plataformas digitais explicitam a homogeneização do pensamento único, que se impõem da narrativa dominante da mídia, com os dispositivos tecnológicos que massificam com maior eficácia para instruir rapidamente, cada mente, qualquer que seja.

Por isso agradecemos a abertura da Assembleia para que a gente possa estar aqui participando do debate para que realmente nessas instâncias a gente possa permitir com que as ideias sejam apresentadas e os argumentos sejam apresentados para que haja o discernimento necessário. As justificativas sanitárias utilizadas como arma contra as pessoas é uma questão de biopolítica. E, por isso, nós rechaçamos o passaporte sanitário sobre esses aspectos. O mundo inteiro está reagindo. O mundo inteiro está reagindo com grandes manifestações. A mídia não divulga essas manifestações, mas elas chegam até nós. Então, é preciso corajosamente resistir, reagir a isso.

A pandemia tem sido pretexto para muito abusos. O nosso questionamento é em relação aos abusos cometidos. Por isso, parabenizo o debate público que está sendo feito em todas as Assembleias Legislativas, em várias Câmaras Municipais, e com lucidez e coragem busca fazer o contraponto dessa narrativa dominante, a essa instrumentalização da pandemia ao questionar essas questões relevantes a quem interessa isso. Quem lucra com a pandemia e para onde querem nos levar com tudo isso? A essa distopia panóptica altamente desumana.

Reafirmamos, assim, senhores deputados, o compromisso com a defesa da vida e a defesa da dignidade da pessoa humana. De cada pessoa humana, porque toda vida humana importa.

Por isso estamos aqui. Para dizer claramente, publicamente, abertamente, inequivocamente, acima do...

(ininteligível) ...o nosso “não” retumbante ao passaporte sanitário. Muito obrigado, senhores deputados, pela oportunidade de participar desta Audiência Pública.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Muito obrigado. É muito importante. A gente vai ouvindo os relatos e a gente vai podendo ter uma dimensão e também um esclarecimento. E a gente só pede a Deus sabedoria para esse momento.

A Senhora Emília Gadelha Serra se encontra conosco? Já está virtualmente? Dra. Emília está conosco já virtual?

A SRA. MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA (*Por videoconferência*) – Sim, estou. Posso entrar.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Então, nós teremos agora a Dra. Emília Gadelha Serra, médica, Mestre pela Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. Doutora, a senhora tem um tempo de 10 minutos. Se precisar de um pouquinho mais a gente estende, está bom?

A SRA. MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA (*Por videoconferência*) – Eu não estou conseguindo compartilhar a apresentação.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Cadê o nosso pessoal?

A SRA. MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA (*Por videoconferência*) – Preciso conseguir compartilhar.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Já vai colocar a senhora na tela.

A SRA. MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA (*Por videoconferência*) – Eu preciso de pelo menos 15 minutos, porque é absolutamente impossível falar desse assunto tão sério em 10 minutos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – A gente vai se adequando doutora, fique tranquila. Depende da senhora, da sua empolgação, aqui a gente vai se empolgando.

A SRA. MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA (*Por videoconferência*) – Eu falo rápido, mas vamos ver aqui se vai dar certo. Ainda não deu autorização para compartilhamento.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Vamos lá. O pessoal está trabalhando aqui.

A SRA. MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA (*Por videoconferência*) – Eu posso ir falando, enquanto isso?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Pode ir falando enquanto os nossos técnicos aqui vão, está certo? Pode ir falando? A senhora pode ir falando enquanto ele está buscando aqui.

A SRA. MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA (*Por videoconferência*) – Sim. Eu agradeço o convite para participar

desta Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Rondônia. É um grande prazer estar aqui com os senhores.

Eu quero dizer o seguinte: eu me chamo Maria Emília Gadelha Serra. Sou médica há quase 33 anos, formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com Mestrado na Escola Paulista de Medicina e também pós-graduada em Perícias Médicas. Por esse motivo, eu estudei a vacina anti HPV no meu trabalho de conclusão do curso de Perícias e, por conta disso, quando aconteceu a questão da pandemia da Covid-19 eu me interessei em estudar as características das vacinas e entender sobre segurança, sobre nexo de causalidade e entender um pouco mais sobre essa situação.

E o que eu posso dizer para vocês, já adiantando um pouco da minha apresentação, é que realmente nós estamos em um momento muito crítico, porque o que nós estamos vendo não é aplicação de vacinas. Nós estamos vendo a aplicação de produtos experimentais que não possuem as características das vacinas convencionais.

Isso parece um pouco assustador, mas é a pura verdade. E o que acontece é que nós temos esse cenário alimentado pela grande mídia em uma ação orquestrada, que induz as pessoas acharem que a doença não tem tratamento, quando ela tem, nós sabemos que tem. Vários médicos no mundo, aqui no Brasil uma grande proporção de médicos pratica o tratamento precoce, como deve ser, como qualquer doença. Em nenhuma doença, na história da Medicina, se espera o paciente piorar para que ele possa ser tratado, e muito menos que ele piore a ponto de precisar de uma intubação e vá para a situação crítica, quando nós sabemos que uma vez intubado ele terá cerca de 80% de chance de morrer.

Então, essa situação é muito preocupante e nós vemos uma orquestração da mídia. Campanhas de comunicação fazendo esse cenário acontecer, agências de *fact-checking* em ação permanentemente, inclusive eu já fui questionada recentemente por dois desses veículos e enviei uma resposta de 38 e outra resposta de 57 páginas mostrando que o que eles difundem sim, é *fake news*. E nós temos que zelar pela boa prática da Medicina, boa prática da ciência e de alguma forma agir contra essas pessoas que não têm o menor escrúpulo em fazer com que o seu produto seja vendido a todo custo.

E, neste momento, eu quero dizer para vocês, e na minha apresentação eu mostro tudo isso, mostro provas do que eu estou falando, porque precisamos de uma mudança radical de conceitos. Alguns paradigmas que estão estruturados, consolidados até nesses quase dois anos de pandemia, precisam ser revisados. Inclusive faço um apelo aqui ao Dr. Hiran, que é o representante do Conselho Federal de Medicina, que nós vamos entregar futuramente, provavelmente até o início da próxima semana, um documento ao CFM, consolidando todas essas informações. E pedimos que o Conselho Federal de Medicina, então, avalie essas questões porque, na verdade, quando nós falamos que nós queremos vacinação, nós temos o público em geral, as pessoas, acham que estão sendo vacinadas com vacinas antigas. E essas vacinas novas, que não são vacinas, elas são produtos de terapias gênicas que induzem, que agem fazendo com que a célula da pessoa supostamente "vacinada", inoculada seria um termo melhor, ela... **(falha na transmissão do áudio)** ...e está feito um

cenário para acontecimento de doenças autoimunes, doenças neurodegenerativas e tumores.

Então, isso tudo não sou eu quem está falando. Existe literatura farta, existe muito material já disponível que nós vamos encaminhar ao Conselho Federal de Medicina para análise e aí, talvez, nós tenhamos que revisar, inclusive a política de vacinação. Que na verdade, está sendo uma política de inoculação de produtos experimentais, patrocinada por uma grande campanha financeira. Eu costumo dizer que isso é uma megaoperação bancária, não é nada além disso, e quando nós falamos "não queremos o passaporte sanitário", isso deveria ser absolutamente natural, porque não se pode aceitar nenhum tipo de controle sobre os seus direitos individuais, não é? Senão, daqui a pouco, quando as pessoas que estão supostamente vacinadas agora, se incomodam com a presença de uma pessoa não vacinada, achando que essa não vacinada representaria risco para ela, isso não é verdade, absolutamente. Se ela confia na eficácia dessa suposta vacina, por que ela se incomodaria com o eventual risco de dessa pessoa?

Faço uma comparação aqui, por exemplo: eu tenho dois rins e uma pessoa que faz hemodiálise está sofrendo da falta de funcionamento de um dos rins. No ritmo que nós seguimos, desse utilitarismo que está sendo visto por aí, nós vamos ter, daqui a pouco, uma obrigatoriedade de que uma pessoa que tenha dois rins passe a doar um, pelo menos, não é? Por que, afinal de contas, como podem existir pessoas no mundo sem função renal, que precisam de diálise? Esse é apenas um exemplo do absurdo.

Então, nós temos essa situação acontecendo e eu defendo, sinceramente, aqui com toda a minha convicção médica e eu procuro fazer isso, eu decido, do ponto de vista médico, para o meu paciente, como eu decidiria para mim ou para alguém da minha família, alguém que eu ame e eu digo a todos vocês, que infelizmente nós estamos vivendo uma farsa, não é? Essa vacinação não é uma vacinação. É um programa de inoculação e que tem objetivos talvez escusos, não sabemos direito. Precisariamos de uma agência de inteligência para identificar exatamente o que precisa fazer. Do ponto de vista médico, não há a menor lógica em usar nenhum tipo desses produtos.

Então, eu vou além aqui, além de ser totalmente contrária ao passaporte sanitário, eu sou totalmente contrária à continuidade da inoculação desses produtos experimentais, porque as pessoas não sabem que estão participando de um experimento, elas estão confiando no governo brasileiro, na Anvisa, no Ministério da Saúde, em várias instituições que, simplesmente, recomendam achando que estão fazendo a coisa certa. Só que falta, na minha opinião, uma cota adicional de responsabilidade, de realmente verificar: "será que o que realmente está sendo feito está correto?". Porque nós estamos acompanhando, nas redes sociais, que o sistema de notificação da Anvisa é extremamente falho, deficiente, a profusão de casos de pessoas jovens morrendo, não é? Ataques cardíacos, trombozes, venozos cerebrais.

Eu, particularmente, participei de uma exumação de uma menina de 16 anos que morreu depois da vacina Pfizer, aqui, que vai ser revelado nos próximos dias a abertura do sigilo judicial deste caso, que vai, talvez, modificar a percepção do

público sobre essa situação toda, não é? E nós temos essa situação.

Então, precisamos conversar seriamente e as Audiências Públicas, atualmente, são o único canal de diálogo sobre isso, porque todo o resto quem tenta falar alguma coisa é taxado de negacionista, *fake news*, ou algo do gênero.

Eu mesma sou considerada “médica que engana”. A médica que mente. Eu não estou mentindo. Tudo o que eu posso, se eu tiver oportunidade de compartilhar os meus slides, que até agora não aconteceu, eu vou mostrar para vocês que o que eu estou falando tem apoio, totalmente, na Medicina de melhor qualidade. Então eu gostaria de passar os slides. Talvez eu devesse encaminhar os slides para alguém da organização e fazer essa apresentação, porque é muito importante que os senhores deputados vejam e que tenham ciência de tudo isso o que estou falando, que a Dra. Giovanna falou, que o Professor Hermes falou. Então nós estamos, assim, mostrando com todos os elementos... **(falha na transmissão do áudio)** ...associação, que seja, não é? Infelizmente... **(falha na transmissão do áudio)** ...e ela merece uma análise adequada do cenário, um gerenciamento de crise neste momento, porque, infelizmente, nós vamos ter uma situação muito agravada nos próximos meses e anos neste País.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Doutora, nosso Cerimonial disponibilizou no seu WhatsApp, já, e a senhora depois pode encaminhar para nós aqui, os arquivos para a gente poder acompanhar, está certo?

A SRA. MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA (*Por videoconferência*) - O e-mail? Então, talvez seja melhor passar, que alguém faça a apresentação e eu entro em seguida, para não retardar mais o tempo.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Tranquilo, Doutora. Obrigado.

A SRA. MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA (*Por videoconferência*) - Sim.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Encerrou a sua fala?

A SRA. MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA (*Por videoconferência*) - Sim. Agora eu vou passar os slides por e-mail e aí eu faço o complemento depois, está bom?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Está ok, então. Uma salva de palmas para a Dra. Emília, por favor. Enquanto ela prepara lá os slides, nós vamos já chamar, para a gente ser também bem rápidos, o Doutor Maurício dos Santos Pereira, advogado, pós-graduado em ética, negociação do trabalho no SUS, Fiocruz - Rio de Janeiro. Doutor Maurício está conosco?

O SR. MAURÍCIO DOS SANTOS PEREIRA (*Por videoconferência*) – Estou presente. Ouço bem.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – O senhor tem 10 minutos. E se precisar de um pouquinho mais, a gente estende. Com a palavra, Dr. Maurício.

O SR. MAURÍCIO DOS SANTOS PEREIRA (*Por videoconferência*) – Ok. Muito agradecido. Eu parabeno o Deputado Jair Montes pela iniciativa deste ato público. Aliás, atos públicos do tipo deveriam ser implementados em todas as decisões ou elaboração de legislação que mexam com a vida do povo, porque é um meio mais prático e o mais amplo dispositivo do exercício da democracia plena. Eu dou bom dia a todos os cidadãos rondonienses. Parabeno, também, os colegas de bancada. E na pessoa do Deputado Jair Montes eu cumprimento os componentes da Mesa.

Queria dar um recado aqui, a pedido do Dr. Hermes, que falou há pouco, ele esqueceu de falar, mas o Dr. Hermes foi anunciado como médico. E ele pediu para eu esclarecer que ele não é médico, ele é um especialista em bioética, então ele é um bioeticista, formado pela PUC (Pontifícia Universidade Católica). É só para não ficar caracterizado que ele se colocou como médico. Então é isso.

Senhores, tudo que a gente tem visto no nosso País e no mundo é que abusos e afrontas às constituições nacionais, de cada um de seus Estados do mundo, vêm sendo implementadas de forma gritante. E não diferente aqui no País, o Brasil vem experimentando, realmente, uma coisa totalmente fora do que a lei prevê.

Eu vou diretamente à Constituição Federal, que em seu preâmbulo diz que o estado democrático de direito é destinado a assegurar o desenvolvimento e a igualdade à justiça e como valores supremos. No artigo 1º da nossa Constituição, a gente tem que o Estado brasileiro constitui-se um estado democrático de direito. E o seu fundamento, um deles, o fundamento principal, é a dignidade da pessoa humana. Embora esse termo “da pessoa humana” eu tenha uma certa reserva, porque toda pessoa, para mim, é humana. Mas a dignidade do ser humano está aqui como fundamento principal na instituição da nossa Constituição Federal de 1988. E como é desde sempre, porque se trata de um direito natural, é um direito que todos temos, ainda que não existisse Constituição Federal.

Então, quero trazer essa questão da Constituição Federal justamente numa Assembleia Legislativa, numa Casa de Leis. Inclusive o Deputado Jair Montes falou que é a Casa do Povo, como definitivamente é. O que vem no parágrafo único do artigo 1º da Constituição Federal, onde diz que todo poder emana do povo e será exercido por seu representante eleito. Então, os senhores deputados estaduais, os senhores vereadores, e também os deputados federais e senadores da república. Esse poder é originário, entregue, delegado aos senhores legisladores para o quê? Para o bem da sociedade, para o bem do cidadão, elabore leis de convívio, elabore leis para melhor convivência em coletividade e nunca contra os direitos fundamentais.

O que a gente tem visto é que simplesmente se esqueceram de que o poder do cidadão brasileiro é tão grande que deve ser respeitado à plenitude e nunca, jamais ser mitigado por conta do aspecto coletivo. O aspecto coletivo é extremamente importante, é direcionado, também, pela legislação brasileira, só que mesmo dentro de uma coletividade, o indivíduo é único, é um só. Então, os direitos individuais são protegidos na pessoa em si de cada cidadão e, também, quando ele está inserido dentro de uma coletividade. Jamais pode ser mitigada por qualquer aspecto, sobretudo político.

O respeito à legislação brasileira é a primeira bandeira que deve ser erguida por um legislador. E de forma alguma, esse legislador pode simplesmente abdicar e desprestigiar todo poder originário que lhe foi delegado para atuar contra o cidadão. Quando as questões são postas de forma segura, eficaz e efetiva, a gente entende que o poder aplicado ou a legislação aplicada num coletivo como um todo, ela tem vez, tem palco, tem uma certa sabedoria e uma preocupação exatamente com a dignidade humana, com a saúde das pessoas. O que a gente tem visto em relação à Covid-19 é uma exacerbação de poderes, uma falta de critério biológico, ético, médico e legal para a instituição de algumas obrigações e sanções daqueles que, porventura, têm receio, têm pavor ou simplesmente não querem entrar nesse sistema vacinal.

Muitos lugares no País têm adotado restrições gravíssimas que impedem o direito de ir e vir, também um direito constitucional. E outros lugares já exigem o passaporte vacinal ou passaporte sanitário, ou como está prescrito na legislação, no Projeto de Lei 1674, que foi alterada essa nomenclatura para "certificados sanitários". Isso pouco importa a nomenclatura que se dê a isso, porque na verdade ela se chama um ato ditatorial. Um ato que vai contra todos os princípios fundamentais... **(falha na transmissão do áudio)** ...fazendo o seu trabalho de delegar aos senhores senadores e deputados, aquele poder originário que ele tem, está se vendo totalmente traído. Poucas Audiências Públicas estão acontecendo, embora isso venha crescendo.

Mas, senhores deputados, Deputado Jair Montes, esta é a oportunidade gigantesca para que o povo seja ouvido, não só nós que viemos aqui falar alguma coisa que a gente conhece, mas o povo também tem que ser ouvido, tem que escutado. Ao ponto de que a negativa de uma simples vacinação não significa que ele está indo contra à própria vacina ou contra à coletividade. O que a gente tem que pensar é que a vontade livre do cidadão importa muito mais do que a própria coletividade ou os atos do exercício Legislativo e do Executivo. No nosso País, a gente tem visto uma exacerbação de poder... **(falha na transmissão do áudio)**

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Dr. Maurício. Seu microfone está desligado.

O SR. MAURÍCIO DOS SANTOS PEREIRA *(Por videoconferência)* – Os senhores estão me ouvindo agora?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Agora, sim.

O SR. MAURÍCIO DOS SANTOS PEREIRA *(Por videoconferência)* – Vocês me ouviram até agora ou não?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Ouvimos.

O SR. MAURÍCIO DOS SANTOS PEREIRA *(Por videoconferência)* – Perdão. É que entrou uma ligação telefônica, vocês me perdoem.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – O senhor tem mais 1 ou 2 minutos para encerrar, doutor.

O SR. MAURÍCIO DOS SANTOS PEREIRA *(Por videoconferência)* – Pois, não. Então, o que a gente tem visto é o seguinte: no país brasileiro e no mundo, a gente tem algumas regras a serem respeitadas. Estamos passando por um experimento. Um experimento é configurado pela não complementação e comprovação das garantias de segurança do sistema vacinal. Enquanto não há segurança é porque houve ainda todas as respostas necessárias aos cientistas sobre o que acontecerá em médio e longo prazo. Estamos em período de experimento, então, quer dizer que outras legislações estrangeiras, inclusive são tratados internacionais, devem ser respeitados.

Então, no Brasil, fora a nossa Constituição Federal, nós temos o Tratado de Helsinque, nós temos o Código de Nuremberg que especificam que em todos os experimentos o cidadão deve conceder o Consentimento Informado de forma clara e precisa, para que ele possa decidir se assume aquela responsabilidade de permanecer naquele experimento ou simplesmente se negue.

E toda essa questão jurídica encaminha-se em um sentido só: hoje, o Estado é responsável por aquilo que acontecer no futuro. O que a gente precisa fazer — e é uma orientação que eu tenho dado a algumas pessoas — é a responsabilização de todo ente público que exigir a vacinação ou o passaporte, com vem chamando, que apresente, como vem nas bulas desses medicamentos dessas, vacinas, uma prescrição individual para que o cidadão se submeta à vacina.

Então, o ente público quer exigir a vacina? Exija, tudo bem, certo. Então, encaminha o cidadão ao médico para que ele faça toda a averiguação desse cidadão e lhe prescreva, com o seu CRM, essa vacina, para que a gente tenha aqui um encaminhamento e um acompanhamento individual que cada um de nós, somos uma pessoa totalmente diferente da outra, e para que tenhamos um responsável, porque o governo não pode simplesmente pedir para que nós nos vacinemos. E não há responsável. Tem que haver um médico que prescreva a vacinação para o cidadão brasileiro, inclusive nas questões trabalhistas, porque muitas empresas estão demitindo, justificando pela não vacinação a demissão por justa causa. Então, que a empresa apresente o seu funcionário a um médico e esse médico prescreva aquela vacinação. Só assim a gente vai fazer a coisa corretamente.

Agradeço pela oportunidade e espero em Deus que os senhores tenham realmente um discernimento capaz de fazer o melhor para o cidadão brasileiro. Eu agradeço a todos e tenham um bom-dia a todos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado, Dr. Maurício dos Santos. Muito obrigado pela sua participação. Eu quero aqui agradecer em nome do Pastor Malaquias Mota, da Comunidade Shekinah, representando a Copep e também o Conselho de Ministros Evangelistas de Porto Velho. Em seu nome eu quero agradecer aqui a todos os pastores que se encontram conosco aqui nesta Audiência Pública. Muito obrigado pela presença de vocês.

Dr. Luiz Maia, médico veterinário, da Clínica Veterinária Parente dos Animais, Porto Velho, muito obrigado pela sua presença.

Nós tínhamos aqui ainda a Dra. Emília com os slides. Como ficou aí? Ainda não? Então, nós vamos passar aqui para a Dra. Deusilene de Souza Vieira, Vice-Coordenadora de Ensino e Formação e Comunicação da Fiocruz, que também se encontra conosco o Dr. Jansen Fernandes, Diretor da Fiocruz, que estão de maneira virtual, mas quem vai participar é a Dra. Deusilene com sua palestra.

Doutora, a senhora tem 10 minutos. Precisando de um pouquinho de tempo nós estamos dando. Então, a Dra. Deusilene é a última que está de maneira virtual e depois nós vamos passar para quem está aqui de maneira presencial.

O Dr. Hiran Gallo precisou se ausentar, mas deixou aqui um grande abraço a todos e obrigado, Dr. Hiran Gallo, pela sua participação nesta Audiência Pública.

Com a palavra, Dra. Deusilene de Souza Vieira.

A SRA. DEUSILENE DE SOUZA VIEIRA (*Por videoconferência*) - Bom dia a todos. Estão me ouvindo bem?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Muito bem. Pode ir.

A SRA. DEUSILENE DE SOUZA VIEIRA (*Por videoconferência*) – Ok, obrigada. Início cumprimentando a Mesa e os membros, os colegas que aqui participaram. Peço desculpas por a gente não ter participado presencialmente, mas, concomitantemente, tivemos uma outra reunião e estamos aqui também, para poder contribuir dentro do contexto Fiocruz Rondônia nesse debate sobre o passaporte sanitário.

Inicialmente, eu vou fazer uma contextualização das ações da Fiocruz Rondônia aqui, durante a pandemia, desde o início do ano passado ainda, antes de o vírus chegar aqui no nosso Estado, a Fiocruz ela já tinha procurado as organizações de Saúde, as Secretarias de Saúde para se colocar à disposição. Participamos ativamente, treinando e capacitando os profissionais de Saúde para atuar no diagnóstico; disponibilizamos os nossos colaboradores para também estar atuando no diagnóstico junto ao Lacen Rondônia. E, ao longo desse tempo, além do apoio ao Lacen, a gente também desenvolveu atividade de pesquisa para poder avaliar a dinâmica do vírus circulante aqui na nossa região. E nós sabemos, pelo contexto epidemiológico aí, que nós tivemos períodos com aumento do número de casos, depois com uma baixa redução e, agora, nos últimos meses, nós estamos vivendo um declínio nesse contexto epidemiológico.

Então, para acompanhar essa dinâmica viral, nós desenvolvemos aqui um método que pudesse quantificar essas partículas virais existentes nos indivíduos infectados e avaliar a persistência desse vírus em relação a semanas, através de monitoramento. Foi quando nós recebemos a questão de uma alta transmissibilidade, algo que a gente já falava no contexto da avaliação genômica, quando a gente repassava para o Estado a questão sobre mutações, sobre variantes, existentes. E sempre essas variantes associadas com alta transmissibilidade. E quando a gente foi comprovar essa alta transmissibilidade, a gente percebia que tinham pessoas que persistiam com o vírus por um período mais prolongado, por um período acima de duas semanas, e casos até de cinco semanas aproximadamente, praticamente mais de um mês aí com contexto de infecção viral.

Então, isso acabava contribuindo para que a gente tivesse aquele índice, aquele *boom* que nós tivemos de uma quantidade expressiva de casos. Juntamente com isso, nós fizemos essa parte de vigilância genômica junto com a rede de vigilância genômica da Fiocruz nacional monitorando as variantes circulantes no Estado e avaliando o impacto e a presença dessas variantes no contexto epidemiológico. Então, através disso, foi possível monitorar aqui o que são classificadas como variantes de preocupação, que são aquelas variantes que estão correlacionadas com essa falta de transmissibilidade, mas também podem estar correlacionadas com escape diagnóstico, por exemplo, como também com escape vacinal.

Hoje nós temos presente aqui no Estado, duas variantes de preocupação. A variante Gama, que foi descrita inicialmente no Estado do Amazonas, em dezembro do ano passado, e a variante Delta, que é a principal variante de preocupação hoje em todo mundo. E o que nós percebemos nos estudos de acompanhamento dessas variantes, principalmente dessas duas variantes que são consideradas hoje as mais preocupantes em termo de saúde pública em geral? Que, a partir do momento que essas variantes entraram, e eu vou começar pela primeira aqui, pela variante Gama, que entra aqui no Estado no finalzinho de dezembro, mas aumenta todo esse contexto epidemiológico nos meses de janeiro, fevereiro, março e até a primeira quinzena de abril, causando um dano grande no contexto epidemiológico. Foi o momento em que a gente viveu o caos no contexto de saúde e aí não me refiro só ao Estado de Rondônia, mas, praticamente, o nosso País como um todo. Esta variante hoje ainda está presente, ela sofreu várias mudanças. Dessas mudanças surgiram sub variantes, dessas sub variantes nós temos sub variantes que se comportam de forma mais branda, outras de forma mais agressivas, causando uma evolução mais moderada para uma evolução mais para o grave e, às vezes também correlacionadas com o óbito.

A variante Delta entra no Estado no contexto já de imunização de boa parte da população. A partir do momento que nós imunizamos um percentual maior e maior quantidade de faixa etária, nós tivemos a entrada dessa variante Delta, que não gerou muito impacto aqui devido a esse contexto. Só que a gente tem que lembrar que no contexto da criação dessas vacinas que estão sendo utilizadas, que foram autorizadas pela Anvisa, o que nós percebemos no cenário epidemiológico atual é o que essas vacinas conseguiram contribuir para a redução dos números de casos. Esse reflexo é visto diariamente nos boletins epidemiológicos liberados pela própria Secretaria de Estado da Saúde, assim como as Secretarias municipais.

Quando a gente correlaciona isso com a presença do vírus, o vírus não foi embora. O vírus ainda continua no Estado. O vírus ainda continua sofrendo modificações, sofrendo mudanças, só que a presença dele e essas mudanças têm gerado um baixo impacto. Nós temos que lembrar que essas vacinas, quando foram produzidas, quando foram construídas, liberadas, elas descreviam que o principal contexto delas era a evolução para os quadros moderados e, principalmente, para os quadros graves e óbitos.

Acompanhando esse contexto de vigilância nos últimos meses, eu vou me referir especificamente aos últimos três meses, finalzinho de agosto e até o final de outubro, nós temos hoje um percentual aí, podemos falar, de 48% dos indivíduos

infectados com a variante Delta e os demais infectados com a variante Gama. Uma proporção quase de 50 para 50. Acredito que os dados mais atuais, que vão ser gerados depois o dia 20 de novembro, possam mostrar esse percentual ainda mais próximo. Mostrando que mesmo ela causando grandes danos em outros locais, parte desses indivíduos que foram infectados também tinham sido vacinados. E um ponto interessante desses indivíduos é que praticamente 95% desenvolveu um quadro leve ou aquela infecção gripal e uma pequena parcela, que você vai de um percentual de 5% a 2%, desenvolveu um quadro mais moderado.

Então, a questão da vacinação contribui. Nós entendemos que a nossa Constituição nos dá liberdade de ir e vir e tomar as nossas decisões. Mas é interessante que a população entenda que esses imunizantes utilizados estão tendo um reflexo muito bom no contexto epidemiológico.

Em outro contexto que a gente fala de dose de vacina, de dose de reforço, estas necessidades ainda terão que ser supridas ao longo do tempo. A gente está vivenciando agora o momento de terceira dose na população idosa e nos profissionais de saúde. Então, possivelmente isso depois vai ser albergado para o restante da população para que a gente possa reduzir, porque o vírus continua mudando, ele continua se modificando e se a gente não estiver preparado para isso, incluindo as medidas estratégicas que a gente conhece desde o início da pandemia, a gente vai vivenciar novamente outro cenário como alguns países já estão enfrentando. Países esses que, às vezes, não tem nem o percentual da população vacinada, como o nosso País tem. Só que o nosso País e o nosso Estado é um Estado gigantesco.

Então, a gente precisa, eu diria não como obrigatoriedade, mas levar para a população a informação desse contexto, de como funciona, não é? As mudanças que a gente já sabe que são da natureza do vírus — o vírus vai sofrer mudanças, vai sofrer mutações — e como essas mutações aparecem, como elas causam impacto num contexto de uma estratégia de saúde pública para amenizar a situação.

Então, apenas fazendo essa reflexão de que a Fiocruz está aqui avaliando e fazendo esse monitoramento diário, juntamente com o Estado, com os municípios também, avaliando a presença dessas variantes e correlacionando aí, com o contexto epidemiológico. Qualquer dúvida, estamos aqui à disposição.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Muito obrigado, Doutora Deusilene, Vice-Coordenadora de Ensino e Informações de Comunicação da Fiocruz. Obrigado pelo seu tempo também, pela palestra e as informações que nos traz aqui, que são muito úteis.

Nós, neste momento, o dispositivo virtual já foram todos que estavam aqui inscritos, já se pronunciaram, já falaram, nós agradecemos do fundo do coração.

Temos a Dra. Emília que ficou de passar para nós o slide, não sei se já chegou. Ainda não? Chegou? Chegou.

Então, Dra. Emília, fique um pouquinho aí, eu vou aproveitar e chamar aqui o Deputado Adelino Follador. Ele ainda está conosco ou já saiu? Saiu.

Então, eu vou chamar aqui, o senhor Wagner Pedraza, Delegado Sindical da Associação dos Servidores da Justiça –

Assejus. Presencial, já. Vai à tribuna. Vamos lá. Quem está presencial, a gente pede, assim, que seja bem sucinto, para a gente ir mais rápido aqui. O presencial fica bem melhor e já conta um pouquinho aí do que está acontecendo, a sua experiência e da sua reivindicação, para a gente também ter um norte:.. Wagner, vamos lá.

O SR. WAGNER PEDRAZA – Ok. Eu quero agradecer aqui, primeiramente, a Deus, que é o nosso criador, autor e consumidor da nossa vida. E agradecer ao nosso Deputado que com muito carinho atendeu à nossa reivindicação. Ok? Então, obrigado pela palavra concedida.

Então, Deputado Jair Montes, em nome da Assejus, Associação que agrega os nossos servidores; Deputado Eyder Brasil, nós agradecemos pela oportunidade e abertura deste momento aqui, histórico para o nosso povo de Rondônia e o povo brasileiro. Eu quero aqui fazer uma homenagem em memória da minha irmã, que, contrariamente à questão do atestado médico, o meu médico proibiu, aliás, eu estou em licença médica. Minha irmã, por uma doença que infecta a nossa sociedade também, diante de uma inexistência momentânea, ela retirou a vida. A Joelma Cunha Pedraza, a quem eu faço uma homenagem póstuma aqui neste momento, que era servidora de carreira da Procuradoria-Geral do Município.

Dito isso, bem sucintamente, como falou o Deputado, eu só tenho duas questões que nós estabelecemos como tripé, para que, aliás, como dupla forma de falar o que a gente quer de maneira prática e sucinta, não é?

O que eu tenho a dizer, envolve esses aspectos que estão relacionados ao nosso direito de ir e vir. Então, eu sou Wagner Pedraza, represento aqui a categoria do Ministério Público, do Tribunal de Justiça e da Defensoria Pública. Nós agregamos, em todo o Estado, os servidores que estão, de maneira imediata, a partir de segunda-feira, no caso, no TJ, já estão sendo impedidos, os nossos colegas, a ingressarem no local de trabalho se não apresentarem esse passaporte vacinal. E nós estamos aqui para fazer a defesa, na verdade, de quem deseja se vacinar, que se vacine, mas pela não obrigatoriedade da vacina. Então, objetivamente falando, o que eu quero dizer: pacto federativo e a possibilidade da legitimidade de legislação estadual.

Não haveria nenhum sentido nós estarmos aqui, se a nossa Assembleia Legislativa não tivesse e não agregasse as condições legais para que nós disséssemos “não” ao passaporte sanitário. Essa é a primeira coisa. A segunda coisa, a ciência médica, em face da ineficácia vacinal de um produto não imunizante, constatação de dados estatísticos, e em face da hidroxicloroquina, que foi durante muito tempo, peremptoriamente, ela foi atacada. Certo?

Ilegalidades de portarias institucionais que não detêm o poder-dever de impor proibições aos cidadãos brasileiros residentes em Rondônia de adentrarem os órgãos públicos. E a criação de uma casta leprosário de pessoas rebaixadas àquela condição e tratamento dado aos leprosos dos tempos bíblicos.

Eu vou ler aqui, para finalizar, e ser bem sucinto, o que disse um colega nosso também da Assejus (Associação dos

Servidores da Justiça), vou ler o que ele me pediu para que nós compartilhássemos aqui:

“A Constituição Brasileira estabelece, no artigo 19, inciso III, que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios — inciso III —, criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si. Além disso, na mesma constituição, foi estabelecido que o Brasil tem como fundamento, dentre outros, a dignidade da pessoa humana. Desta forma, a fim de que nossas garantias fundamentais sejam respeitadas, nos importa invocarmos os preceitos constitucionais a que nos referimos para a não efetivação do chamado “passaporte sanitário” no âmbito do nosso Estado.

Quanto ao ato concreto, editado pelos órgãos públicos deste Estado — TJ, MP e prefeitura —, é certo que estes, com todo respeito, estão em descompasso com o disposto na Constituição Federal, quer por não haver lei que os ampare, mas especialmente por criarem castas sociais nas quais vacinados e não vacinados serão tratados como pessoas distintas e submetidas a um regramento que beira a marginalização desses últimos. Sendo assim, o implemento dessa imposição, sob pena de perda de direitos fundamentais, viola a dignidade humana, que foi acolhida no Brasil e está lançado no pacto de São José da Costa Rica.

Necessitamos, sim, da vacina, mas é imperativo que deixemos as pessoas cuidarem com seu arbítrio e dentro da proporcionalidade e razoabilidade quanto à efetivação ou não do ato de vacinar. O STF, quando decidiu o caso, deixou claro que cabe apreciação da situação mediante o respeito à proporcionalidade. Logo, sujeitar um servidor público à perda do seu ganha-pão não é medida proporcional; impedir o cidadão de não entrar nas repartições públicas, quer seja por um atendimento, quer seja para realização de uma consulta médica e até mesmo de uma cirurgia efetiva, igualmente, não é proporcional e razoável. —

Posto isso, somos a favor da vacina. No entanto, entendemos ser inviável, por absoluta afronta à Constituição, o estabelecimento do passaporte vacinal dentro do Estado de Rondônia.”.

Para finalizar, eu quero dizer também que eu represento aqui a nossa Federação Nacional dos Trabalhadores dos Ministérios Públicos Estaduais. Há divergência entre os colegas, mas a minha posição, junto com a posição de outros colegas, é essa. Eu tenho aqui presente meus dois irmãos, Cleverton Pedraza e Jennifer Pedraza, e tenho minha filha em Jarú. Ela é professora. Ela está sendo forçada, assim como o Cleverton também foi, a que acesso ao trabalho seja mediante esse passaporte insano, diante de todas as proposições que já foram feitas pelos técnicos, pelos cientistas da área médica. Respeitando, claro, as divergências políticas e ideológicas que estão contaminadas e contaminaram este discurso, de defensores ferrenhos desse passaporte vacinal.

Eu finalizo aqui dizendo que nós estamos abertos a discussões. Não somos contra a vacina, mas nós somos favoráveis a que toda a condução desse processo seja feita de uma maneira adequada, proporcional, inteligente, científica e desapaixonada de critérios políticos, ideológicos e financeiros. Muito obrigado. Um bom-dia a todos e boa Audiência a todos nós.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Muito bem. A Doutora Emília já está Ok aí, para gente encerrar com ela virtualmente? Faltou só os slides?

A SRA. MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA (*Por videoconferência*) – Sim, sim. Estou pronta.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Doutora, está aí? Vamos lá, doutora, rapidão, então, para a gente encerrar essa parte do virtual. Já pode colocar a Dra. Emília e os slides para ela fazer sua apresentação.

A SRA. MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA (*Por videoconferência*) – Vocês estão vendo meus slides?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Sim, doutora.

A SRA. MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA (*Por videoconferência*) – Conseguem ver? Vou começar.

(apresentação de slides)

Então vamos falar sobre essa questão das vacinas contra a Covid-19 e a discussão sobre o passaporte sanitário.

Bem, eu estou aqui na condição de pós-graduada em perícias médicas, e médica já há 33 anos, e declaro também que não tenho nenhum tipo de conflito de interesse que comprometa a minha apresentação. É um prazer estar aqui, uma honra estar aqui com vocês hoje.

Tenho participado de muitas Audiências Públicas para levar esse tipo de conhecimento, que infelizmente é censurado pela mídia. E deixo aqui essa Audiência dedicada a dois adolescentes do Estado de Rondônia, Weverton Silva, de 13 anos, que tem no atestado de óbito, óbito de causa desconhecida. Foi um vídeo que circulou, ele morreu numa farmácia onde a sua mãe trabalhava. E esse outro rapaz, o Kelvin Pereira Bastos também. Todos com causas cardíacas não detectadas.

E quando nós vamos ver as estatísticas do Estado de Rondônia, só para homens, nós tivemos 9.353 casos de cardiopatias e aqui em 2021, até novembro, até a data de hoje, 10.364 casos. Então, houve um incremento e provavelmente relacionado a esses fatores que nós estamos comentando.

Eu quero, primeiro, se eu tivesse que deixar um slide apenas, seria esse aqui do professor John Ioannidis. Ele é um professor de Medicina, da Universidade de Stanford, na Califórnia, nos Estados Unidos, de Epidemiologia e Saúde Populacional, estatísticas, e dados biomédicos e é um homem acima de qualquer suspeita, digamos assim, recebeu várias honras e ele é um dos Índices H 217. Qualquer pesquisador com Índice H acima de 40 já é um suprasumo. Então, vejam que ele é uma pessoa diferenciada. E ele publicou recentemente esse estudo mostrando qual é o risco de morrer por Covid.

Então, nós temos aqui essa tabela mostrando que de zero a 19 anos, o risco é 0,0027%; em 60 a 69 anos, 0,59%. Não chega a 1%. Então, isso aqui é muito importante, por quê? Quando nós vemos isso na faixa da população jovem, 0,0027%, significa 2,7, menos de três pessoas a cada 100 mil habitantes vão morrer de Covid.

Então, todo esse esforço de que a Covid é uma doença altamente letal é um pouco inflacionado, porque os dados mostram que não é bem assim. Inclusive, quando uma pessoa adoece, existem estudos e pela própria Declaração da Organização Mundial da Saúde, neste ano, no dia 10 de maio, mostram que as pessoas que já desenvolveram Covid têm o desenvolvimento de imunidade protetora 90, 99% dos indivíduos infectados desenvolvem anticorpos neutralizantes detectáveis. E isso, na ocasião que foi publicado, durava de seis a oito meses, que é o período máximo de acompanhamento que se tem em função da doença ser uma doença nova.

E isso é muito importante porque, primeiro, não faz sentido vacinar quem teve a doença. Exigir isso é até perigoso em função da possibilidade de ocorrência de reação à DE e outras questões. Então, é importante lembrar que no artigo 15 do Código Civil Brasileiro diz que “ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida à tratamento médico ou à intervenção cirúrgica.”, que é exatamente o que está acontecendo no momento no Brasil. Várias instituições, inclusive, ligadas à Justiça, ao Judiciário, estão exigindo que os funcionários, os servidores apresentem esse malfadado passaporte sanitário. E já sabemos que toda a Medicina é embasada na apresentação da saúde do ser humano e também da saúde pública. O próprio Código de Ética Médica, em vários princípios, diz que o médico, além de servir o ser humano e a coletividade, ele deverá comunicar às autoridades competentes quaisquer formas de deterioração dos ecossistemas prejudiciais à saúde e à vida e que é dever do médico também comunicar o ocorrido às autoridades competentes e ao Conselho Regional de Medicina. E é isso o que eu estou fazendo aqui hoje para todos vocês, para esta Casa de Leis, diante do conhecimento do que vai ser exposto aqui, tomem providências.

O importante também é que o paciente, a pessoa humana ou o seu representante legal sempre tem que assinar um Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido quando participa de uma pesquisa clínica. E é o exatamente o que está acontecendo em relação à inoculação que nós estamos vendo. A questão das *fake news* tem dominado o noticiário sempre, qualquer pessoa que fale coisa diferente da média, é taxada de gerador de *fake news* e nós sabemos da espiral do silêncio e quando a maioria se manifesta de acordo com o senso comum, uma minoria tende a se calar. Eu faço parte dessa minoria que, infelizmente, não se calou — ou felizmente —, e isso é uma questão muito importante e eu convido os senhores que tomem conhecimento, realmente, do que está acontecendo no nosso País e no mundo, porque nós não temos um grande futuro se o ritmo continuar dessa forma.

Esse é um artigo publicado no *New England Journal of Medicine*, uma revista considerada respeitável, falando exatamente como promover, como convencer uma pessoa a ser vacinada com a vacina da Covid. Então, são 12 táticas de comunicação. A primeira parte tem a ver identificar os produtos experimentais com as vacinas convencionais. E já sabemos que elas não são convencionais. Então, aqui, tem um resumo, eu vou disponibilizar a apresentação para quem quer ver depois. Mas, eu queria dizer o seguinte: é um pouco estranho já precisar de ter tática de comunicação para vender esse produto, não é? É um pouco estranho. Então, vejam, tem até uma

pirâmide da eficiência da técnica, da prática. Quer dizer, é uma propaganda. É um produto novo que precisa de propaganda e eles não medem esforços para usar a criatividade. Por exemplo, sorteio de carros, sorteio de um programa com uma garota de programa, 30 minutos em um bordel em Viena. O que vocês acham disso? Isso não é muito normal, não é?

Então, nós temos realmente que pensar nesses paradigmas. Quais são os paradigmas que nós estamos enfrentamos agora? Que não existe tratamento medicamentoso para a Covid, que existe, claro que existe, sabemos que existe. Ele precisa ser oficializado e reconhecido e disponibilizado em larga escala como a Índia fez e debelou a recidiva da Covid depois de um período de vacinação.

“As vacinas são um dos maiores avanços da humanidade. São sempre seguras.”. Nada é sempre seguro, sempre pode dar algum tipo de problema que pode ter alguma gravidade maior ou menos.

“E novas tecnologias permitem produzir vacinas seguras em 6 meses.”. Isso aqui é absolutamente quase impossível, mas é o que se diz.

“As vacinas contra Covid diminuem a chance de morrer pela doença.”. Todos os estudos clínicos dos produtos que estão disponíveis no Brasil não usaram esse desfecho. Nenhuma mediu a diminuição da chance de morrer pela doença. Vocês podem acessar os estudos originais no clinicaltrials.gov que vão ver que isso é verdade. Então, quando alguém da imprensa, ou o diretor do Butantã diz que tem 100% de redução de chance de morrer quando se tomar CoronaVac ele, infelizmente, está mentindo e sendo irresponsável.

E o outro paradigma é “somente venceremos a Covid com 100% da população vacinada”. Isso também não é verdade, por que onde já se viu isso? Isso não existe. Se esquece que existe imunidade de rebanho, que as pessoas têm imunidade, que não se restringe anticorpos, existe imunidade celular também. Tem vários aspectos.

E aí vejam, o consórcio de imprensa, a comunicação, tem sido muito utilizada para manipular a informação que chega na população.

E vejam aqui, a notícia do consórcio de imprensa quando foi criado é que “os veículos se unem em prol da vacina contra a Covid.”. Eles não disseram os veículos se unem em prol da população, em prol da Saúde. Então, a aqui já coloca exatamente. Esse consórcio foi criado dia 08 de junho do ano passado, reúne os principais veículos de comunicação que, basicamente, controlam toda a informação que chega para a população brasileira, e eles também se comprometeram a divulgar diariamente os dados das pessoas vacinadas contra a doença, mostrando a evolução da imunização em todos os estados do País. Eles só não se comprometeram a mostrar os problemas, os eventos adversos, que estão aí acontecendo em quantidades impressionantes.

E aí, vejam, a própria Anvisa usa a estatística desse consórcio dos veículos de imprensa como referência. Esse é o documento da aprovação emergencial da CoronaVac e da AstraZeneca. E diz, ainda... É muito estranho uma agência do governo não ter capacidade de usar estatística do próprio governo. Algo um pouco estranho.

O SR. JAIR MONTES(Presidente) – Dra. Emília, 1 minuto para encerrar, por favor.

A SRA. MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA (*Por videoconferência*) – Sim. Eu preciso falar um pouquinho, porque isso aqui é importantíssimo. Vocês vão tomar decisões baseadas em informações e precisam saber o que está acontecendo. Eu falei acho que nem 5 minutos ainda. Eu posso continuar?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Pode mais um pouquinho. Já está em 10, Doutora.

A SRA. MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA (*Por videoconferência*) – Então, o importante é isso. O próprio documento da Anvisa da aprovação emergencial diz que não existem medicamentos profiláticos eficientes. Isso está dentro de uma estrutura de comunicação maior, com a Pfizer sendo a empresa que patrocina, basicamente, tudo isso. E nós estamos aqui como população no meio desse sanduíche, sofrendo pressão de todos os lados e sendo obrigados a seguir uma cartilha que não é verdade. Esse é o ponto.

Então, vejam, isso é um noticiário da Índia em que a moça, que é apresentadora, diz tudo que a Pfizer tem feito para controlar os governos mundo afora, inclusive o governo brasileiro. Literalmente a Pfizer ganhou poder de silenciar os governos, inclusive o Brasil. Então, e isso é uma conta que inclui 100 milhões de doses, \$ 1 bilhão de dólares.

Então, isso nós estamos vendo acontecendo aqui, no dia 22 de fevereiro deste ano, no Brasil, a CNN noticiou que a Pfizer não abria mão da responsabilidade pelos efeitos da vacina, que sejam do Brasil. E, no dia seguinte, a Anvisa aprova o registro definitivo desse produto. Isso é inaceitável e eu vou mostrar para vocês o que acontece.

Então, o Brasil contratou seguro internacional, a própria AstraZeneca também, junto com a Fiocruz, está construindo um prédio novo, quer construir um prédio novo com um cofre de ultra segurança para também preservar. Só vai liberar esses contratos em 2036. Então, o que será que está sendo escondido da população?

E aí nós vemos o conflito de interesse dessas pessoas com cargos duplos em agências estratégicas. No Brasil Presidente de Sociedade Brasileira de Infectologia contaminado de conflito de interesses com a indústria que produz vacina. Outro médico aqui Dr. Renato Kfoury, pediatra, imunologista, infectologista também participando de várias ações com a indústria farmacêutica e ao mesmo tempo agindo em nome do Ministério da Saúde brasileiro. E agora fazendo as questões de indução da necessidade de vacinar as nossas crianças, dizendo também que é possível trocar vacinas, que isso não dá problema nenhum, o que é um absurdo completo.

Então, eu vou mostrar para vocês aqui esse Dr. Toby Rogers, ele é um economista político que tem estudado os números dessa pandemia. E ele comparando aqui, o trabalho dele foi revisado por mais de 20 mil pessoas, ele diz o seguinte, que "para salvar 1 criança de morrer contra Covid-19, outras 117 crianças morrerão por uma vacina contra a Covid-19". Quer dizer, essa conta não fecha. Isso aqui é um absurdo.

Então, nós vemos essas pessoas falando que é normal controlar a sociedade, usando tudo isso com conflitos de

interesses com instituições que vendem vacinas. E aí vemos isso aqui, foi agora, dia 3 de novembro, a China achando natural, que pode ser razoável condenar os que se recusam a vacinar à pena de morte. Isso é uma loucura. Então, esse movimento está acontecendo em vários países e ele está acontecendo em todos os continentes, de indignação sobre isso.

E eu quero colocar aqui para vocês que o que tem dentro desse frasquinho. Ele pode ter o vírus inativado; ele pode ter um vetor viral; ele pode ter RNA mensageiro; ele tem alumínio, que é um adjuvante; ele tem conservante que é o polissorbato 80; ele tem células fetais, que é produto de aborto; tem organismo geneticamente modificado e tem nanopartículas lipídicas. A maioria desses produtos, tirando o vírus inativado, que é da CoronaVac, e o alumínio e o polissorbato, os outros componentes causam um problema muito sério e pouco conhecido ainda, sem licença para adição nesses produtos.

Ontem aconteceu um seminário de farmacovigilância e vejam, nenhum caso de morte chegou até esse Seminário da farmacovigilância. E todos nós conhecemos casos de pessoas que morreram após a aplicação desses produtos experimentais. Nós já sabemos que a notificação é baixíssima, pelo estudo de Harvard Pilgrim, ou seja, menos de 1% dos eventos adversos são relatados nos bancos internacionais.

Então, vejam aqui, o que aconteceu de mortes, de relatos e de mortes nesse período, no ano de 2021 soma e ultrapassa em muito a soma de todos os anos anteriores, desse banco de dados norte-americano. Estamos falando de 18 mil mortes nos Estados Unidos, 28 mil pessoas incapacidades permanentes, 11 mil casos de miocardite, 2.700 casos de aborto, e esses números estão aqui.

Esse é o banco de dados da agência europeia: 22.530 mortes, juntando todas as vacinas, segundo a agência europeia. E o banco de dados do Reino Unido: 1.645 mortes. Então, isso aqui eu vou passar, porque já foi relativamente comentado.

Então, a mudança dos conceitos tem sido utilizada justamente para dizer o que é vacinação. É um ato que introduz a vacina no corpo para produzir proteção. Antigamente era para produzir imunidade. Vocês não acham estranho que a orientação geral agora é que a pessoa toma vacina e não precisa fazer os anticorpos. Então, por que será que não precisa fazer? Deveria. Quero ter uma documentação. Então, todas essas seguranças foram ultrapassadas. Não há segurança nesses produtos, todos os produtos vão terminar em 2022, CoronaVac em 2023, todas as outras. E, vejam aqui, no trabalho que está publicado no clinicaltrials.gov, que é o banco americano, o trabalho da Astrazeneca diz: "atualmente não existem tratamentos específicos disponíveis contra a Covid-19. O desenvolvimento acelerado de vacinas é urgentemente necessário.". Esse é o discurso que se usa para explicar o paradigma pandêmico, a rapidez para se aprovar produtos experimentais. Então, esses produtos não têm em conta a variação, a mutação. Então, estão usando vacinas daqui, do início dessa pandemia.

Eu comparo, imaginem, uma pessoa que tem uma infecção urinária. Ela não faz um antibiograma para ver qual é a bactéria e qual é a sensibilidade ao antibiótico? Quer dizer,

aqui não. E continuam vacinando e fazendo doses de reforço com o mesmo produto. Quer dizer, é uma subversão dos conceitos básicos de imunologia.

Então, isso aqui a Dra. Gi Lara (Giovanna Lara) já explicou, depois pode ficar disponível para vocês.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Doutora, 1 minuto para encerrar, por favor.

A SRA. MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA (*Por videoconferência*) – Já estou terminando.

O estudo da toxicidade reprodutiva da Pfizer mostra que aconteceram alterações nos fetos das ratas vacinadas. Aumentou duas vezes a perda do embrião, o aborto, aconteceu má-formação da parede abdominal, má-formação da boca e mandíbula e assim por diante. Essa é uma patologia que acontece em seres humanos também, não é? E o estudo desses produtos estranhos que têm sido colocados na vacina Pfizer e na vacina Moderna, isso aqui é o estudo publicado na Agência equivalente da Anvisa japonesa, e mostra exatamente que esses produtos não ficam no braço, como se diz. Eles vão parar, inclusive, nos ovários.

Então, essa questão do abortamento de 8 em 10 poderem abortar, esse estudo foi levantado recentemente e foi confirmado esse risco. Então, quer dizer, esse não é um produto absolutamente seguro para ser aplicado em grávidas e eu vou mostrar para vocês, para terminar, esse parecer público da Anvisa. Esse apareceu, é o que está valendo, está publicado no site da Anvisa do dia 2 de agosto de 2021 e ele mostra aqui as incertezas. ~

Então, vejamos: isso aqui é impressionante. Ele diz aqui: "A segurança e efetividade da vacina Pfizer, em participantes menores de 16 anos, não foram estabelecidos no momento do registro sanitário".

Então, eu pergunto aos deputados: como é que esse produto está sendo aplicado em adolescentes? Ele não foi estudado. Está no parecer da Anvisa. Também ele diz: "não há evidência de que a vacina Pfizer previna a infecção assintomática, a transmissão do vírus de pessoa para pessoa.". Quer dizer, também não previne, não é? Não foi possível concluir qual grau de eficácia da vacina Pfizer contra a Covid grave. A eficácia da vacina Pfizer contra a variante não foi estabelecida até o momento de concessão do registro. E a eficácia e segurança da vacina Pfizer em longo prazo também não foram estabelecidos. Ou seja, se o produto, o estudo termina e, vejamos aqui, isso é o documento, termina em dezembro de 2023. Como é que esse produto está sendo aplicado na nossa população, Deputados? Isso aqui é inaceitável. Isso aqui é inaceitável! É preciso uma investigação. E tomada de responsabilidade dessas pessoas que aprovaram esses produtos. Porque as pessoas, os brasileiros, estão sendo literalmente enganados, não é? Nós temos uma epidemia, uma pandemia de abortos, em função, todas as pessoas falam: o coração do meu bebê parou. Isso foram imagens que eu recebi no meu WhatsApp, de mães que tomaram vacina. Aqui a Astrazeneca, CoronaVac e Pfizer. Então, isso é inacreditável. Isso está acontecendo, passagem desses produtos pelo leite materno. Aqui um caso americano de uma criança que morreu 2 meses e meio depois do nascimento, só amamentada; um outro, lotado de reações alérgicas; crianças

que estão nascendo com aspecto estranhos, olhar estranho, não é? E aqui, para completar, a miocardite, não é? Que estão dizendo que é uma situação leve. Não existe miocardite leve, não é? Miocardite pode ter um curso benigno, mas você só tem um coração.

Então, simplesmente alertar sobre o risco e não fazer nada, diante da quantidade enorme de casos é um absurdo, não é?

Então, isso aqui, eu quero só mostrar para você o seguinte: o risco de morrer, na faixa etária de 0 a 19 anos, é menos de 3 pessoas para cada 100 mil habitantes. O risco de miocardite é de 16 a cada 100 mil habitantes. Quer dizer, você vai vacinar uma criança saudável, um adolescente saudável, como está acontecendo. Esses casos que aconteceram em Rondônia eram meninos totalmente saudáveis, que precisa de investigação, e fora a conta, não é? A conta que vem. Quem paga essa conta? Dessa internação, de tudo isso?

Então, nós estamos vendo a situação muito crítica, não é, uma manipulação de informação e eu rogo a vocês, que têm poder de decisão, de interferência, que investiguem essas coisas e, principalmente, não obriguem a população de Rondônia a ter que apresentar esse malfadado passaporte sanitário, porque isso não procede. Esses produtos são produtos experimentais que não têm nenhum tipo de garantia de segurança, vários desses dados foram fraudados. Isso está publicado na literatura e agora estão avançando sobre as nossas crianças, novamente, com técnicas de convencimento até das pobres crianças, não é? Então, nós não podemos aceitar nem passaporte sanitário e nem o avanço das nossas crianças porque elas são o futuro deste País.

E eu termino aqui dizendo o seguinte: existe um fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação configurados. São princípios jurídicos. Do ponto de vista médico, já tem evidências suficientes de problemas desses produtos experimentais. Então, eu peço a vocês que considerem esses alertas, essas informações, e realmente se posicionem totalmente contra esse passaporte sanitário. Eu agradeço.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado, Doutora Emília Gadelha, pela sua presença. A gente está correndo porque é muita gente para falar, Doutora. Mas foi de grande valia e também, a gente agradece de coração a sua pessoa. Que Deus te abençoe.

Registrar a presença do Excelentíssimo Deputado Geraldo Rondônia. Obrigado pela sua presença, Deputado.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA – Eu quero um aparte.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Daqui a pouco, Deputado. Agora vai falar o Deputado Adelino Follador.

Com a palavra, o Deputado Adelino Follador. Lembrando que o Deputado Geraldo ganhou a boina do Fernando Máximo, não é?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Bom dia a todos. Parabenizar o Deputado Jair pela iniciativa, cumprimentar o Deputado Eyder Brasil, que também está presente, o Deputado Geraldo, mas principalmente vocês que estão aqui presentes. O Secretário de Saúde lá de Ariquemes, que está aqui também. Cumprimentar cada um de vocês, porque para nós

isso é um tema muito importante. Agora, para nosso conhecimento, pelo que a gente ouve, deveria ter tido essa discussão lá atrás, não só agora. Mas sempre está em tempo. Mas eu quero parabenizar e, com certeza, fomos contrários ao passaporte, vacina sim, passaporte não. Então, que pelo que eu vejo, a maioria dos colegas, absolutamente quase que 100%, a gente vê esse pensamento. Mas esta Audiência Pública é muito importante. Cumprimentar todo pessoal da Mesa. A gente vê a Mesa lotada, e isso prova que é um tema de suma importância. O Secretário da Saúde, a Agevisa, todo mundo presente aqui para esse debate acontecer. E hoje, nós deputados, temos que estar aqui mais para ouvir a sociedade, ouvir vocês. Tivemos aí, o pessoal participou, vieram no gabinete conversar com a gente também. Eu acho que é isso que nós precisamos, que os temas, que a sociedade participe mais aqui na Assembleia Legislativa, de temas importantes. Muitas vezes, a gente decide pelas coisas aqui e pensa, às vezes, que está decidindo pelo melhor para a população, e às vezes não é isso que ela está pretendendo.

Agora, no dia 18, quero aproveitar este momento, nós temos aqui uma Audiência Pública sobre maus-tratos de animais no Estado de Rondônia. Nós vamos ter aqui uma Audiência pedida por nós, aprovada pelos 24 deputados, onde vai ter a Presidente Nacional da Confederação da questão animal, do País, em nível nacional. E o Vice-Presidente, o senhor Francisco, lá de Ji-Paraná, esposo da Dra. Rosana, que faz um trabalho brilhante aqui no Estado e nós vamos trazer esse tema muito importante. Quero aproveitar este momento para convidar vocês, que vai ser muito importante essa Audiência, 8:30 da manhã, no dia 18, na quinta-feira da semana que vem, e gostaríamos de contar com quem tiver interesse nesse assunto. É um assunto muito mais grave, depois que a gente começou a participar dessa situação, a gente pôde perceber que é muito mais grave do que a gente imagina essa questão dos maus-tratos, de abusos. E nós estamos convidando o Estado, a Polícia Militar e todas as ONGs do Estado que fazem um brilhante..., os voluntários do Estado todo para participar dessa Audiência, que é a primeira Audiência desse tema aqui em Rondônia. Obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Com a palavra, para fazer um complemento, o Deputado Geraldo da Rondônia.

Logo em seguida, a gente vai chamar a Senhora Daiane Gomes, representando o Sindicato dos Policiais Penais e Agentes de Segurança Socioeducativo do Estado de Rondônia, assim que o Deputado Geraldo da Rondônia terminar a fala dele.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA – Bom dia. Acho que é bom dia ainda, se estiver faltando, talvez um ou dois minutos para o meio-dia. Então, bom dia ou boa tarde a todos.

Quero, em nome do Presidente da Mesa, Deputado Jair Montes, cumprimentar todas as autoridades que compõem a Mesa. Quero cumprimentar meu colega parlamentar, o Excelentíssimo Deputado Eyder Brasil; meu colega parlamentar, da minha cidade, Deputado Adelino Follador — deputado de excelência, é um exemplo — e todos que se encontram aqui. Quero cumprimentar a Milena, Secretária de Saúde de Ariquemes e em nome da Milena, cumprimento todos os

Secretários também, as autoridades que estão sentadas aí. Parabéns pelas pessoas, transformadores de opiniões que estão aqui. Parabéns e obrigado também pelas presenças. Parabéns por quê? Pela atitude, pela determinação, pela vontade de ver as coisas acontecerem.

Cheguei aqui agora, já tinha pedido essa touquinha, eu que pedi para ele de presente, para o meu amigo, eu sou fã dele, para mim ele também é um exemplo de Secretário, o Dr. Fernando Máximo. O que ficou muito marcado para mim de eu estar usando essa touca hoje, em homenagem a ele, o que ficou marcado para mim foi aquela situação que aconteceu com todos os familiares, simultaneamente, inclusive, com ele. Quase partiram. Deus teve misericórdia dele, da mãe dele, do pai, do irmão dele que é um artista, hoje, do mundo musical. E Deus poupou a vida. E mesmo ele com todas as dificuldades, enfrentou todas as barreiras, enfrentou todos os problemas, com todas as dificuldades, como eu digo, ele não desistiu. Ele resistiu. Fazendo o melhor pela saúde do Estado de Rondônia. E eu estou hoje com essa touquinha em homenagem a ele, está com o nome dele. Me perguntou se eu queria que colocasse meu nome, eu disse que não. Essa touca virou a marca do Doutor Fernando Máximo.

E referente ao passaporte, que há um levantamento em questão de estar organizando, eu acredito que, Deputado Jair, o que se puder fazer para estar realmente organizando, obrigando as pessoas tomar, obrigando, porque, eu não tomando a vacina, nãcu: o é só a minha vida que está em risco. Eu estou colocando a vida do teu filho em risco, a vida do teu irmão, do pai, a vida do ser humano. Como está acontecendo hoje na Alemanha. Está batendo novamente o índice, mais um recorde. Alguma coisa falhou lá. O que eles falharam lá, nós podemos falhar aqui. Por isso que eu no começo, parabenizei, agradei. Se tivesse acontecido o que está acontecendo aqui hoje, todo mundo discutindo, indo atrás de soluções, de repente, Milena... Hoje está colocando a Europa em risco de novo, a Alemanha, bateu o recorde ontem. E o Brasil, Rondônia não pode voltar mais àquele filme anterior.

E eu sou a favor do passaporte. Sou a favor de qualquer atitude a ser tomada que leve o cidadão, o ser humano a quebrar essa teimosia, esse medo, se for medo, a enfrentar essa vacina. Não precisa, Milena, está se reunindo ali com a tua equipe, ou o Secretário de Saúde, as pessoas para estarem ligando. Eu sou a favor do passaporte. Agora, obrigar, a pessoa estar usando já é mais complicado. Sou contra. Proíbe. Eu digo assim, passaporte... Veja bem, me entenda bem. De repente, você não está entendendo a minha expressão. Obrigar no seguinte sentido, fechar o círculo para a pessoa para concurso, para estar entrando em determinados locais, nesse sentido. Agora, obrigar a pessoa ser vacinado... Agora, você estar... como é? Doutor Nélio, por favor, expressa para mim aí. Ou me dá dois minutinhos, Deputado Jair. Por favor, doutor. Me desculpa, porque às vezes eu estou expressando...

O SR. NÉLIO SANTOS – Eu acho que a opinião do Deputado que quer falar, ele está dizendo que ele é contra obrigar as pessoas. Obrigar que as pessoas apresentem o passaporte para entrar no supermercado, entrar em eventos culturais, para trabalhar. O direito de ir e vir das pessoas não deve ser suspenso por causa da vacinação. Eu acho que todos

nós temos direito de ir e vir, todos nós temos direito, somos brasileiros, eu acho que o passaporte pode trazer uma distinção de pessoas, como todos colocaram. Eu acho que é isso o que o Deputado está expressando a sua opinião na tribuna.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA – Isso. Isso. A gente quando vota, a gente quando vota não tem aquele selinho de que votou? Você quando não vota, é uma taxinha mínima. Mas, se votar, você é proibido de várias coisas, se você não exercer o valor rescisório. É o mínimo possível.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Deputado Geraldo, só um aparte. Eu creio que cada um tem uma opinião. A gente tem que respeitar a opinião. Nós temos, aqui, esta Audiência Pública e nós estamos ouvindo os prós e os contras.

Depois, nós teremos uma reunião apresentando a lei na Assembleia e todos os deputados serão chamados para que possam acompanhar. Vai ter deputado que vai ser a favor do passaporte, vai ter deputado que vai ser contra o passaporte. Eu tenho que respeitar essa opinião. O nosso papel como parlamentar e como também o Deputado Eyder apresentou a lei, qual o autor da lei, e outros deputados que queiram também fazer, é orientar os deputados daquilo que nós ouvimos, aqui, na Audiência e tentar converter os votos que são contrários em votos favoráveis, está certo?

Deputado Geraldo, o senhor termine a sua fala. Tem mais um minuto para terminar.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA – Eu quero agradecer a Vossa Excelência, Deputado Jair, o senhor, eu já cansei de elogiá-lo. Agradeço pelo tempo que o senhor me deu. Eu cheguei meio correndo. De repente, eu estou tomando até o tempo de outras pessoas, mas eu fiz questão de vir aqui para mostrar essa homenagem que eu estou fazendo para o nosso Secretário pelo que ele passou e hoje pela pressão que ele está tendo. Me perdoe se eu me expressei errado. Agora, mais uma vez, eu vou frisar: nós não podemos, na verdade a palavra “obrigação” é só no sentido de obrigar, mas só que as pessoas vão ter que ter ciência e consciência da vacinação, gente! Devido a situações que a própria lei ela vai vir completa. Eu vou votar aqui, eu só votar se a lei estiver de acordo, obrigando a pessoa praticamente a votar. Muito obrigado, gente. Fiquem com Deus, um abraço. Milena, leva meu abraço ao pessoal de Ariquemes. Fiquem com Deus. Obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado, Deputado. Com a palavra, a senhora Daiane Gomes, Presidente do Sindicato dos Policiais Penais.

Daiane.

A SRA. DAIANE GOMES – Bom dia a todos. Me chamo Daiane Gomes, sou policial penal, estou Presidente do Sindicato dos Policiais Penais e Agentes de Segurança Socioeducativos do Estado de Rondônia. É muito importante isso que está acontecendo aqui hoje. Eu quero agradecer a presença de todos realmente, cumprimentar a todos vocês, a Sofia, que eu acompanho no Instagram, sou fã, tenho que te falar. Agradecer ao Deputado Jair Montes que acertadamente fez este chamamento, porque da forma como as coisas estavam sendo

conduzidas, a gente estava indo para um caminho talvez bem perigoso de imposição, de obrigatoriedade, um risco que, talvez, não seria interessante a gente estar correndo neste momento.

Então, aqui, a minha fala, o meu posicionamento representando a minha categoria, é para expor o quanto que é melindroso essa questão da obrigatoriedade da vacina. Somos a favor da vacinação, sim, com certeza. Obrigatoriedade, não. A liberdade da pessoa, ainda mais diante de incertezas que esse vírus trouxe. Incerteza de qual maneira? De todas as maneiras. Qual o tratamento fazer? Como fazer? Eu sou a favor de todas as formas, tanto do tratamento precoce, para que a gente possa minimizar tudo isso que aconteceu aqui, que nos acometeu nesse tempo todo e, enfim, acaba parecendo um pesadelo que você não sabe por qual caminho ir. Então, é muito perigoso que haja imposições neste sentido.

Aqui eu vou falar acerca de uma Portaria, que é a Portaria 3.162, de outubro de 2021, sobre a nossa classe, sobre a nossa categoria. Essa imposição ocorreu por parte da Secretaria de Estado e Justiça do Estado de Rondônia. Preciso ressaltar que ela foi revogada, mas depois da intervenção do Deputado Jair Montes, essa Portaria previa, além da obrigatoriedade da vacinação aos policiais penais, ela previa consequências a ele. Por exemplo, se ele não apresentasse o passaporte, não apresentasse a vacina que ele estava em dia, tanto com as duas doses ou com uma, dependendo da vacina, ele não poderia adentrar ao ambiente de trabalho. Além disso, consequentemente, tomaria falta; consequentemente, desconto no seu salário; consequentemente desconto na sua subsistência, na sua alimentação, na sua sobrevivência. Além disso, também estaria na iminência de responder um processo administrativo e, quem sabe, ser punido por isso.

Então, preciso citar que, quando isso aconteceu, houve uma correria, uma corrida para que a vacina acontecesse, porque ninguém quer ter o seu salário descontado. Então, muitos se vacinaram, realmente, mesmo contra a sua vontade, por medo das consequências que poderiam acontecer com ele. E isso além de nós termos o pior salário do país, ter a iminência de ser condenado, ter desconto além de outras sanções e isso aconteceu.

O Deputado Jair Montes entreviu, fez uma fala, fez um vídeo, pediu que não acontecesse esse tipo de situação e essa Portaria foi revogada.

E preciso colocar também que nós enquanto entidade sindical, nós somos a favor do bom senso. De que forma? A gente não ficou parado esperando as coisas acontecerem. Nós movemos uma ação judicial e foi concedida a liminar em favor da entidade para a disponibilização de EPIs, de testagens dos sintomáticos nas unidades. Nas unidades prisionais, os servidores teriam — o que não aconteceu, foi atendido de forma parcial — e, para prejudicar, foi feito muito rápido. Se você não apresentasse o passaporte, você sofreria consequências. Também tivemos concedida uma liminar para que a vacinação acontecesse, para que a visita ao preso só acontecesse depois daqueles que quisessem ser vacinados fossem vacinados.

Então, nós fizemos, nós trabalhamos de forma efetiva para que as coisas acontecessem da melhor forma possível.

Mas não, com certeza, à obrigatoriedade, ao prejuízo a qualquer cidadão pela liberdade de escolha dele. Obrigada.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado, Daiane. É aquilo que nós falamos no início da nossa fala que, infelizmente, todos se acham no direito de fazer Decretos da maneira que acham conveniente para as suas instituições, para os seus órgãos. Então, esta Casa tem esse poder de trazer a harmonia e trazer a lei, porque quem vota a lei é a Assembleia Legislativa e mais ninguém. Só quem vota a lei somos nós. É claro que se alguém quiser recorrer da lei depois, entra com ADIN, e aí é com o Judiciário, mas enquanto nós tivermos o nosso poder, como deputado eleito pelo povo, nós vamos cumprir o nosso papel.

Com a palavra a Senhora e Doutora Flávia Lenzi, Presidente do Sindicato Médico de Rondônia. Depois nós temos o magnífico Professor Doutor José Juliano.

A SRA. FÁVIA LENZI – Boa tarde a todos. Eu sou Flávia Lenzi, médica, cirurgiã plástica, atualmente presidindo o Sindicato Médico de Rondônia.

Hoje falaremos sobre vacinas, e por essa pauta, refletiremos sobre nossas autonomias, a minha, a sua, a nossa.

Eu gostaria de citar duas frases de Alvin Toffler — eu pedi, tem como projetar elas? Bom, eles vão projetar daqui a pouco. Essas frases vão ficar projetadas o tempo todo da minha fala. Com elas, se iniciam e exemplificam toda a minha fala.

A primeira frase é a seguinte: “O futuro é construído por nossas decisões diárias, inconstantes e mutáveis, e cada evento influencia todos os outros.”. Ou seja, cada pequena atitude que tomamos agora, cada pequeno passo influenciará toda a nossa caminhada, jamais nos esqueçamos disso.

E a segunda frase dele é que: “Ou você tem uma estratégia ou você é parte da estratégia de alguém.”. Isso é perigoso demais.

Essas duas frases são de Alvin Toffler, considerado o “autor que escreveu sobre o futuro”. Ele foi escritor futurista norte-americano, conhecido por seus escritos sobre a revolução digital. E tem mais uma frase dele também, que não vai ser projetada: “O analfabeto do século 21 não será aquela que não consegue ler ou escrever, mas sim aquele que não consegue aprender, desaprender e aprender de novo.”. Apesar de a gente achar que sabe muito, a gente, o tempo todo tem que saber de novo.

Com estas reflexões início minhas considerações para um possível debate.

Vivemos numa sociedade caótica, trabalhando o dia todo, cuidando dos filhos, da casa, da família, quase sem tempo para nós mesmos.

Não mais, como antigamente, produzimos nossas vestes nem nossos alimentos, simplesmente compramos tudo pronto. Não temos mais tempo para gastar com isso.

Infelizmente, o mesmo acontece com a informação, nós a recebemos pronta, passando a acreditar e a nos guiar pela informação recebida. É neste ponto que chamo à reflexão de todos agora. Essa é uma prática nociva e equivocada.

Reflitamos sobre a primeira frase de Toffler: cada evento influencia todos os outros.

Não podemos e nem devemos acreditar em tudo. Temos que refletir muito antes de agir baseado nessas informações enlatadas que nos entregam prontas. Estamos hoje, aqui, construindo o nosso futuro e das nossas futuras gerações.

Esta Audiência Pública é fundamental para nosso futuro, pois nos oportuniza a reflexão, o pensar e o repensar para um franco debate sobre o tema proposto: obrigatoriedade de vacina e passaporte sanitário.

Estamos aqui como eleitores, para alertar aos nossos deputados a respeito daquilo que pretendemos para nós, para nossa comunidade, nossa cidade, nosso Estado, nosso País e até para a humanidade, é obvio.

Ao falar em passaporte sanitário não estamos falando sobre vacinas, mas sim, sobre controle, mas sim, sobre a nossa liberdade.

Quero enfatizar aqui, que não sou, não fui e jamais serei contra vacinas. Vacinas sim, obrigatoriedade não. Porém, vacina é aquilo que já está testado, experimentado e liberado para uso ético. As vacinas, junto com medidas de saneamentos e higiene, como esgotos, água tratada e potável, ensinar a tomar banho diariamente, escovar os dentes, lavar as mãos antes de comer, o aparecimento dos antibióticos, dentre outras medidas, são atos responsáveis por estarmos aqui hoje. Aumentaram e muito a expectativa de vida.

Como profissional da Medicina, estou hoje com 55 anos, só cheguei até aqui por hábitos de higiene e cuidados. Cem anos atrás, provavelmente, eu já não estaria mais entre vocês. Somos hoje mais longevos que nossos antepassados, tudo graças a hábitos sanitários adquiridos enquanto sociedade.

Resumindo, as populações passadas tinham a mesma capacidade de sobrevida, porém morriam antes por questões sanitárias, doenças, epidemias, guerras. Podemos dizer que hoje, ainda muitos morrem em guerras, sejam elas declaradas ou não, porém as questões sanitárias ajudaram muito a aumentar e expectativa de sobrevivência do ser humano.

Então, ao ser amplamente favorável às vacinas, por que me coloco questionando o passaporte sanitário?

Por vários motivos:

1. Não deveria o passaporte sanitário incluir todas as vacinas que já recebi?
2. Passaporte sanitário não deveria incluir horas de aula sobre higiene pessoal e coletiva?
3. Passaporte sanitário não deveria incluir informações sobre água e esgoto de onde eu vivo?
4. Vacinas experimentais não podem ser incluídas na obrigatoriedade. Devemos nos dirigir ao Código de Nuremberg, Declaração de Helsinque e muitos outros utilizados até agora em nosso País.

Na realidade estamos aqui para discutir a obrigatoriedade (ou não) das vacinas ou inoculações a respeito da Covid-19. Mas não estamos levando em consideração, por exemplo, aqueles que já tiveram a doença e produziram os seus anticorpos. Não estamos considerando as contraindicações dos próprios fabricantes das vacinas, como já foi mostrado aqui, anteriormente, dentre outros requisitos.

Hoje há estudos que comprovam que a imunidade natural, adquirida pela doença, é muito mais robusta e duradoura do que aquela adquirida pelas vacinas. Por que não estamos discutindo aqui a obrigatoriedade da vacina da gripe?

Em voga há mais de 20 anos, que deve ser feita anualmente, e protege contra uma doença de alto risco, principalmente nos grupos com comorbidades. Tudo isso deve ser inicialmente discutido, considerado e refletido. Vemos nesse pequeno introito aquilo que ressaltei e chamei a atenção para refletirmos sobre o consumo da informação pronta. É perfeitamente cabível nessa reflexão, fundamental neste momento em que vivemos. Precisamos refletir muito mais sobre essa obrigatoriedade pretendida pela política. Pois não estamos falando de vacina, porém, sim, de controle.

Devemos fomentar a nossa curiosidade. Abrir nossos olhos enquanto sociedade livre e democrática. Há outra frase que gosto muito, cujo autor é o psiquiatra Todd Kashdan. Ele leciona: "A curiosidade é o prazer e o encanto de aprender algo novo todo dia, tornando a vida mais interessante." Ao não sermos curiosos, nos submetemos àquilo que os outros nos mandam. Pois, sejamos curiosos e pensemos sobre o que estamos fazendo aqui hoje, agora, nesta Audiência Pública. Muitos de nós foram vacinados e outros não foram. Os que foram vacinados querem que os não vacinados sejam obrigados a fazê-lo, pois se dizem em risco se os outros não o fizerem.

Os não vacinados possuem convicções e buscam por escolhas e por liberdade. Não se vacinaram por compreender de outra forma os riscos e benefícios. Quem pode afirmar que um vacinado protege o outro vacinado ou não vacinado? Estudos mostram que os vacinados podem contrair a Covid e transmiti-la, principalmente, transmiti-la, do mesmo jeito que o não vacinado. Então, nós vemos que o vacinado é um perigo, também, para a sociedade, porque ele vai transmitir a doença do mesmo jeito que qualquer outro. O que a vacina possivelmente faz — mas que não está comprovado — é proteger contra a evolução para doenças mais graves, não é? Então, se as vacinas fossem altamente eficazes, os vacinados não mais precisariam mais usar máscaras e manter medidas de proteção, distanciamento, nem mesmo haveriam mortes entre eles por Covid.

E como o que pelo jeito mais acontece é a proteção contra a gravidade, quem não se vacinar opta por isso e pronto. Ele opta por se arriscar a ter uma doença mais grave e é problema dele. É assim?

Ao querer exigir que seu vizinho seja vacinado, mesmo que ele não queira, diante de possíveis riscos, pois o fabricante não garante nada, você não pode esquecer que está concordando e contribuindo para assinatura de um documento em branco, que muitos governos — leia-se: políticos — podem preencher como quiserem esse documento em branco assinado por vocês, manipularem como quiserem, sem ainda uma completa certeza e prova científica dessas vacinas.

Então, hoje, quem é obrigado é o seu vizinho. Amanhã, certamente, será você. Poderão te obrigar a fazer qualquer coisa. Eu vou dar aqui um exemplo que vocês podem considerar um exemplo bobinho, absurdo, porém ele é muito pertinente ao que estamos vivenciando hoje. Se refere à primeira frase que citei de Alvin Toffler e acredito que não queiramos viver em um mundo assim.

Vamos imaginar que você tem uma casa pintada em tons de azul escuro e você não corta a grama de seu jardim por achar que a poda não é ecologicamente correta. (Tem gente que faz isso). A grama ajuda a fixar o gás carbônico do ar,

nossa atmosfera fica mais limpa e tudo aquilo que já sabemos da narrativa sobre o meio ambiente. Aí, então, você passa a apoiar uma lei que obriga a não mais cortar a grama e nem podar suas árvores e arbustos. Aí seu vizinho, que tem uma casa pintada em tons claros e tem a grama toda semanalmente aparada e as árvores podadas, será obrigado a deixar seu jardim crescer sem parar. Por lei ele será obrigado a não mais podar o seu jardim. Coisa que você ajudou a obrigá-lo a fazer.

Um tempo depois, o pessoal da Engenharia e da Arquitetura faz um estudo (e isso já existe), dizendo que casas em tons neutros ou pastéis, são ecologicamente mais corretas, pois refletem mais a luz solar, sendo então mais fresquinhas, economizando muito em ar-condicionado, ou seja, gastando menos energia elétrica, que é nociva, a produção de energia elétrica é nociva ao meio ambiente.

Aí você, que está quase sem dinheiro, não gosta de tons claros para fachadas de casas, será obrigado a gastar seu dinheiro para pintar sua casa numa cor que você não gosta, que são os tons pastéis, pois o governo, assim como no caso da grama, fez uma lei para isso. E o seu vizinho deve ter ajudado a apoiar. Então, ficarão, você e seu vizinho, com casas em tons pastéis e jardins sem poda. Diferentes sendo obrigados a serem iguais. Nenhum de nós é igual ao outro. Nós não nascemos para sermos iguais.

Pode parecer um exemplo bobo, mas é só exemplificativo para mostrar o quanto nosso livre arbítrio será destruído. Podem dizer que cor de casa não influencia na saúde, então vamos falar de vacinas.

O mundo tinha por objetivo erradicar o sarampo até 2020. Foi dificultado por baixa na adesão às vacinas em alguns países, mas principalmente pela pandemia da Covid-19. De qualquer maneira, pensa-se que todos deveriam ser obrigados a ser vacinados. Sarampo é uma doença extremamente grave e com uma letalidade muito maior que a Covid.

Eu retirei do site saopaulo.sp.gov.br, da parte de vigilância sanitária deles, onde diz que a vacina contra o sarampo não há indicação para maiores de 60 anos, pois esse público, potencialmente, teve contato com o vírus no passado. Os maiores de 60 anos não são aqueles que podem mais facilmente morrer de doenças infecciosas? Por que estamos presumindo que eles tiveram contato com a doença no passado e não os estamos obrigando a tomar a vacina do sarampo? Agora, nós não podemos presumir que as pessoas tiveram contato com a Covid e desenvolveram a sua imunidade? Por que obrigá-las a vacinar? Vários pesos e várias medidas? Não é assim.

Por que uma doença tão grave quanto o sarampo, que se quer erradicar, pressupõe-se que quem tem acima de 60 anos provavelmente teve contato na infância, então já deve ter anticorpos. Por que ele não é obrigado a vacinar?

Eu não estou aqui para defender um "Estado Mínimo", como eu vejo muitos colegas defendendo, e hoje defendem um Estado que se agigante. Então, eu não estou aqui para defender um "Estado Mínimo", porém me vejo na obrigação de alertar para o fato de que um Estado cada vez mais gigante e intervencionista se torna caro e nocivo a todos nós. Ninguém aqui deve permanecer indiferente a tudo isso.

Quando o Estado se torna gigante e em tudo intervém na vida privada dos indivíduos, isso em breve afetará a todos

e manterá todos nós sob controle, até mesmo de nossas individualidades mais íntimas. Precisamos, sim, defender nossas liberdades. Do livre arbítrio não podemos abrir mão jamais. Não devemos confiar poderes em demasia a legisladores, governantes, políticos e burocratas, esperando que sejam bonzinhos e benevolentes para com vocês. Nossa liberdade é um bem que tem valor inegociável, não tem preço. Ninguém sabe o que é melhor para você mais do que você mesmo. Muito obrigada.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Obrigado, Dra. Flávia Lenzi. Obrigado mesmo. Com a palavra o Magnífico Professor Doutor José Juliano Cedaro, Vice-Reitor da Universidade Federal do Estado de Rondônia - UNIR.

Eu quero aqui agradecer a todos os participantes. E as pessoas que estão usando a tribuna, a palavra, e também pelo tempo, que estão tendo. A gente não está, podem ver que eu não estou cronometrando o tempo neste momento, então, assim, vai da vontade de todo mundo, a fome está apertando, mas a importância aqui é muito grande, está certo?

Então, Doutor, fique à vontade.

O SR. JOSÉ JULIANO CEDARO - Obrigado, Excelentíssimo Senhor Deputado Jair Montes, proponente desta Mesa. Pela sua pessoa eu cumprimento todos os ocupantes da Mesa, todas as pessoas, senhoras e senhores aqui presentes nesta Assembleia. Pela pessoa da Dra. Deusilene de Souza Vieira, que falou em nome da Fiocruz Rondônia, representante do Dr. Jansen, representando o Dr. Jansen, eu cumprimento todos que participam de forma virtual, incluindo as pessoas que também acompanham pelo canal do You Tube da Assembleia Legislativa.

Deputado Jair Montes, parabéns pela sua iniciativa. Eu acho que é fundamental a gente estar na Casa do Povo, como o senhor disse, para que a gente possa discutir ideias. Eu pediria licença a colegas aqui presentes para que eu possa apresentar um contraponto. Gostaria que vocês me ouvissem com tranquilidade e com paz no coração. Eu peço isso aos senhores e senhoras.

Eu lembro sempre de uma frase, eu já citei que a pandemia me recorda muito um texto escrito por um reverendo, em 1624, portanto há quase 400 anos, chamado John Donne. Ele começa dizendo assim: "nenhum homem é uma ilha". E eu remeto a isso, porque toda ação de atividade coletiva, de saúde coletiva implica a ideia que a gente se colabore, que é o que garantiu que a espécie humana sobrevivesse e dominasse esse planeta.

A ideia de coletividade que se estabeleceu duas coisas fundamentais na pandemia. Uma delas é o uso de máscara, que num primeiro momento foi condenado. Por exemplo, essa máscara aqui que eu estou usando, que é uma máscara cara, conhecida nos Estados Unidos como N95, chamada em outros países, como no Brasil, PFF2, ela garante 95% de eficiência em conter, filtrar micropartículas, pequenas gotículas, aerossóis. Essa é, digamos, uma eficácia que ela possa apresentar, mas exatamente o uso coletivo, de várias pessoas utilizando, que garante que a gente proteja, que o vírus não se prolifere. Por mim, deveria ser uma política pública, com recursos reservados, para que em pontos de ônibus, em escolas, em supermercados,

onde fosse, tivessem máscaras, sejam elas a PFF2 ou essas máscaras de tripla camada, descartáveis, para que as pessoas pegassem como se distribui camisinha, também, em alguns espaços. Acho que isso seria fundamental para todos nós. Isso seria um ato de prevenção, não só da Covid, mas, por exemplo, o vírus influenza. Isso seria fundamental, protegeria muitos, inclusive nossos idosos. Então, isso é um ponto.

E na ideia da coletividade, também, a questão da vacina. Quando o PNI (Plano Nacional de Imunização) foi criado, em 1973, ele foi pensado, ele é muito bem desenhado para que ele funcione na lógica da vacina, que é uma lógica coletiva. Quanto mais pessoas vacinadas, mais pessoas protegidas, inclusive, porque nem todos podem se vacinar. Lembramos algumas vacinas que são feitas à base da proteína do ovo que algumas pessoas serem alérgicas. Então, quanto mais você vacina, mais pessoas você protege. E por isso, isso é fundamental.

Eu também não falo do ano de 1973, na década de 1970, na década de 1980, quem estudou na década de 1970, 1980, como eu — acho que esses cabelos brancos falam isso — lembra que estava na escola e tinha campanha de vacinação, por exemplo do sarampo, não era avisado pai, nem a mãe. Chegavam os agentes de saúde junto com os militares para organizar as filas, inclusive, dar alguma ordem e todo mundo era obrigatoriamente vacinado. Crianças, sem pedir autorização eram vacinadas.

Quem veio para Rondônia anos 1970, anos 1980, que ajudou a construir esses rincões, como eu, a gente quando chegava em Vilhena, de ônibus, a gente descia em fila, novamente com ajuda de militares, e todo mundo era vacinado obrigatoriamente para a febre amarela. Eu tomei, em um ano, três vezes essa vacina, porque eu esquecia de levar o cartão. Quando eu chegava, alguém me chamava, "ah, mas eu estive aqui mês passado", "não, não, você vai tomar", inclusive, peguei uma passagem quando usava o revólvinho e passou a usar o descartável. Por quê? Com a AIDS, se deu conta de algumas doenças infectocontagiosas que poderiam passar por aquele revólvinho, não a AIDS, mas a hepatite B e passou a mudar. E isso foi uma coisa que foi sendo implantada e incrementada. Então, o Brasil é um sucesso no uso da sua vacinação. A gente é um modelo para o mundo inteiro.

E a gente viu quando começou a ter um problema quando diminuiu a taxa de cobertura vacinal. Eu cito dois casos, 2017 e 2018, houve uma baixa cobertura vacinal de febre amarela e vários locais tiveram surto de febre amarela e um chamamento a ser retomado porque teve baixa cobertura vacinal. A mesma coisa o sarampo. Tem que vacinar mais de 90% da população. Com a chegada dos nossos irmãos da Venezuela de um lugar que não tem campanha de vacinação. O fato de a população brasileira estar menos vacinada, fez com que tivesse um surto. E isso é um problema do qual precisa e dever enfrentado. E aí, assim, as pessoas entram em uma discussão exatamente nesse ponto a respeito do que seria a obrigatoriedade ou a compulsoriedade da vacina.

Eu citei antes exemplos da Constituição de 1988, mas, em nome dessa Constituição atual, dia 17 de dezembro de 2020, o STF estabeleceu que ela não pode ser compulsória, mas você pode estabelecer, sim, limitações de acesso para

quem não for vacinado. Isso, o STF deliberou dia 17 de dezembro.

E, aí, eu vou citar alguns exemplos onde isso acaba acontecendo. Quando você vai matricular o seu filho na escola, seja público ou particular, você tem que levar o seu comprovante de vacina. Em muitos locais, quando as pessoas vão viajar, tem que apresentar também o comprovante de vacina para fora do Brasil. E normalmente se questiona a questão dos direitos individuais. Um exemplo de direitos individuais é a obrigatoriedade do uso de capacete e de cinto de segurança que, desde que foram implementados, salvam muitas vidas, além de garantir diminuição de custos de dinheiro público pago muito caro por nós, e com muito suor nosso, no nosso sistema de saúde. São duas coisas que são obrigatórias e que ninguém argumenta que isso fere direitos individuais.

Da mesma forma o combate à dengue. Teve decisões da Justiça que algumas pessoas não deixavam entrar nas suas casas e elas deixavam e deixam água parada. Isso levou também para que as pessoas garantam novamente o direito à coletividade e à saúde coletiva.

Então, quando, para eu encerrar, quando eu fecho — data vênha, Excelentíssimo Deputado Eyder Brasil —, permita-me discordar. Eu entendo fundamental que a gente estabeleça parâmetros para alguns locais fechados, porque, por exemplo, já começa discutir o não uso de máscaras em locais abertos. Por quê? O coronavírus é transmitido no ar. Ele é mais fácil quando eu venho, estou aqui em um uma distância, em ambientes fechados eu uso essas máscaras. Em ambientes abertos eu tenho usado as descartáveis ou até mesmo as de pano. Em lugares fechados, com pouca circulação de ar — tem o problema dos nossos ônibus, aqui o lugar é muito quente — então, a gente precisa pensar, sim, a gente está chegando agora, possivelmente, do feriado em 50% da população rondoniense imunizada. É dos Estados menos imunizados.

A Dra. Deusilene mostrou quanto a vacinação, mesmo como as variantes Gama e Delta, o quanto aumenta o número de casos, mas não aumenta o número de mortes. Mostra a eficácia e a eficiência da vacina. E ela não resolve por si só. Exatamente porque mesmo pessoas vacinadas, gente não tem vacina ainda que combata e impeça as pessoas de transmitir e sim de adoecer. Por isso, precisamos usar outros elementos de proteção: distanciamento social, o uso de álcool em gel, a lavagem das mãos e o uso de máscaras.

Então, na minha posição, a minha colocação e agora reforçando, sou Juliano, Vice-Reitor e representando a Magnífica Reitora da Unir, de todo o trabalho educacional e do papel que a gente tem que é exatamente essa questão de passar as informações corretas, científicas à população e garantir que a ciência prepondere. E que precisa ter o debate, mas não é só vacina, a gente vai conviver com o coronavírus durante muito tempo e precisaremos manter medidas de segurança por muito tempo, entre elas protocolos adequados do uso de vacinas e, talvez, sim, restrição de acesso. A pessoa não quer vacinar? Tudo bem. Não vacina. Mas aí que ela não possa ocupar determinados espaços público por causa disso. Essa é a questão da garantia da coletividade. Ele não precisa ser vacinado.

E aí vale no mesmo sentido do qual eu tinha mencionado, que é o uso do capacete, bem como o uso do cinto de segurança. Isso que é o fundamental. Acho que parabéns. Eu gostaria,

sim, de colocar esse contraponto, gostaria muito, muito, muito, como daqui a 2 dias eu completo 6 meses de ter tomado a segunda dose da vacina e eu vou tomar sim a 3ª dose como reforço, por ser profissional da Saúde e com muito orgulho pelo Programa Nacional de Imunização que este País tem como referência do mundo inteiro. Muito obrigado. Que Deus ilumine as nossas discussões e que a gente amenize e também possamos ver o outro lado. Muito obrigado, mais uma vez, Deputado Jair Montes.

(Às 12 horas e 39 minutos, o Senhor Jair Montes passa a presidência para o Senhor Eyder Brasil)

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Obrigado, Dr. José Juliano Cedaro, Vice-Reitor da Universidade Federal de Rondônia.

E dando prosseguimento à fala dos nossos convidados, dos nossos presentes, convido à tribuna desta Casa de Leis o Excelentíssimo Senhor Coronel Gilvander Gregório, diretor da Agevisa, Agência de Vigilância Sanitária do Estado de Rondônia. O senhor quer falar aqui mesmo da mesa? Pode falar. Fique à vontade.

O SR. GILVANDER GREGÓRIO DE LIMA – Bom dia a todos. Quero agradecer o convite do Deputado Jair Montes para esta importante pauta, entre essa discussão com a sociedade em que o interesse é nosso, é meta individual de todos nós. Agradecer a Deus pela saúde. Eu saí hoje da nebulização para estar aqui, não estava bem, mas agradecer aqui a presença do Dr. Nélcio, Adjunto da Sesau; Dra. Flávia Lenzi, Presidente do Sindicato dos Médicos de Rondônia – Simero; nosso querido Deputado Eyder Brasil, presidindo nossa Mesa; Professor Dr. Juliano Cedaro, Vice-Reitor da Unir; Senhora Daiane Gomes, Presidente do Sindicato dos Policiais Penais, que fez uso da palavra; e demais palestrantes virtuais que estão acompanhando aqui a nossa Audiência Pública.

Somos nomeados recentemente para a Direção-Geral da Agevisa e começamos a aprender um pouco sobre epidemiologia, sobre Saúde, sobre Vigilância Sanitária, entre outros assuntos, e conheci pessoas talentosas que estão envolvidas nesse projeto de proteção, como a nossa Dra. Milena, Presidente dos Conselhos Municipais de Saúde, como aqui os nossos queridos Secretários Municipais das Vigilâncias Sanitárias Municipais, entre outros atores. E me encantei com isso. E, querido Deputado Adelino, nós estamos aqui para conversar um pouco sobre vacina.

A Agência de Vigilância em Saúde é uma agência pouco conhecida devido ao seu trabalho mais focado com os atores municipais, menos com o público em geral. E nós temos, no momento, nós temos tentado entender — e com preocupação — essas nossas ações de prevenção com os municípios.

Nós temos hoje, atualmente, com o nosso relatório de vacinas, já na casa de 91% da população com primeira dose no Estado de Rondônia. Nós temos aí já 66,2% de pessoas com a segunda dose. E a dose única, que é a Janssen, nós estamos com 2,5%, até porque essa vacina veio em quantidade limitada. Mas nós temos aí o reforço, que chama de terceira dose, mas é reforço, 4,2% da população. O nosso número de óbitos está na casa de 2,41%, menos de 3%, que é a média

nacional. E nós temos, nós vimos que na imprensa pouco divulga, mas nós temos um percentual de cura muito elevado de cidadãos rondonienses. A nossa cura está acima, está em 96,7%, quase 7,5%. Mas o nosso processo de vacinação tem um desenho interessante — que até eu fiz aqui uns rascunhos. Nós temos 5 municípios do Estado de Rondônia acima de 90% de cobertura vacinal. Nós temos 21 municípios acima de 80% de cobertura vacinal. Nós temos 16 municípios acima de 70% de cobertura vacinal e apenas 5 municípios com menos de 70%. O menor município do Estado de Rondônia tem 62,7% de cobertura vacinal e o nosso campeão tem 96,6%. Não vou citar nomes, mas são dados recebidos hoje, pela manhã, antes de chegar aqui nesta Audiência.

Então, o nosso foco aqui, como Agência, de acordo com a Lei Complementar nº 333, de 26 de dezembro de 2005, é vacinação. É vacinar. O artigo 13, inciso I, fala que a nossa política de prevenção ela coaduna com a política da Anvisa. Uma política de aplicar, de incentivar a aplicação das vacinas, o nosso calendário vacinal.

Alguém citou aqui, nosso calendário vacinal são 14 vacinas, mas as 4 da Covid-19, são 18 vacinas e nós estamos defasados em todos os níveis, no Brasil todo. Então, o nosso projeto aqui, nossa fala é para que todas as vacinas sejam motivos de preocupação, não é só Covid-19 não. Nós temos vacina de HPV, de H1N1, a vacina de gripe, a vacina antitetânica, nós temos tantas outras endemias que vão mostrar força o ano que vem por essa despreocupação com essas endemias. E essa é a nossa preocupação.

Nós estamos preocupados com a Covid-19, toda força concentrada, todo esforço e recurso, e a malária? E a tuberculose? E a leishmaniose? E a hanseníase? E outras endemias que estão dando sinais que vão acontecer? Eu trabalho com dados. Lá nós temos o Centro de Investigação que recebe informação todos os dias. Eu estou com dois técnicos aqui, tem uma técnica aqui, inclusive, me acompanhando, me abastecendo de dados de relevância para nós, para a epidemiologia.

Alguém citou sarampo. Uma pessoa com sarampo, uma pessoa já é um surto. Uma pessoa. Toda população, a gente chama de bloqueio, tem que fazer o sistema de bloqueio, porque o ar que ela respira já vem contaminado. Tem que cercar todo mundo e fazer um trabalho de proteção. Essa é a seriedade da coisa.

Então, a nossa conversa aqui, pelo que eu fiz aqui na minha contagem, todos os que falaram, nos antecederam, todos, 95% foram contra essa ação de passaporte. Então, não vou nem tocar nesse assunto, que é pacífico. Nosso projeto aqui, nossa intenção aqui é que todos sejam vacinados, conscientemente. Só que o que me preocupa, o que me traz aqui e, eu saí da cama para vir para cá, é que nós temos aí um protocolo preventivo, um protocolo importante. É o protocolo do uso da máscara, o protocolo do distanciamento social, é o protocolo da etiqueta respiratória, é o protocolo do uso do álcool em gel, que devem permanecer. Alguns tiram isso e isso me preocupa. Nos preocupa, porque o cidadão, o uso ou não uso de uma etiqueta orientada é ele que tem que fazer.

Então, eu tenho aqui uma preocupação também com os casos ativos aumentando. Nós tivemos reuniões já, três reuniões falando sobre esse projeto. Eu até peguei aqui um comentário

da Dr. Rosana Leite, que é Secretária Executiva do Enfrentamento à Covid-19, inclusive hoje eu descobri que ela é minha prima, de primeiro grau inclusive, hoje eu descobri pela manhã. Ela falou uma frase que tem tudo a ver com isso: "só imunização não consegue realizar o controle da transmissão do vírus.". Só a imunização não resolve, a contaminação vai continuar. Mas os efeitos são minorados com a imunização.

E nós queremos aqui dizer que os municípios que nós citamos aqui, com bastante porcentagem de imunização, continuem as suas campanhas, a sua busca ativa, continuem fazendo o seu processo de imunização. Até porque, todos esses imunizantes, nós recebemos duas vezes por semana e são imunizantes que o mundo todo está usando. Se há conflito de interesse, se há algum questionamento, se há por trás uma grande organização, isso não nos interessa. Nós recebemos esse material, esse produto e nós talhamos, registramos, nós distribuimos e a população, é a única fonte que nós temos de recurso, de defesa e as mortes caíram absurdamente.

(Às 12 horas e 48 minutos, o Senhor Eyder Brasil passa a presidência ao Senhor Jair Montes)

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Coronel, o senhor tem um minuto para encerrar.

O SR. GILVANDER GREGÓRIO DE LIMA – O nosso percentual de óbitos caiu drasticamente. Nós chegamos a ter 67 óbitos/dia. Nós chegamos a ter 170 pessoas esperando UTI. Nós não temos ninguém esperando UTI, o nosso óbito é em média 1, 2. Tivemos 1 hoje até meio dia. Eu recebi o resultado agora até as 11 horas da manhã, 1 óbito. Ontem tivemos 4. Mas, tivemos 1. Nossa média é 1 vírgula alguma coisa.

Então, eu quero prestar essas informações, são informações que estão no site do Estado e as pessoas, às vezes, não têm acesso. Nós temos o controle da situação da Covid-19. Nós temos os imunizantes chegando, a casa de quase 2,8 milhões de doses e estão sendo entregues para a nossa população, para os nossos municípios, nossas regionais. E que continue esse processo de imunização da população, que é o que nós queremos aqui, o que nós propomos aqui. E caso nós vencamos a Covid-19, ou se vai ter mutantes Deltas ou vai ter Gama, nós vamos pensar. A ciência pensa e vamos continuar trabalhando. Mas o mais importante é a população ter a consciência de que ela precisa se imunizar. Não tem outra forma. E ela tendo essa consciência, todos vamos chegar a um denominador comum e vamos, sim, nos livrar dessa Covid aí.

Então, minha palavra é curta, rápida, breve. E minha preocupação é com vacina. É com proteção, é com prevenção, como dar na nossa população. Eu agradeço esta oportunidade. Parabéns à iniciativa do Deputado Jair Montes. Muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Com a palavra, o Secretário Adjunto do Estado de Rondônia – Sesau, senhor Nélcio Santos.

O SR. NÉLIO SANTOS – Obrigado, Deputado. Quero cumprimentar aqui todos os deputados que se fazem presentes, na pessoa do Deputado Jair Montes e parabenizá-lo pela

brilhante iniciativa de nos trazer para este debate, não é? Acho que o debate é saudável.

Nada se constrói na sociedade sem debate, sem discussões. Como disse o Dr. Hiran Gallo, no início, ali na sua exposição, ele falou que o maior sábio não é aquele que estuda, não é aquele que conhece as leis e conhece de todos os assuntos, mas aqueles que sabem escutar, retêm as informações e conseguem debater e expressar essas informações. Então, isso prova que esse debate está em busca de sabedoria e em busca do consenso de todos para saber qual o melhor caminho que devemos seguir na sociedade.

Mas não estamos aqui debatendo ou discutindo coisas pessoais que vão afetar somente a nossa vida. Estamos discutindo situações que vão afetar a vida da sociedade por inteiro. Ou excluir uma classe social e beneficiar outra classe. E isso tem que ser feito com responsabilidade e com muita cautela, principalmente no momento em que vivemos.

Estamos saindo de uma pandemia. Quase dois anos, onde tudo girou em torno de uma única doença: Covid-19. Sabemos que o mundo inteiro passou com muita dificuldade por essa doença, não é? Todos os recursos orçamentários, financeiros, em todos os Estados foram destinados, única e exclusivamente, para combate a essa doença porque é uma doença nova, é uma doença da moda. E neste momento, estamos saindo, quase saindo desta pandemia. Ainda temos de tomar cuidado com ela, principalmente nós que somos gestores públicos, formadores de opinião, temos de tomar cuidado porque existem as oscilações e sabemos que não vamos nos livrar dessa doença tão cedo, como outras doenças que vieram e ficaram.

É uma doença respiratória que todos sabem que doença respiratória não existe cura. Se eu estiver falando besteira aqui, peço para a Dra. Flávia aqui ao meu lado, me corrigir; mas as doenças respiratórias por vírus, não existe cura. Ela se muta (sofre mutação) todo ano. Se não fosse assim, a H1N1 já estaria erradicada do nosso meio. E todo ano existem vacinas para que a doença não se alastre e propague.

Nós sabemos, Deputado Jair Montes, eu não sou profissional de saúde, mas a gente ouve e percebe que a vacina não vem para nos deixar totalmente imune à doença. Nenhuma vacina é 100% eficaz e nos deixa protegidos 100% da doença. Mas, baseado em números, a gente vê que a vacinação trouxe um alívio para o sistema de saúde. Nós temos números que depois da vacinação, os nossos números de infectados e internados caíram bastante. Nós chegamos a um pico no Estado de Rondônia, no ano de 2019, de quase 20 mil contaminados, quase 20 mil casos ativos. Mais de 170 pessoas esperando por um leito de UTI. Os leitos todos ocupados, pessoas desesperadas que nos ligavam de madrugada, chorando, desesperadas mesmo, a procura de um leito para um parente, um amigo que estava intubado numa UPA, morrendo, infelizmente.

E os números, hoje, nos trazem que a vacinação nos ajudou e amenizou a situação e a pressão que nós tínhamos naquele momento na saúde da nossa nação e na saúde mundial. Sei que muitos podem dizer que, negar a vacina, que a vacina não traz resultados, mas como gestor que estou na Saúde, eu posso dizer que tem trazido bastante resultado para o nosso Estado. Por quê? Para vocês terem uma ideia, hoje nós temos

2.279 casos ativos no Estado de Rondônia. Temos 83 pessoas internadas, isso somado a rede pública e privada. Isso se deve à vacinação. Dizendo isso, como gestor eu posso falar que nós temos que incentivar as pessoas a se vacinarem, porque isso tem trazido bons resultados.

Agora, isso é opinião não como gestor, mas como pessoa, nós estamos em um momento muito delicado porque estamos saindo de uma pandemia, onde várias pessoas perderam seus empregos, várias empresas fecharam por conta da pandemia, das recessões, das restrições de circulação de pessoas. E, Deputado Jair Montes, nós não podemos hoje trazer para a sociedade uma situação de insegurança. Porque se nós trouxermos uma situação que obrigue as pessoas a trabalharem, a entrarem no ônibus para ir para o seu trabalho, a adentrar o seu local de trabalho, uma obrigatoriedade, nós podemos causar o caos na sociedade. Um caos na sociedade, porque as pessoas estão em situação, como diz no jargão popular, "a flor da pele", "com os nervos à flor da pele". Ninguém aguenta mais restrição. Ninguém aguenta mais ficar dentro de casa preso. Ninguém aguenta mais não poder sustentar a sua família, não trazer o pão de cada dia para a sua família. E isso pode trazer, realmente, como muitos falaram aqui que existem empresas já demitindo os seus funcionários por falta de comprovação de vacinação. E isso é muito arriscado para todos nós, para o Parlamento, para nós como gestores públicos e para toda a sociedade.

Nós sabemos que os nossos filhos ficaram quase dois anos adentrar às escolas, sem ir à escola. Embora a tecnologia hoje esteja bastante avançada, mas as pessoas, os estudantes precisam do contato corpo a corpo com seus professores. Precisam ainda daquela experiência em sala de aula que é o traz um aprendizado mais conciso. Uma formação mais consistente profissionalmente e educacionalmente.

Então, exigir e obrigar que se tenha um passaporte sanitário para adentrar uma sala de aula é restringir os direitos das pessoas, é restringir o direito de ir e vir. Isso tem que ser discutido e tratado com muita, muita responsabilidade por todos nós que somos formadores de opinião.

Sei que muitos têm opinião contrária, outros têm a favor. Esse debate tem que vir, realmente, não só em uma Audiência Pública, eu acho que teria que ter muito mais debate para se chegar a uma conclusão e uma decisão sobre esse assunto, porque é um assunto que envolve a vida de muita gente e de muitas pessoas. Muito obrigado a todos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Parabéns. Tirar essa máscara aqui, quero falar agora, Secretário Adjunto. E, aproveitando a sua presença aqui ainda, nós temos, por várias gestões, e é um desabafo que eu vou fazer aqui para vocês agora, até me emociono. Eu recebi hoje muitos vídeos do velho guerreiro João Paulo II. Um prédio que não aguenta mais nada. Quando aparece um tempo de chuva, a gente fica preocupado porque quem está jogado no chão dos corredores, lá no fundo, na garagem, além de conviver com ratos, estão convivendo com a chuva, chovendo mais dentro do que fora. E eu sei que a culpa não é do Governador Marcos Rocha, a culpa não é sua, senhor Secretário Adjunto. O meu irmão quando era servidor da Eletronorte, quando estava construindo a usina lá da Eletronorte, quilometro 50, o meu pai ficou na UTI do João

Paulo, que era da usina, e depois que aquele hospital, a usina desmobilizou, eu não sei como foi, mas eu sei que o Estado assumiu o João Paulo II, isso em 1990. Em 1990 a 1991. E até hoje o João Paulo II vem puxadinho, puxadinho, puxadinho, puxadinho e nós não conseguimos construir o hospital que todo mundo passa e fala.

Todo mundo que é candidato em Porto Velho fala o seguinte: “eu vou fazer uma nova rodoviária e vou fazer um aterro sanitário.”. A rodoviária continua a mesma rodoviária velha, o lixão continua o mesmo lixão. Todo mundo que vem a governo fala: “eu vou fazer um novo hospital.”. O hospital continua o mesmo João Paulo II de antigamente e ninguém faz nada. E, por último agora, o Governador Marcos Rocha, através da Secretaria de Saúde fez Deputado Eyder Brasil, fizeram uma licitação na B-3, que é a Bolsa de Valores de São Paulo. Tem lugar mais segura do que a B-3? Não tem. E fez lá aquele chamado *built to suit*, o BTS, como o Tribunal de Justiça fez aqui em Rondônia, construiu um belo prédio na Avenida Pinheiro Machado, onde o empresário constrói, o governo aluga por tantos anos, então, fizeram a mesma coisa lá em São Paulo, e teve uma empresa ganhadora. E, na hora de assinar, homologar e assinar o contrato, o nosso bondoso, maravilhoso Tribunal de Contas falou, pediu o processo e falou que estava errado. Pelo amor de Deus, por que não está errado quando está na execução, quando está fazendo o projeto básico? Quando está para licitar, antes de licitar, por que não chama e não corrige? Por que deixa para corrigir depois que fez? Essa é a minha pergunta. Como em Porto Velho, o Espaço Alternativo, a mesma coisa aconteceu. E até hoje, o Espaço Alternativo não foi entregue ainda em definitivo à prefeitura de Porto Velho. Continua lá da maneira que está. Não tem barraca padronizada, não tem estacionamento, não tem nada. O governo, o DER mantendo o que é a prefeitura para tomar conta.

Então, Secretário Nélio, eu encaminhei um pedido de informações à Secretaria de Saúde e eu quero saber, Deputado Adelino, por que a licitação do novo hospital Heuro, aqui, em Porto Velho, do Estado de Rondônia, por que não saiu. Eu tenho certeza que eu vou receber informação que não saiu porque o Tribunal de Contas segurou o processo. E eu vou fazer, eu vou precisar do apoio dos deputados, eu não posso convidar — olha só que absurdo — na hora de votar, eu posso votar nos conselheiros, escolher os conselheiros para a lista tríplice. Mas, agora, eu não posso convidar um conselheiro para vir aqui e nem convocar.

Então, eu vou convocar toda a assessoria técnica dos conselheiros do Tribunal de Contas para estar aqui. Vou convidar a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) que fez o estudo técnico, a Secretaria de Saúde e nós vamos trazer para esta Casa e vamos fazer uma acareação. Quem não pode sofrer é o povo. Quem não pode sofrer é o povo.

Quantos e quantos, vocês que estão aqui, nós perdemos pessoas porque nós não tínhamos e não temos hospitais especializados em Rondônia. Aquela loucura de alugar leitos particulares e o João Paulo aguentou o que pôde, o Hospital de Base aguentou o que pôde. E Rondônia perdeu quantas pessoas aqui, Nélio, de Covid? Quantas pessoas perdemos aqui?

O SR. NÉLIO SANTOS – Até hoje 6.583 pessoas.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – 6.500 vieram a óbito. Muitos amigos de vocês, vizinhos de vocês, parentes de vocês. Isso, quem morreu de Covid, fora o que morre de acidente de trânsito, fora o que morre de câncer, fora os que estão aí para operar hoje e não conseguem, uma vesícula, uma apendicite, fazer uma fimose... Nós estamos saindo, Sofia, de uma pandemia e entramos em outra, chamada cirurgia eletiva.

Hoje, nós temos lá, as pessoas jogadas no chão do João Paulo II. E nós não temos um hospital que nos garanta uma qualidade que é obrigação do gestor e direito da população. Então, para mim, chega, esgotou!

Então, Tribunal de Contas, vai um recado para vocês, já que eu não posso convocar e nem convidar um conselheiro, nem que eu tenho que trazer todo o Tribunal de Contas para cá, os servidores, trazer todo mundo para cá convocado. Não pode nem convidar. Uma vez eu convidei, me chamaram lá, nem convidar eu posso.

Então, assim, é um trabalho nosso, é obrigação da Assembleia. Nós, deputados, temos a obrigação, essa responsabilidade com o povo de Rondônia. Chega! Chega! Ninguém pode mais viver iludido e enganado o tempo todo não. Chega! Eu acho que tem que dar um basta. Está certo?

Com a palavra, aqui, eu vou começar agora pelas pessoas que se inscreveram. Vai começar pela Milena, lá de Ariquemes. Me perdoem o desabafo. Milena, nós vamos dar de três a cinco minutos para a gente ser rápido. Pode ser aí mesmo. Nós temos muita gente inscrita e vamos tentar ser bem práticos para a gente andar.

A SRA. MILENA PIETROBON PAIVA MACHADO COELHO – Eu queria agradecer o convite. Agradecer a todos os representantes aqui presentes, a iniciativa. A todos que vieram de livre e espontânea vontade para participar deste tema que é extremamente importante.

E eu vou ser bem breve. Eu já passei por diversas opiniões nessa pandemia. Acho que a grande maioria que trabalha à frente da Covid, a gente muda constantemente sobre as nossas opiniões, assim como, o próprio vírus, a gente vê um comportamento diferente e situações diferentes. Então, eu não vou ser hipócrita aqui de falar que eu fui contra fechar comércio. Teve uma fase que eu fui muito a favor ao fechamento do comércio, mesmo porque eu não tinha um leito de UTI. Eu não tinha onde colocar os pacientes. Eu tinha famílias desesperadas me ligando e falando “pelo amor de Deus, a minha mãe vai morrer no corredor.”. Eu não tinha oxigênio suficiente para oferecer para os meus pacientes. Como é que eu vou falar “vai para rua, vai se divertir, fique à vontade no supermercado.”. Não. A restrição ali, eu achei extremamente necessária, porque, se a gente conseguisse controlar uma pessoa de pegar o vírus, já era importante.

A gente teve que tomar algumas medidas muito radicais, sim, e isso foi importante para que a gente conseguisse conter na fase mais alta desta pandemia, que foram dois picos. Só que assim, vou fazer um desabafo agora com relação a isso. Acho que nós hoje temos um cenário muito voltado para... Está todo mundo muito exacerbado, todas as medidas que forem impostas, que tenha sido com um caráter muito restritivo a gente vai ter problemas. Problemas, assim, no sentido de manifestações que podem gerar uma pandemia maior ainda. Então, a gente tem que ter muito cuidado, ter muito respaldo

com relação a isso, pensar muito tecnicamente, porque nós temos muita divergência de opinião, como a gente vê aqui. Nós vemos hoje em dia trabalhos científicos importantes contra a vacina, assim como a gente vê trabalhos muito importantes a favor da vacina. São profissionais renomados com opiniões diferentes. A gente vê isso o tempo todo.

Nós temos opiniões diferentes entre a gente, em todos os ambientes que a gente vai, mas uma coisa eu vou dizer para vocês, independente de trabalho científico, independentemente de qualquer coisa. Eu sou enfermeira, eu sou epidemiologista, intensivista, eu estou na enfermagem desde os meus 15 anos, porque eu fiz colégio técnico na Unicamp e estou dentro de UTI há muitos anos. E eu posso dizer para vocês agora, há 1 ano à frente da Secretaria de Saúde de Ariquemes e a Presidência do Cosems (Conselho de Secretarias Municipais de Saúde), representando todos os Secretários de Saúde: a vacina é um divisor de águas nessa pandemia. Nós temos um cenário antes da vacina, um cenário pós-vacina e hoje eu tenho os dados aqui de todas as UTIs e eu posso dizer para vocês com toda a certeza: os pacientes intubados, os mais graves que a gente tem na UTI, são sem vacina.

Então, assim, o que eu estou falando? Porque eu me sinto na obrigação aqui de defender a vacina. Primeiro, porque eu defendo vacina sempre, porque a vacina é sim um dos maiores bens da ciência. Se hoje nós estamos aqui — e isso é histórico, tá, gente? Os livros de história mostram a revolta da vacina. Revolta da vacina quando entrou a vacina da varíola. Milhões de pessoas contra a vacina achando que iam ser colocados chips, que as pessoas iam morrer com a vacina e nós exterminamos, a gente não tem mais caso de varíola graças à vacina.

Sarampo a mesma coisa. Se hoje nós temos casos de sarampo é por falta da vacina, porque a vacina realmente é eficaz. Concorde que a vacina da Covid é uma vacina nova, mesmo porque a pandemia é nova, o vírus é novo, circulando, mas a gente não pode negar o que a prática diz para a gente. Eu estou nessa prática há um ano dentro. Todas as mortes chegam em tempo real no meu celular. Todas as pessoas que entram na UTI, a primeira coisa que eu pergunto: vacinado ou não vacinado? Quantas doses? Qual vacina? E eu posso dizer claramente para todos vocês que os pacientes mais graves, principalmente jovens, que estão agravando são sem vacina. E isso preocupa demais. Isso me preocupa demais.

O meu município, por exemplo, a nossa região — não é a realidade do Estado todo —, mas a nossa região está num ápice novamente de Covid. Eu estou com nossa internação de UTI bem cheia na minha cidade. É o Vale do Jamari. E nós temos 7 pacientes intubados. Sete pacientes intubados sem vacina. Semana passada uma advogada me ligou falando: “Milena, pelo amor de Deus, preciso de tocilizumabe, que é uma medicação que está sendo usada — a doutora está e pode dizer —, uma medicação que acaba sendo usada para pacientes em alguns critérios dentro de uma UTI, e eles pedindo. Estava num particular, falando que a mãe, o irmão e a prima — a família toda optou pela não-vacinação — todos adoeceram. Tinham 3 da família internados na UTI e a mãe dela acabou de ser transferida para São Paulo com mais de 50% de comprometimento pulmonar e pedindo desculpa para a filha,

porque não tomou a vacina. Ela mesma. Eu tenho o relato no meu celular para quem quiser ver. Uma advogada. E, assim, isso é o que a gente vê na prática.

Eu concordo com vocês que os trabalhos científicos estão aí, estão sendo feitos a todo momento e que a gente vai ter consequências de tudo isso. Isso vai ser discutido amplamente. Mas outras coisas com relação à vacina a gente vivenciou. Por exemplo: eu tenho um filho autista. E muito foi falado que o autismo, a causa era a vacina. Eu fui para um Congresso em Porto Alegre, porque eu disse “meu Deus, eu sou tão a favor da vacina. Meu filho é autista. Será que foi por que eu vacinei ele?”. E lá foi desmistificado tudo isso. Não tem nada a ver com vacina o autismo.

E aí, eu falo para os senhores: olha a gravidade do movimento antivacinismo que a gente tem no Brasil. O Brasil é uma potência em vacina e a gente tem um movimento antivacina imenso, que eu tenho muito medo.

A questão é que foi falado aqui e as pessoas que compartilham do meu pensamento, assim como eu ouvi quieta tudo que era contra o que eu penso também com relação à vacina e respeitei todo mundo, eu peço só que respeitem a minha opinião, porque eu vejo isso na prática e eu gostaria muito que as pessoas pensassem neste momento, porque a gente discutir passaporte vacinal é uma coisa. Mas aqui foi se levantado muito contra vacina, e eu vou defender a vacina. Foi falado sim. Muitos palestrantes falaram contra a vacina.

O direito da pessoa se vacinar eu concordo que isso é um direito da pessoa, é uma escolha da pessoa, mas nós não podemos, agora, principalmente neste momento que a gente está com um certo controle, a gente achar que a gente pode ouvir essas coisas sobre vacina. A gente tem que realmente ponderar, mas são poucas pessoas que realmente entendem de vacina para estarem discutindo isso. Ela é uma opção. Nós temos várias outras super a favor da vacina da Covid. Todas as opiniões devem ser vistas.

Mas eu vou te falar: quem está à frente disso são os municípios. Quem cuida dos pacientes com Covid grave são os municípios. E quem está com pacientes na UTI, com Covid, são os municípios. E eu falo com toda certeza para vocês, todos os dados mostram isso, que com vacina a recuperação é muito melhor. A vacina não impede de pegar Covid-19, ela não é imunidade contra a Covid-19, mas que ela fortalece de alguma forma, com toda certeza. Porque — é o que eu falo —, a vacina é como se fosse um cinto de segurança, você pode usar, você pode não usar, você pode bater o carro com cinto ou sem cinto, mas se você tiver o cinto, a sua chance de se salvar é maior. E é isso que a vacina é. Agora, movimento antivacina a gente vai ter mesmo. Eu só acho que a gente tem que deixar bem claro aqui a importância da vacina, porque é um risco epidemiológico a gente duvidar e a gente fazer um movimento, por exemplo, contra a vacina.

Não temos dados suficientes ainda. Os dados reais mostram que a vacina é eficaz. Só isso. Eu queria agradecer.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado pela sua fala. E ressaltar de novo a minha opinião. Eu sou a favor da vacina, 100%, tanto é que eu tomei 2 doses da Pfizer, mas eu sou a favor do livre arbítrio. Que fique bem claro isso.

Com a palavra a Doutora Rosângela Lázaro. Doutora Rosângela, de 3 a 5 minutos. Vamos lá vai falar daí mesmo? Então vamos lá. Liga aí.

A SRA. ROSÂNGELA LÁZARO DE OLIVEIRA – Obrigada por estar aqui presente para falar, dar também o meu recado. E também, ouvi atenciosamente a Dra. Milena. Então, eu quero dizer o seguinte: o que ela me diz das pessoas que morreram e que adoeceram e foram infectadas após tomar as duas doses? Por exemplo, eu tenho uma sobrinha médica no Estado da Paraíba e ela tomou as duas doses, porque está no enfrentamento e ficou sem olfato, sem paladar, passando muito mal, muito mal mesmo e nós tivemos que tratar, eu, digo, a minha irmã que é mãe dela, cuidou para que ela não morresse.

Além disso, quero falar, como diz o cantor Agnaldo Timóteo, que tinha medo de contrair o vírus e não tinha contraído até então. Depois que tomou as vacinas, contraiu e veio a óbito. Além disso, outras e outras pessoas, como médicos também. Então, acontece o seguinte, eu dou os parabéns para os médicos e médicas que falaram aqui sobre a gravidade dessa vacina que está em fase experimental.

Eu não tomei a vacina e estou passando por situações constrangedoras como profissional da área do Direito. Estive no fórum, Deputado Jair Montes, eu estive no fórum para poder falar com um juiz e simplesmente não me pediram a carteira da OAB, mas sim, a carteira da vacinação. Como eu não tinha, não pude entrar. Inclusive, fui intimada que para eu comparecer na audiência para representar o meu cliente, eu terei que apresentar a carteira de comprovação de vacinação. Quer dizer então, eu não vou para essa vacina, vou estar com minha profissão prejudicada se eu não tiver essa carteira de vacinação. Porque eu não acredito que ela está imunizando, baseada nas informações dos médicos cientistas e não é com base na informação do nosso Presidente Jair Bolsonaro. Por quê? Porque quando a gente menciona isso, já falam “é bolsominion”. “É tudo baseado em Bolsonaro.” O Bolsonaro não é médico, ele é nosso Presidente e quem passa essas informações são os médicos especialistas.

Então, eu não tomei a vacina por quê? Porque eu prezo pela minha saúde e eu correndo o risco de contrair outro tipo de doença se eu tomar essa vacina, por quê? Porque eu estou dando ouvidos a quem realmente entende. E eu estou vendo aí jornalistas, apresentador de programa, todo tipo, presidente de sindicato e outras autoridades que não entendem da área da saúde, querendo impor isso para que a gente aceite essa lei do passaporte sanitário.

Então, eu estou com uma viagem marcada em fevereiro, o que vai acontecer comigo? Porque eu preciso viajar para ver minha família que mora em João Pessoa, em Campina Grande. Eu posso ir e será que eu vou voltar? Será que eles vão deixar eu voltar? Porque eu não tenho a carteira de vacinação.

Então, eu clamo para as autoridades, para os senhores deputados, que trabalhem em prol da sociedade, porque o poder emana do povo, então somos nós que queremos ter a nossa liberdade preservada e não privada, porque é isso que está acontecendo. Estão querendo tomar conta do nosso corpo, das nossas decisões.

E outra coisa, nós estamos sofrendo discriminação. Lembra dos leprosos? Assim somos nós, porque nós não nos

vacinamos, nós não podemos entrar nos locais públicos. Nós contribuimos com os nossos impostos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Um minuto para terminar, Doutora.

A SRA. ROSÂNGELA LÁZARO DE OLIVEIRA – Certo. Então, eu agradeço muito a atenção dos senhores e peço, encarecidamente, diga “não” a esse Projeto de Lei 1158/2021, que nos torna escravos, que quer privar nossa liberdade, que quer violar nossas garantias constitucionais. E isso é um crime, é abuso de autoridade.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - A Dra. Maria Emília Gadelha, ela vai ter de se ausentar, tem uma outra audiência. Doutora, muito obrigado pela sua presença on-line.

A SRA. MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA (*Por videoconferência*) - Eu gostaria de só me despedir. É possível?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - É possível.

A SRA. MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA (*Por videoconferência*) - Eu agradeço a oportunidade de participar e eu só queria deixar uma pequena observação. Um cinto de segurança e um capacete salvam vidas, não é? Esses produtos que estão sendo aplicados eles estão matando as pessoas. São produtos experimentais e sem validação de segurança.

Essa ideia de que as mortes caíam, as mortes já estavam caindo. Já estavam caindo em março. Então, atribuir que isso é efeito da vacinação é inocência. Merece análise estatística que já foi feita pelo Dr. Bruno Campello, da Universidade Federal de Pernambuco, Lorenzo Ridolfi, alguns pesquisadores da área da matemática já fizeram essa análise.

Então, isso é uma irresponsabilidade, afirmar que são as vacinas que estão fazendo isso. E, ao mesmo tempo, as pessoas estão morrendo, estão ficando incapacitadas, deve haver responsabilidade das pessoas envolvidas nas decisões do nosso País e eu faço um apelo para vocês, que estudem com detalhe esse assunto, porque a situação está ficando crítica. Estamos contribuindo com essa vacinação indiscriminada, com esses produtos, essa inoculação para um futuro negro no nosso País.

Eu apelo a vocês que reflitam e saiam do joguinho desse paradigma, dizendo que vacinas salvam, vacinas salvam. Vacinas seguras, salvam. Mas produtos experimentais que têm o nome de vacinas estão matando pessoas e era isso o que eu tinha a dizer. Agradeço a oportunidade. Muito obrigada.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado. Com a palavra, o senhor Cleverton Pedraza. Cleverton, vamos lá? Já fala aqui, Cleverton. É mais rápido. Pode ir lá na tribuna ali e já vira deputado por um dia, aí.

O SR. CLEVERTON PEDRAZA – Primeiramente, eu gostaria de parabenizar o nobre deputado pela propositura desta Audiência Pública tão importante aos cidadãos, não somente de Rondônia, mas do Brasil todo. Gostaria de parabenizar aos demais deputados que tiveram a sua presença

neste dia de hoje e demais componentes da Mesa, parabéns pela aceitação do convite a estarem presentes hoje aqui. Meu irmão Wagner já falou anteriormente. Cumprimentou, em memória da nossa irmã Joelma, que infelizmente, perdemos. Não foi de Covid. Não foi de Covid. Mas perdemos parentes em Guajará-Mirim e aqui em Porto Velho, em decorrência da Covid, sim. E resolvemos participar desta tão importante Audiência Pública, para tentar, como cidadão brasileiro, sou professor do município de Porto Velho, e eu gostaria de começar, eu atuo na escola. E eu gostaria de começar a minha fala citando o Artigo 5º da Constituição Federal brasileira, na qual diz que “todos somos iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”

Sigo minha fala, Deputado Jair Montes, para questionar essa palavra “imunizar”. Segundo o Dicionário Aurélio, ele diz que imunizar é preservar, blindar, guardar, isentar, livrar, os agentes patogênicos de todas as formas. Está lá escrito no Aurélio. Quem quiser pesquisar, pesquise.

Então, o cerne da questão, discordando ou fazendo um contraponto com alguns que já me antecederam, estão aqui, o cerne não é contra a vacina. Nós somos a favor. Que isso fique bem claro. Que fique registrado. Nós somos a favor, sim, das vacinas, entretanto, nós não queremos essa imposição, onde quer que estejamos, porque a questão aqui hoje é o passaporte sanitário. Que fique bem claro.

Então, eu vou relatar uma experiência negativa pessoal, minha. Duas, na verdade, na semana passada. Assim como a advogada que me antecedeu, eu fui praticamente barrado lá no novo prédio da Justiça aqui na Pinheiro Machado, por trás da 17ª Brigada. Tinha um assunto na Justiça de Pequenas Causas para resolver. A princípio eu fui barrado, mas eu continha o passaporte vacinal.

Eu fui obrigado, que se registre isso também, deputado, eu fui obrigado como servidor do município, pelo Decreto do Prefeito Hildon, eu filmei, fotografei, para que futuramente, eu não sei o que vai acontecer comigo, porque todo mundo fala em ciência, tudo bem, aceitamos a ciência. Entretanto, quem é que me dá garantias do que me vai acontecer no futuro próximo? Porque essas vacinas foram produzidas “a toque de caixa”, não sei com quais interesses. Não sei se os senhores concordam comigo. Mas, não somos, novamente, contra a vacina. Nós somos a favor, como o professor doutor falou das vacinas lá atrás. Mas, gente, essas vacinas foram estudadas quantos anos para essas campanhas do Governo Federal? Essa nossa Covid-19 é tudo novo. Não se tem garantia de nada do que vai acontecer no futuro próximo. E aos meus filhos? Eu tenho duas crianças pequenas, eles dependem de mim, o que vai ser deles se me acontecer alguma coisa? Ninguém sabe, ninguém vai lá me dar tapinhas nas costas, aliás, ou vai providenciar o sustento dos meus filhos se alguma coisa me acontecer lá no futuro. Eu não sei.

A minha experiência, fui ao Banco do Brasil também. No que eu cheguei para ser atendido, para resolver um problema particular e lá estava a fila. Várias pessoas aguardando na área externa da agência 3796, que é na Calama com a Salgado Filho, aqui em Porto Velho. E, perguntei das pessoas qual era o problema que todos estavam ali fora, no sol quente, 11 horas

da manhã em Porto Velho, vocês sabem como aqui é quente, úmido. E aí eu comecei a questionar, eu perguntei das pessoas o porquê. Ninguém falou nada, simplesmente me disseram: “ah, eles disseram que é para a gente ficar aqui fora aguardando o número de pessoas lá dentro liberar, para a gente poder entrar.” Mas aí eu pergunto, salvo engano, me corrijam, no início do mês de outubro o Governador Marcos Rocha decretou liberação total. Ou estou errado? Estou correto, não estou? E por que a agência do Banco do Brasil e outras empresas públicas ou privadas estão nos privando desse direito de ir e vir?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Um minuto para concluir a sua fala.

O SR. CLEVERSON PEDRAZA – Então, a questão aqui não é segregar, porque esse passaporte sanitário vem para segregar ainda mais, criando castas de pessoas especiais que tem o passaporte vacinal. Eu tenho o meu passaporte. Hoje inclusive, hoje, por ironia do destino, eu teria ou terei que tomar a minha segunda dose. Mas aí eu fico com todos esses esclarecimentos da professora Doutora Maria Emília com aquele rol de fatos, de provas científicas também. Aí eu me preocupo. Eu devo tomar ou não devo tomar, senhores, a segunda dose? E o que vai me acontecer se eu não tomar? Vão me impedir de adentrar nos palácios da Justiça, nos bancos, nas empresas, no shopping, no avião? Para que é esse passaporte? Todo mundo mantém o distanciamento nas filas e quando chega dentro do avião está todo mundo junto. É uma incoerência. É uma incoerência segregar as pessoas por um simples passaporte vacinal.

Eu não sou contra a vacina, que fique bem claro. Somos todos “vacina, sim”, entretanto, “não à segregação vacinal”. É este o meu ponto de vista. Muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Com a palavra o senhor Salatiel Rodrigues. Salatiel está aí, já foi? Deu fome nele.

Com a palavra, a senhora Brenda Li Pereira. Ainda está aí a Brenda?

A SRA. BRENDA LI PEREIRA – Eu acho que é boa tarde, não é? Boa tarde a todos. Essa discussão começou com uma discussão de saúde, mas hoje eu venho falar como cidadã mesmo. Como católica, mãe, funcionária pública que não tem lugar de fala na parte de saúde, embora tenha duas irmãs médicas que estavam nesse enfrentamento da Covid-19. A mais velha que é epidemiologista, adquiriu Covid-19, imunidade natural e não tomou a vacina. A mais nova, médica também, tem uma doença autoimune também não pode tomar vacina.

Bom, de início, a despeito de qualquer divergência que eu tenha tido com o nobre Deputado Jair Montes, eu quero parabenizá-lo pela iniciativa, cumprimentar toda a Mesa e todos os presentes.

Eu tenho só alguns pontos para colocar, e o primeiro deles é o seguinte: como a primeira doutora falou, Dra. Lara, essa vacina de RNA mensageiro que é produzida, os estudos iniciais dela foram para tratamento de câncer e esse estudo inicial para tratamento de câncer, nunca foi aprovado para

uso em seres humanos. Então, utilizaram a base vacinal, para uma finalidade nobre, específica, que é o tratamento de câncer, mas os estudos dela nunca avançaram para serem utilizados em pessoas, em seres humanos. Então, nós estamos utilizando uma base vacinal cuja aprovação, para um fim muito mais certo, que se conhece a doença, se conhece o que é câncer, se conhece todo o tratamento, se tem tudo... Então, começa a discussão científica começa por aí.

O segundo ponto é, se as máscaras, como o nobre Vice-Reitor da Universidade falou, se as máscaras funcionam, por que o distanciamento? Se as máscaras e distanciamento funcionam, para que *lockdown*? Se as máscaras, distanciamento e *lockdown* funcionam, para que obrigatoriedade da vacina? São questionamentos que o povo — estou aqui falando como cidadão —, se faz, eles fazem esse questionamento. Se você está usando máscara, então, por que você precisa ficar longe da pessoa? Se você está longe da pessoa por que está usando máscara? E se tudo está funcionando por que o *lockdown*? Se tudo funciona por que uma obrigatoriedade de tomar a vacina? Esse é o segundo ponto.

O terceiro ponto é que se criminalizou o uso de medicamentos que estão sendo utilizados na Medicina a mais de 70 anos — não vou citar nomes, todo mundo sabe do que se trata — porque não existiam estudos do *Prossegue Randomizados*, que são o top de estudos científicos, em detrimento de uma salvação milagrosa que é uma vacina que está a 10 meses no mercado — porque a primeira pessoa vacinada, se não me engano foi feita em janeiro, a primeira pessoa vacinada no mundo foi em janeiro. Então, nós temos 10 meses de uma vacina, que ninguém sabe as reações, quer dizer, se conhece as reações, mas não existe um estudo específico, e é a salvação da lavoura agora? Então, nós temos que pensar nessas questões também.

Outro ponto é, se existe o respeito à negativa de certas pessoas com relação à transfusão sanguínea, nós sabemos que tem uma religião específica que é contra a questão de transfusão sanguínea, e tal, de tomar sangue, e se respeita isso. Por que não o respeito à escolha individual da pessoa de tomar ou não vacina? Ok?

Outro ponto também é questão de, as vacinas além de experimentais — como a doutora mesmo mostrou, que os estudos só vão se completar ano que vem, e em 2023 —, além disso, elas são ultrapassadas, como também já foi falado, porque elas foram, a base delas é com o vírus original, não foi feito vacina com variante. Nós sabemos disso, porque, hoje mesmo, saiu uma notícia de que na Alemanha quase 70% da população completamente imunizada e quase 100% com a primeira dose, hoje eles estão com pico de casos de Covid. Então, depois de quase 70% da população completamente imunizada, a Alemanha, hoje, tem um número de contaminados, de pessoas com Covid, maior que no pico da pandemia. São 50 mil casos e no pico da pandemia não existia vacina lá. Então, nós temos hoje 50 mil casos lá e no pico da pandemia, o maior número, que foi em março, eles tinham 45 mil.

Então, isso comprova, pelo menos uma observação lógica, acho que dois neurônios com sinapses conseguem compreender isso, que não foi a vacina que está protegendo

as pessoas de pegarem Covid. Então, para que obrigatoriedade para tomar essa vacina? Na Hungria, também está acontecendo a mesma coisa. São vários países da Europa com a mesma situação.

Tendo falado tudo isso, eu tinha alguns questionamentos para fazer e vou lançar ao universo algumas perguntas, espero que as pessoas que falaram consigam depois respondê-las. Com relação ao estudo da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) sobre a variante Delta no Estado de Rondônia. Eu só queria saber se, dentro do — universo tá (risos) —, se dentro desse estudo de acompanhamento dessa variante no Estado, se foi utilizado um critério de a pessoa utilizou de medicamentos — aqueles mesmo lá criminalizados e colocados como completos vilões — se as pessoas que tomaram esse medicamento como método preventivo, não estamos nem falando de tratamento precoce, estamos falando de método preventivo, se isso surtiu algum efeito? Se foi, se essa variante também de declínio dos números de casos e agravamento da doença foi considerado? Porque, falar que foi só a vacina é uma coisa equivocada, porque muita gente utiliza desses medicamentos preventivamente. Nós estamos com quase 2 anos com doença, eu e ninguém da minha família pegou. O meu sobrinho foi para os Estados Unidos e pegou lá, pegou Covid lá. O meu cunhado com duas doses da vacina também pegou. Foi ele que transmitiu para o meu sobrinho. Eu só queria saber disso, se teve essa variante dentro desse estudo.

Uma outra pergunta que eu também vou jogar para o universo é a seguinte: quando foi descoberta a vacina de febre amarela, que na década de 1970 era obrigatório tomar? Eu fiz uma pesquisa rápida e ela foi começada a ser produzida no Brasil em 1937. Então, desde 1937 as pessoas são vacinadas contra a febre amarela.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Um minuto para encerrar.

A SRA. BRENDA LI PEREIRA – Obrigar uma pessoa, na década de 1970, tomar uma vacina completamente aprovada, com todos os testes, com toda forma, ok. É concebível uma coisa assim. Quase 30 anos de estudos. Ok. Uma vacina há 10 meses no mercado, você obriga uma pessoa a injetar essa substância no seu corpo?

Uma outra coisa que a Secretária de Ariquemes falou sobre a revolta da vacina. Falou sobre chip, alguma coisa assim. Bom, a revolta da vacina foi em 1904, mais ou menos. E o primeiro chip foi fabricado em 1958. Creio que ela falou sobre isso com relação à vacina atual, que as pessoas têm essa teoria da conspiração de chip, etc., etc. Mas a revolta da vacina não foi por causa de outra coisa a não ser a descrença em uma vacina que, como hoje, não existia um estudo adequado e tempo de análise disso.

Os casos hoje que estão sendo intubados, essas pessoas foram ou não foram tratadas precocemente? Essas questões que eu estou jogando para o universo têm que ser respondidas, porque muitas pessoas que estão intubadas, hoje, não foi oferecido para elas o tratamento precoce da doença e muito menos o preventivo. Então, assim, a maioria é de não vacinados, mas e o tratamento inicial da doença? Nosso ex-Ministro “fica

em casa até sentir falta de ar, depois você vai procurar um médico". Aí não precisa, aí você pode morrer em casa mesmo. E só mais uma coisa que eu gostaria de falar.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Conclua.

A SRA. BRENDA LI PEREIRA – Uma coisa que eu quero falar é a seguinte: eu fiz uma pesquisa no início do ano e existiam 40 leitos de UTI sem médicos em Rondônia, só aqui em Porto Velho, no Hospital de Campanha. Esses 20 leitos foram ocupados no segundo pico da doença, vamos dizer assim. Vinte leitos de UTI não foram ocupados em nenhum momento da pandemia. Por quê? A quem a gente vai cobrar isso? Esses 20 leitos poderiam ter salvado vidas também.

Então, assim, ter leitos de UTI equipados, prontos para serem utilizados e não ter médico para poder cuidar desses pacientes desses leitos de UTI. Por que isso aconteceu?

Bom, esses são uns pontos. Eu agradeço a oportunidade de falar e boa tarde a todos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado pela sua presença. Com certeza as perguntas serão respondidas pelo além.

O Senhor Carlos Cezar está aí?

O SR. CARLOS CEZAR CARVALHO FROTA – Opa. Aqui, Deputado Jair.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Senhor Carlos Cezar? Carlos, vai lá.

O SR. CARLOS CEZAR CARVALHO FROTA – Boa tarde a todos. Eu gostaria de iniciar a minha fala cumprimentando a Mesa em nome dos 3 deputados que aí se encontram, no qual o nosso amigo Deputado Eyder Brasil — obrigado pela presença e por permanecer neste ambiente, neste debate tão importante para a sociedade rondoniense. O Deputado Jair, que foi o proponente desta Audiência, inclusive esteve nos visitando lá no Conselho Estadual de Saúde já por vezes. Obrigado também pela visita que nos fez lá. E o nosso amigo Deputado Adelino Follador, em nome do qual eu cumprimento os demais da Mesa. Aqui nós temos, se não me engano — me corrija o Nélcio, que também é Conselheiro de Saúde —, nós temos 4 Conselheiros Estaduais de Saúde, sendo que o Nélcio e o nosso amigo Gregório representam a parte da gestão. E nós temos a companheira também, representando ali representando o Cosems, que também faz parte do colegiado e eu, no momento, representando os trabalhadores em Saúde, no colegiado do Conselho Estadual de Saúde. Gostaria de cumprimentar também o Conselheiro Municipal de Saúde, Casemiro, lá de Candeias de Jamari, no qual eu cumprimento todos os conselheiros municipais que estão via on-line, participando deste importante debate.

Para corroborar com um pouquinho do raciocínio do meu amigo Deputado Jair Montes. Deputado Jair, o João Paulo II, Deputado Jair, eu moro aqui em Rondônia há 34, 35 anos e sou servidor público, sou técnico em previdência há 30 anos. E eu lembro muito bem que o João Paulo II foi passado a título de indenização, de royalties para o Governo do Estado de Rondônia

que, por ocasião de receber esse João Paulo, passou para o servidor ou deveria ter passado para o servidor público para compensar a dívida previdenciária e nunca aconteceu. E aí, graças a Deus, porque se nós tivéssemos com o hospital lá sendo gerenciado pelo servidor público, talvez a gente não tivesse condições mais de tocar aquele empreendimento. Porque até a nossa previdência, que é algo mais sagrado, vocês sabem melhor do que eu o estado em que se encontra, imagina se nós estivéssemos dando assistência médica ainda para esse servidor. Só para colaborar, a título de informação.

Agora, Deputado Jair, eu gostaria de parabenizá-lo por esta oportunidade e dizer que, através desta oportunidade, me vem dois sentimentos, Deputado Eyder. Um de alegria, por estar vivendo neste momento, eu que sou, eu tento ser um reencarnacionista, um espírita há 30 anos, acreditando que nós nessa vida só vamos levar o que nós aprendemos e que temos conhecimento. Eu agradeço a Deus por esta oportunidade, mas ao mesmo tempo, Deputado Jair, me dá uma tristeza imensa ao ouvir alguns companheiros falando, inclusive com conhecimento científico, de algo que eu vivi na prática. Eu peguei Covid-19 o ano passado, em julho. Fiquei muito ruim, muito ruim, a minha esposa também, e a gente ficou 15 dias em casa. Não cheguei a me internar, eu falei: "eu não vou para o hospital, porque se eu for para o hospital...". O meu vizinho do lado, no mesmo período desencarnou e tiveram várias pessoas no Candeias que naquele momento também desencarnaram, e eu fiquei com medo. "Não vou para o hospital. Se eu tiver que morrer, eu vou morrer em casa." E fiquei em casa, não fui. Com 15, 20 dias depois, eu fui me recuperando, me recuperando, graças a Deus. Ok. Só que eu descobri que depois dos três meses eu fiquei com enfisema pulmonar, descobri agora, através daquela doutora falando ali, que a miocardite que eu fiz agora, há três meses, tive que me submeter a um cateterismo, pode ter sido em função da vacina ou não se sabe se pode ter sido a vacina ou do própria Covid-19, porque muita gente ficou com sequelas, enfim. Eu estou parafraseando aqui, falando algumas coisas para que vocês também chamem para si essa reflexão. Será que, realmente, a vacina tem esse efeito colateral que a gente está ouvindo os técnicos dizerem? Pode ser que sim, mas pode ser que muitas dessas consequências sejam da própria Covid-19 de quem pegou, como eu, por exemplo. Aí eu também corroboro com a companheira ali, eu também tenho várias perguntas a fazer que não seria nesta Audiência Pública apenas, Deputado Jair e Deputado Eyder, que nós conseguiríamos diluir isso aí. Não seria.

Mas também, neste momento, eu gostaria de agradecer e pedir desculpas. Pedir desculpas, Deputado Jair, como você tem feito vários vídeos e eu acompanhei, inclusive no momento em que eu estava enfermo. E você, diuturnamente, ia nas redes sociais e dizia: "olha, tantas pessoas estão sendo curadas, tantas estão doentes.". Eu vi várias vezes aquilo. E eu gostaria de pedir desculpas em nome do Controle Social, em nome do Conselho Estadual de Saúde a essas 6.500 vítimas, aos seus familiares, infelizmente o perderam e não estão mais conosco.

Como o tempo é pouco e já estamos no avançado da hora, eu vi muita gente falar aqui, senhores deputados e senhores presentes aqui, muita gente falar aqui de lei. É

verdade. Mas eu também gostaria, eu não vi ninguém aqui, já que nós estamos em um debate tão eloquente, tão ríspido a respeito de vacina, de saúde e de SUS. Eu não vi ninguém falar do artigo 196 a 200. Alguém viu? Então, eu vou falar para vocês o que diz o artigo 196 da Constituição Federal. Artigo 196, ok?

Muita gente falou do artigo 5º. Ok, artigo 5º, beleza. Mas o artigo 196, que trata da saúde, diz: "A saúde é um direito de todos e dever do Estado". Olha só, o que nós estamos fazendo aqui, Deputado Jair? Estamos discutindo, porque é dever do Estado. Ou não é dever do Estado discutir isso aqui? Debater. Ok. "Garantido mediante políticas públicas sociais, econômicas, que visem..."; olha só como é interessante, "...a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.". Pelo amor de Deus". Se nós nos atermos somente ao direito de ir e vir, nós vamos ignorar então essa mesma Constituição? Então, ela é muito dúbia. Essa Constituição precisa e tem que ser revista, urgentemente. Porque no mesmo livro de leis que traz que eu tenho direito igual ao dos deputados de ir e vir, de a gente permanecer no ambiente, de a gente debater e tudo, diz que se eu não cuidar disso aqui, eu, como Conselho de Saúde, vocês como deputados, Secretaria de Saúde, nós podemos até estar prevaricando, ignorando isso aqui. Ok?

Então, só para que a gente faça uma reflexão de que não se trata de vacinar ou não vacinar — viu, Reitor? —, não se trata disso. Trata-se de consciência do que fazermos, de como fazermos e quando fazermos, porque nós já estamos lidando com uma pandemia. E aí, assim como aqueles que me antecederam falaram, busque também, vai lá no Google e pesquisa: pandemia. Quem de vocês aqui viveu em alguma pandemia para trazer uma experiência para nós, dizer: "não, eu estava na pandemia na semana passada, foi assim que a gente saiu.". Quem de vocês aqui tiveram? Nem vocês e muito menos eu, com 52 anos de idade. Mas que a gente possa estar junto, de maneira coletiva, Deputado Jair, irmanados, discutindo, debatendo e procurando o melhor, não só para o nosso povo de Rondônia, mas que sirvamos de exemplo para todo o País.

Obrigado mais uma vez, e o Conselho Estadual de Saúde está e sempre estará de portas abertas para os senhores deputados e para todos aqueles que queiram.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado. Com a palavra o Senhor Josinélio Muniz, Pastor da Igreja Comunidade Internacional da Paz. Estamos acabando já. Depois é a senhora Sofia. Sofia Andrade, a mulher que já tem até seguidor aqui. Vamos lá Josinélio.

O SR. JOSINÉLIO MUNIZ – Olá, boa tarde a todos. Eu saúdo a todos da Mesa em nome do Deputado Jair Montes e também a todos os presentes aqui. Agradeço a fala e a oportunidade ao Deputado Jair Montes, também.

Bom, a gente, está na ponta da corda, não é? A gente sabe o que estamos passando. É uma situação bem complicada e deve ser avaliada porque, no fim de tudo, a corda quebra para o lado mais fraco. E eu me lembro que, em 2019, quando começou toda essa história da Covid, na China e tal, em

novembro, mais ou menos, de 2019, construção de hospital de campanha na China, a gente estava tranquilo no Brasil, achando que a gente não ia ser atingido. E em janeiro de 2020, a média móvel começou a subir, de mortos, e em fevereiro subiu mais ainda, 2020, não é? Em março nós tivemos o decreto, fechamos o Estado, pelo Governador, abril subiu mais ainda a média móvel. Maio subiu mais, em junho subiu e em julho começou a descer. E eu lembro, em 2020, quando no mês de setembro estava descendo a média móvel de mortos, internados. A decisão íamos ter campanha política ou não. E em outubro, a média móvel estava lá embaixo em número de mortos, sem vacina, e nós decidimos fazer a campanha política. Eu era um dos candidatos, Vice-Prefeito; o Deputado Eyder Brasil aqui, era candidato também; o Deputado Jair Montes estava do meu lado, fizemos campanha política em outubro, em novembro, abraçando o povo, pegando na mão de todo mundo na rua. A gente tinha certeza de que a Covid não ia subir mais. Não tinha vacina. Quando foi no mês de dezembro, a coisa começou a voltar. Janeiro subiu mais, em fevereiro de 2021, agora, subiu mais; março estava no pico, novamente e agora em agosto desceu de novo e todo mundo está dizendo que foi a vacina. Como que você explica que no ano passado não tinha vacina e agora desceu e está descendo por causa da vacina?

Gente, só pensar um pouco, que agora, novamente, 84% da Holanda foi vacinada e fechou. Isolamento total, porque subiu. Novamente, na Europa, no mês de novembro, agora, estão disparados os números de casos de Covid. E vocês estão sabendo o que está acontecendo na China? Novamente dispararam os casos de Covid na China. Quer dizer: quem garante aqui, que no mês de janeiro o Brasil vai estar com a média móvel descendo? Não dá para pensar?

Então, como nós podemos dizer agora que a vacina está curando, se em 2020 não foi? E aí, existe incoerência nessa proposição. Vamos lá, gente. Quer dizer que se eu não estiver vacinado, eu vou transmitir a doença para quem está vacinado? Que lógica é essa? Se tem cinco pessoas vacinadas, uma delas não está, o que não está vacinado transmite a doença novamente para quem não está vacinado? Como que você consegue comparar uma vacina como a do sarampo, mais de 10 anos de estudo, mais de 18 anos de estudo. Você quer comparar essas vacinas de 18 anos de experimentos comprovados? Eu nunca ouvi dizer que alguém morreu porque tomou a vacina do sarampo. Nunca ouvi dizer. Mas em contrapartida, a vacina da Covid, nós temos casos comprovados de pessoas que perderam a vida porque tomaram as duas doses. Temos, inclusive, casos de médicos. Como que nós podemos ignorar a fala de pessoas como o Doutor Hermes ali, que falou para a gente, agorinha, a Doutora Maria Emília Gadelha. Como podemos ignorar a fala de médicos geneticistas?

Então, seria muita inocência de nossa parte virar as costas para dados científicos. A própria OMS disse, a OMS disse que é um absurdo a terceira dose da vacina. É um absurdo. Então, não podemos virar as costas para isso. Quem quiser tomar a vacina. Você acredita na vacina, que ela vai te proteger? Tome. Se proteja. Agora me dê o direito, eu que tenho medo da vacina, de não tomar. Eu tenho medo da vacina.

Então, a gente precisa separar os extremos. Porque é tipo assim, o cara tem medo de tomar a vacina, o cara tem medo de ficar sem a vacina. Então, ele toma a vacina. Ele tem

o direito dele. Agora, eu, tenho medo. Eu, José Nélio Muniz, tenho medo de tomar a vacina e dar uma parada cardíaca e morrer. Quer dizer que eu sou obrigado a tomar a vacina porque o outro, que já está protegido, você está entendendo a lógica? Então não faz sentido. Me dê o direito, eu que tenho medo da vacina, de não tomar a vacina.

Então os nobres deputados, o Deputado Geraldo falou ali, não participou, não assistiu um slide sequer, e depois foi embora. Então, eu levo em consideração as pessoas que assistem, que acompanham especialistas, médicos, escuta geneticista, para a gente ter uma base do que nós estamos falando, porque uma decisão dos deputados vai afetar todo o Estado de Rondônia. Então, não é uma pessoa só. Não é só a fala do deputado. Então, não é simplesmente chegar aqui, aprovar uma lei e todas as pessoas do Estado serem obrigadas a cumprir essa lei, mesmo que isso possa trazer prejuízo, porque está muito claro pelos especialistas, encerrando a minha fala, que ninguém sabe, ninguém sabe o que vai acontecer com quem foi vacinado, daqui a 10 anos. Muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Muito bem, Pastor Josinélcio. Obrigado pela sua presença também, pela sua palavra.

Com a palavra, Sofia Andrade, representante do Pró-Armas. Depois da Sofia, vem a Dra. Vanessa de Andrade. Ainda está aí, a Dra. Vanessa? Está.

A SRA. SOFIA ANDRADE – Boa tarde a todos. Primeiramente, eu quero cumprimentar aqui os nossos nobres Deputados Eyder Brasil, que fez a lei, a PEC contra o passaporte sanitário no Estado de Rondônia e o nosso Deputado Jair Montes que muito prestativamente, de pronto nos atendeu em propor esta Audiência Pública. Cumprimentar também o nosso Deputado Adelino Follador, que estiveram aqui, desde o começo, os três nobres deputados. E deixar aqui o meu repúdio a todos os outros deputados que não compareceram, nem sequer de forma on-line, neste momento tão importante e crucial para o cidadão do Estado de Rondônia.

Bom, começo dizendo que a minha liberdade é inegociável. Mesmo que o Estado venha a dizer que está cuidando da minha saúde ou preocupado com ela, coisa que nunca esteve. Digo isso para os senhores, porque durante a pandemia a grande solução criada pelo Estado, foi falir empresas, foi deixar pais de família sem condições de trabalhar. Não foi fazer centros de tratamento precoce em todas as cidades, como deveria ser feito. Quando se fala em tratamento precoce, a única doença a qual causa espanto, é a Covid-19. Hoje eu tenho uma tia que está com câncer e ela não teve um tratamento precoce, porque não se atentou à doença. Ou seja, a situação dela é muito mais difícil do que de uma pessoa que descobre precocemente e faz um tratamento precoce do câncer.

Então, eu quero dizer aos senhores que eu não vim aqui, hoje, discutir efetividade da vacina, porque eu não estou nem um pouco preocupada com o que vai acontecer na vida de cada um. Cada um que seja responsável pelas suas decisões. Eu vim aqui, hoje, falar de liberdade. E ela, para mim, como para vocês, ela deve ser inegociável. Ora, por que apenas os vacinados têm medo? Por que os vacinados, inclusive têm medo dos não vacinados? Tendo em vista que se você vacinou, você está imunizado ou não? Não. Você não está imunizado.

Não queria falar aqui de vacina, mas como todo mundo aqui falou, também vou falar. Hoje nós não temos a vacina contra a Covid-19. Hoje nós temos um experimento científico muito bem feito, está sendo usado, que inclusive, se os senhores que vieram aqui e foram a favor do passaporte sanitário, tivessem se atentado aos slides, não apenas ficado no celular ou talvez conversando outros assuntos impertinentes ao atual momento, vocês teriam visto que médicos, cientistas disseram que é um estudo, um experimento, que todas elas são vão entrar em fase efetiva em 2023. Quem morreu, senhores; morreu! E aqui, em sua vida, e um parente, um amigo, um parente e um irmão, quem vai pagar essa conta? 2023, se você decidiu fazer parte de um experimento científico, o problema é seu. Eu jamais vou impedir ou vou dizer para você “não faça parte desse experimento científico”. Não vou dizer isso. Agora, eu vou dizer “não quero fazer e ninguém vai me obrigar a isso”. A minha liberdade é inegociável.

Eu vi aqui o Deputado Geraldo da Rondônia sem máscara, tendo em vista que nós temos um Decreto que faz uso obrigatório da máscara. Perguntei ali dele: “Deputado, se o senhor é a favor da vacina com obrigatoriedade, por que o senhor não está de máscara?”. “Ora, dizem que o não uso da máscara faz com que o senhor transmita a Covid, não é?”. Como o não uso da vacina transmite a Covid, então nós estamos do mesmo tamanho.

É hipocrisia dizer, Deputado, que a gente vai cortar o seu ponto, que a gente vai deixar o senhor sem salário porque o senhor está fazendo uso da Assembleia sem máscara.

Então, o que nós vemos aqui hoje, é um grande palco de hipocrisia. Pessoas que vieram aqui falar neste microfone que eu estou falando sem máscara, que são a favor de máscara. São a favor do passaporte sanitário. Vejo o senhor que está aqui sentado — agora esqueci o nome dele —, ele veio aqui tranquilamente, tirou a máscara e falou no microfone que várias outras pessoas já haviam falado de máscara. Cuspindo, deixando aqui, se tiver Covid vai pegar e a vacina não vai impedir.

Então, eu quero dizer para os senhores, aqui, hoje em Rondônia, quando nós chegamos até o nosso Excelentíssimo Senhor Deputado Jair Montes, não foi para debater vacina no Estado de Rondônia. Pelo contrário, eu pago impostos altíssimos que tem a vacina para quem queira tomar. Eu vim aqui debater a tirania, “ah, porque a lei, porque o Estado...”, como outro senhor estava ali falando, que o Estado é obrigado a cuidar da nossa saúde. Na época do nazismo..., o nazismo também foi implementado baseado em leis, meu senhor, e olha onde nós chegamos. Então, não venha aqui querer distorcer as leis para tentar implementar tirania na vida de quem quer que seja.

Quando outro senhor veio falar aqui de custos, sobre o custo, porque vai diminuir o custo, é mentira. Mais uma mentira de quem gosta de usar de usar de narrativa. Os custos que nós tivemos da vacina, e o propositado para a vacina até o final de 2021, é mais de R\$ 9 bilhões do Governo Federal. Lembrando que é o Governo Federal que está bancando a vacina no Brasil. E o Governo Federal investiu na saúde básica, na pandemia no Brasil, pouco mais de R\$ 6 bilhões. Então, nós temos um custo muito maior com uma vacina que nem te protege de pegar Covid, nem te protege de transmitir Covid, maior que o tratamento com a doença.

Então, o que eu quero dizer para vocês é que nós não podemos ser hipócritas, a nossa liberdade é inegociável. E isso não pode ser diferente. Quem quer tomar vacina que tome, e que os nossos impostos altíssimos aqui pagos, que continuem custeando tudo isso. Tem um outro senhor ali, de chapéu, que veio aqui falar sobre quantidade de número de mortes. Engraçado, que eu não vi ninguém aqui falando da curva, acabou a curva da Covid, só falavam em curva, "porque a curva, porque o pico da curva, não sei o que do pico da curva". Vocês sabem quando foi o pico da curva, onde morriam 40, 50, 60 rondonienses no ano passado? Quando o Excelentíssimo Senhor Governador Marcos Rocha meteu o trancamento em todo mundo, quando nós estávamos com as restrições mais severas no Estado de Rondônia. Quando você não podia ir e vir, morriam de 40 a 60 rondonienses por mês no Estado de Rondônia.

Muito bem lembrado pelo Pastor Josinélio, nossa eleição do ano passado, que estava uma maravilha. Todo mundo nas ruas, campanha política e os números de mortes estavam lá embaixo. "Agora, Sofia, nós temos a vacina e o número de mortes diminuiu.". Mas também temos um altíssimo índice de pessoas que se contaminaram de forma natural. Não podemos também dizer que é a imunidade de rebanho? Podemos.

Quem quiser tomar vacina que tome, mas tenha consciência de uma coisa, se for implementado o passaporte sanitário em Rondônia vai haver revolta. Nós não vamos aceitar. Eu jamais vou defender que imponha para a sua vida o que quer que seja. Ora, você quer ser homossexual, maravilha. Você quer ser umbandista, maravilha. Você quer ser católico, maravilha. Que você tome conta da sua vida e que o Estado não mova uma palha sequer para dizer o contrário disso. Eu sou mulher e estou aqui hoje, com o direito da palavra, de falar, porque nós conquistamos isso com o passar do tempo e quem esquece a sua história está fadado a repeti-la. O nazismo foi implantado por leis e ele foi aceito. Adolf Hitler não chegou lá de repente e começou matar judeus.

Quando fecharam o comércio e eram apenas os pipoqueiros, os grandes empresários não se importaram. Quando eu dizia para os meus amigos, donos de restaurantes, "borá lutar?" Ficaram acovardados e calados. Mas, quando fecharam os comércios de quem tinha 100, 150 funcionários, foram se coçar. Não meus amigos, se fosse uma pessoa apenas no Estado de Rondônia que não quisesse se vacinar, fosse o motivo qual fosse, nós teríamos obrigação de estarmos aqui defendendo a opinião daquele cidadão.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Um minuto para concluir.

A SRA. SOFIA ANDRADE – Ok, Deputado. Eu quero agradecer imensamente por cada um dos senhores que estão aqui, que se dispuseram tirar um tempo do seu dia, porque militar em internet e no WhatsApp é fácil. Difícil é fazer o que vocês estão fazendo aqui, seja para defender ou seja para não defender.

Eu quero agradecer ao nosso Deputado Jair Montes, ao nosso Deputado Eyder Brasil e ao nosso Deputado Adelino Follador por estarem cumprindo o seu trabalho de estarem ouvindo a sociedade do começo ao fim. Muito obrigada.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado, Sofia. Eu quero agradecer a presença da Dra. Deusilene Souza Vieira, que ainda está virtual, ela tem que se ausentar. Doutora, muito obrigado, Deus te abençoe.

Doutora Vanessa de Andrade, com a palavra e depois o Doutor Neemias. Está aí ainda o Pastor Neemias? Está ali, depois da doutora, o Neemias.

A SRA. VANESSA DE ANDRADE CATUNDA – Boa tarde a todos, meu nome é Vanessa. Eu agradeço muitíssimo, de todo o coração, em nome de todos os brasileiros, que estão como eu, na dúvida, sobre essa vacina no Brasil, no mundo todo. Agradeço muito aos deputados que estão aqui nos representando, porque só o fato deles organizarem esta Audiência Pública, eles entendem o nosso sentimento, que está nas costas deles.

Então, eu vou falar em nome de todos os brasileiros, fazendo uma analogia com o meu conhecimento — eu sou advogada, eu entendo de leis, e nós advogados hoje em dia, como estamos em todos os segmentos das profissões, estamos segmentados. Eu faço Direito de Família, eu posso dizer que se alguém quiser se divorciar eu tenho capacidade de ajudar a trabalhar no direito de família, mas eu não saberia, no Direito Tributário, eu não saberia como lidar com um problema em outro segmento. E os médicos estão, assim, estão também como nós, porque os médicos, vocês sabem disso, eles têm vários segmentos na Medicina e os poucos médicos que estão se manifestando, são médicos que estão alertando com esse problema do que pode vir a ser as consequências da vacina.

Então, eu queria pedir pela responsabilidade dos deputados que estão aqui, que sabem que como o STF deu para cada Estado do Brasil a responsabilidade de vocês, vocês representam os rondonienses. Vocês representam as pessoas que deram o voto, está nas costas de vocês esse risco que essa vacina — eu sou a favor da vacina —, só que essa Pfizer, a Moderna, a Johnson, a vacina da China que eu esqueci o nome, porque eu estou nervosa, elas não representam o instituto vacina, porque elas estão em fase experimental como falaram aqui. Só no ano que vem é que esse experimento dessas vacinas que nós estamos sendo incentivados a tomar, só em 2023 é que vai haver o resultado das consequências. E o que mais — nós estamos aqui a maioria de grupos de direita —, o que nos amedronta é porque as mídias sociais, a imprensa, ninguém conta os relatos que nós temos nos grupos. Porque nós temos grupos de vítimas de vacinas, que todo dia é gente morrendo, é gente tendo problemas, consequências logo após a vacina. Eu não estou querendo falar isso para assustar de tomar a vacina, porque eu tenho a maioria, 90% da minha família tomou, então eu estou torcendo para que as vacinas deem certo.

Só que eu acho que vocês, em nome de um princípio que tem na Justiça — que não é uma lei, é um princípio —, nós temos 11 Ministros no STF, porque existe um princípio na Justiça, se empatar, em nome da liberdade, vamos supor, do réu, ele tem que ser solto. Se tiver 10 Ministros, 5 forem a favor que ele fique preso e 5 forem contra, o preso tem que ser inocentado, porque existem 11. Tem um princípio que, na dúvida, vamos liberar, porque a liberdade é um dos direitos mais consagrados. Acho que é o segundo em relação à vida. É

a vida e a liberdade. Então, vocês estão com esse princípio nas mãos. Vocês, deputados de Rondônia, vocês estão com essa responsabilidade entre obrigar uma criança, uma pessoa a tomar a vacina e deixar que ela decida. Vocês são médicos, vocês têm esse conhecimento? Porque nós aqui estamos com essa camiseta — eu queria ter comprado uma, queria ter reservado, porque eu queria dizer isso —, eu sou sim favorável à vacina, só que eu estou com medo. Eu acho que vocês têm que respeitar esses médicos. Vieram três médicos cientistas aqui que estudaram e que estão também dizendo, alertando dos problemas.o:

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Um minuto para concluir.

A SRA. VANESSA DE ANDRADE CATUNDA – Então, em nome desse sentimento de dúvida, que eu apelo a vocês. A minha filha ela tem uma doença autoimune. Ela demorou 5 anos para descobrir que tinha essa doença. Isso porque nós temos Unimed, graças a Deus uma condição boa. Existe, nos médicos que tratam de doença autoimune, a metade, muitos deles falam: “não, entra primeiro na fila, vocês têm que tomar, pode tomar.” Existem médicos de doença autoimune que dizem: “se a sua filha tomar, ela vai morrer”. Então, a minha filha não tomou, porque ela está ouvindo aqueles médicos.

Então, gente, em nome da Medicina, da Ciência e da dúvida desses médicos é que eu acho que os políticos que são conscientes, que são responsáveis não devem obrigar a pessoa.

Então é aquela coisa: oferecer a vacina e nós todos termos essa consciência, porque quando você faz um passaporte de vacina, você obriga, porque a pessoa não pode entrar no Fórum, não pode viajar. Então, você está dando uma sentença. Você como deputado, representante do povo, você está guardando para si uma responsabilidade que é muito grande, que eu não tenho.

Eu não tive coragem de falar para os meus parentes não tomarem, por que quem sou eu? Se eles não tomarem aquela vacina que a gente está com medo, pode servir para eles, entendeu? Só que eu tenho o direito de não tomar. Eu tive, depois de muito tempo, agora, assim, 3 meses. Meu filho é delegado em Brasília, tem 40 anos, é um menino inteligente, tomou a primeira dose e, depois de muitos meses, eu falei “meu filho, não toma a segunda pelo que eu estou com receio.”. E a minha filha tem essa doença autoimune e eu estou respeitando os médicos dela.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Conclua, Dra. Vanessa.

A SRA. VANESSA DE ANDRADE CATUNDA – É isso que eu peço a vocês. Muito obrigada. Em nome de todos os grupos de direita também, que vão respeitar, vão levar, vão prestigiar essa responsabilidade de vocês, porque nós vamos, sim.

Eu falo “nós vamos saber quem apoiou esse nosso pleito, dessa liberdade que a gente tem de escolher, de estar na dúvida.”. A gente não é contra a vacina. A gente só está na dúvida e quer aguardar um pouco mais. Então, que Rondônia seja um Estado que demore mais um pouco para ver as consequências para, depois, se a gente vir que dá certo, a

gente poder incentivar. Por enquanto, acho que deve deixar a liberdade de cada um. Muito obrigada.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Com a palavra, Pastor Neemias Bizon, Igreja Missionária Unida.

O SR. NEEMIAS BIZON – Boa tarde. Obrigado, Deputado Jair Montes, pelo convite. Em nome do Deputado eu quero cumprimentar a todos os Deputados na Mesa. Em nome do Secretário Adjunto, Nélcio, cumprimentar os demais membros da Mesa. Em nome do meu amigo Pastor Josinélio, cumprimentar a todos aqui no plenário. Quero parabenizar o Deputado Jair Montes por esta iniciativa. Eu acho muito importante a gente poder debater este tema que é tão polêmico.

Nós temos, pelo menos boa parte da sociedade tem sentido a sua liberdade invadida. O cerceamento do direito de poder escolher o que quer. Eu acho isso muito perigoso. Hoje te tomam algo que parece pequeno, amanhã te tomam uma porção maior dos seus direitos. Eu sou evangélico, sou pastor, assim como o Deputado Jair Montes. Eu sei que o Deputado Jair Montes não trabalha no sábado. Eu trabalho. Eu o respeito porque ele não trabalha no sábado e eu gostaria que ele me respeitasse porque eu trabalho no sábado. O Testemunha de Jeová não doa sangue. Eu sou doador de sangue. Eu acho que doar sangue salva vidas, mas a concepção do Testemunha de Jeová é diferente, e eu quero respeitar liberdade individual do Testemunha de Jeová. Eu acho um absurdo quando eu tomo vacina e quero impor que todos tomem. Nós não vivemos em um País ditatorial, nós vivemos em um País democrático onde as pessoas têm liberdades garantidas pela Constituição Federal. E nós não podemos ser obrigados, o artigo 15 da Constituição nos garante, nós não podemos ser obrigados a procedimentos médicos. Não podemos. Eu tenho a liberdade de escolher ou não o procedimento.

Então assim, eu não acho que o Josinélio, que não tomou vacina, me cause algum dano. Eu não tenho medo de estar com ele, estar com qualquer pessoa que não tomou vacina. Então assim, as camisetas aqui propositais: “Vacina, sim.” Tomem vacina, agora não imponha aos outros que tomem as vacinas.

Minhas palavras são essas. Eu só quero fazer um elogio aqui ao estilista do Deputado Eyder Brasil. Deputado, eu estou achando as suas vestes bem parecidas com um nobre amigo nosso conhecido nacionalmente, dono das lojas Havan, só mudou um pouco a cor. Parabéns, mas está mais elegante que o Luciano, com certeza.

E eu queria pedir encarecidamente aos Deputados Jair Montes e Eyder Brasil, parabenizando por ter ficado até o final, também o Deputado Adelino que deve ter ido tomar água ou ido ao banheiro, que também permaneceu até agora, não nos furem, não roubem de nós um direito que foi conquistado com tanto custo. Não entrem nas nossas liberdades individuais. Deixem o cidadão escolher o que é melhor para a sua vida, para a sua família, como impor a educação dos filhos, empurrar de goela abaixo nas famílias.

Então, vamos respeitar as liberdades individuais de todos. E parabéns a todos que permaneceram até agora.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado, Pastor Neemias. Só deixar aqui que o Deputado Eyder, a roupa é parecida, mas a conta bancária do Deputado Eyder é maior do que do Hang. Isso não tem nem problema.

Com a palavra a senhorita Raiane Sampaio, estudante de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Rondônia – Unir. Importante os jovens também se manifestarem.

A SRA. RAIANE SAMPAIO – Boa tarde. Eu, primeiro queria comentar que no início da Audiência eu fui comentar que o pessoal estava reclamando que não estava conseguindo fazer os comentários lá no Youtube e parece que no Facebook também. E aí eu tive a resposta que “nem adianta reclamar, que é ordem da Casa.”

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Saiu daqui a resposta?

A SRA. RAIANE SAMPAIO – Foi daqui a resposta. Bem no início da Audiência.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Um absurdo.

A SRA. RAIANE SAMPAIO – Então assim, engraçado que está lá no Instagram mesmo, a postagem da Assembleia de que é uma democracia, pedindo para que participasse. E falaram assim também, questão que era ordem da Casa e porque teriam muitos xingamentos. Tá, e daí se teria xingamentos? Existem pessoas que até criam perfil fake porque não têm coragem de mostrar a sua cara para falar sua opinião. Então, tem outras pessoas lá que estão participando, que não puderam estar presentes, mas, com certeza estão no trabalho ou algum outro lugar ou até mesmo pessoas que não estão, no momento, no Estado e estão assistindo a transmissão e poderiam estar com respostas sérias lá fazendo a sua parte, enfim.

Agora eu vou falar um pouco de um texto que eu fiz aqui mesmo. Eu escrevi para não sair muitas falas. Eu coloquei assim: as pessoas a favor do passaporte geralmente a exclusão e dizem que respeitam as diferenças, excluir pessoas. Mas elas são a favor do passaporte sanitário, que nada mais é do que uma exclusão de pessoas da sociedade, uma vez que essas pessoas excluídas não poderão trabalhar, estudar, ter lazer e demais necessidades básicas de todo ser humano. Eu fico pensando o que irão fazer aos que não se sentem coagidos, porque o objetivo desse passaporte e das campanhas de vacinas que, melhor dizendo, terapia genética, como nós vimos claramente que se trata de uma terapia genética, mostrados aqui nos slides dos médicos, é coagir as pessoas a injetar um experimento, ao qual ninguém irá se responsabilizar e que, lembramos, só vai terminar em 2023, a maioria, o único é o CoronaVac, se eu não me engano, que é em 2022.

Então, é querer intimidar as pessoas passando por cima das leis, porque desde que começou esta pandemia, um decreto vale mais do que uma lei. Se fosse tão perigoso ficar perto de uma pessoa doente, até me desculpem, mas os médicos não atenderiam ninguém, porque é um perigo. Eles também são pessoas, também pegam doenças.

Algumas pessoas querem comparar a febre aftosa com a Covid. Também já tem muitos comentários sobre isso, não é? A gente sabe que nós, humanos, não somos como o gado, não é? Nós temos necessidades diferentes de um animal. A gente não só come e bebe... (vou até abreviar, não vou falar as outras coisas não). Mas vocês sabem, as necessidades básicas de um ser humano e também as de um gado, não é? A gente não fica dentro de um cercadinho como um gado. A gente tem muitas outras necessidades de consumo. A gente precisa viajar. O gado, se ele sair do cercadinho dele, lá, no máximo, ele vai para um outro cercadinho ou ele vai para o abate. Então, toda essa medida de coação é para tirar o direito de vida.

Por fim, eu gostaria de deixar algumas reflexões porque uma delas é por que o gado livre de febre aftosa remunera melhor? E outra: será que vamos ser os novos judeus da história? Será que nós vamos ter um novo holocausto? Vamos escravizar essas pessoas que se sentem coagidas? Colocar os não vacinados para trabalhar para os vacinados? Talvez essas coisas assim, como no passado, não há nojo. Porque se lembrarmos bem, os brancos escravizavam os negros e diziam que tinham um preconceito, etc., um nojo, digamos assim, deles. Mas, no caso, para comer a comida que eles faziam, estava tudo bem. Para ter filhos, para estuprar as negras — a gente sabe que teve essas coisas —, tudo bem, não tinha preconceito com aquela pessoa.

Então, vamos lá. Eu coloquei aqui também, será que vamos normalizar o mal súbito? Porque a gente vê que está tendo muito mal súbito depois das vacinas e, principalmente, em jovens. E as pessoas não querem dizer que foi da vacina. Ou fazer um estudo. Simplesmente acham que é normal as pessoas, ultimamente, estarem tendo mal súbito.

Por último, outra reflexão é: será que vamos regredir no tempo? É isso.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Parabéns. Obrigado pela sua contribuição. Isso é importante, não é? Você ter a juventude se manifestando e a gente precisa muito disso mesmo.

Com a palavra, o Dr. Marcelo Vergoti, Professor da Universidade Federal de Rondônia – Unir. Depois, a senhora Joana Vergoti. (Deve ser esposa, não é? Deve ser, não; é a esposa).

O SR. MARCELO VERGOTI – Eu gostaria de agradecer ao Deputado Jair Montes, por acatar o nosso pedido. Eu represento aqui o Apostolado Jesus das Santas Chagas, de leigos católicos. Obrigado por acatar o nosso pedido. O senhor abriu as portas do seu gabinete e com isso abriu o de todos os gabinetes dos deputados, que nos acolheram muito bem, todos eles. Nós conseguimos agenda até o dia de ontem. Gostaria de cumprimentar aqui o meu Vice-Reitor, somos colegas lá na Universidade Federal, não é? Todos os palestrantes que vieram aqui e os colegas e irmãos protestantes, evangélicos, que também entenderam o mote, a importância do dia de hoje e vieram aqui, também, juntar forças conosco, católicos. Todos os cristãos têm muito receio desse tipo de restrição de liberdade, porque nós somos perseguidos há mais de 2 mil anos.

Então, essa é a palavra chave que foi bradada aqui, várias vezes: liberdade, liberdade, liberdade. Então, você toma vacina se quiser. Eu faço aí um conselho ao colega que foi até embora, que disse que estava com medo da vacina: não tenha, não é? Toma coronaVac, que você morre de Covid (risos). Entendeu? É simples. Toma coronaVac, que você morre de Covid e está bem (risos).

Então, assim, à Covid a gente já está sendo exposto, então não tem problema. Então tome vacina à vontade.

Nossos pais, eu tenho avó negra, acho que todos aqui têm descendentes negros, como já foi dito, estavam presos e escravizados em toda a América e nós saíamos, digo nós, saíamos para florestas desconhecidas em busca de liberdade. E não pensar: eu vou ficar no meu curralzinho aqui na senzala, porque aqui eu estou vivo. Não, eu vou enfrentar os jagunços, os lacaios, uma floresta com monstros e animais peçonhentos e vou buscar a liberdade.

Então, o primeiro direito humano é a liberdade. Nós trocamos a nossa vida pela liberdade. Quarenta milhões de homens e mulheres morreram na Segunda Guerra Mundial. A luta era por liberdade. Porque se nós quiséssemos só manter a nossa vida, o regime nazista teria sido vitorioso. "Não, nós somos mais fortes.". E dissemos o quê? Não, nós vamos enfrentar a morte. Morreremos todos, se for necessário, mas deixaremos as nossas gerações livres. Isso é o que se discute aqui hoje. Eu não estou pedindo um direito. Esse direito já é dado nas nossas leis e constituições. Já é dado. Eu estou aqui em defesa de um direito. Porque se nós não ficarmos atentos, logo vai ter uma estrela amarela no meu peito, me marcando como não vacinado, como já é de alguns colegas aqui, que chegam nos seus setores de trabalho e tem lá uma lista: fulano, beltrano, ciclano não entram. Toda aquela política "não, não vamos constranger nossos alunos, não põe 'reprovado', não, põe 'retido', não põe isso, porque isso aqui vai constranger", você não pode mais colocar uma lista de nota na porta da sala, porque vai constranger, mas uma lista com meu nome dizendo "não vacinado" eu posso constranger e humilhar. Eu posso constranger e humilhar. Por quê? Porque eu quero. Porque a segunda onda dessa pandemia é a pandemia de autoritarismo, de coação do Poder Executivo e do Poder Legislativo, porque aqueles que manipulam as leis vêm com esse autoritarismo. E o deputado sabe do que estou falando. Todos aqui sabem.

Nós estamos acompanhando a instalação de uma ditadura, da decisão monocrática. Eu acordo amanhã e vou baixar um decreto que você não entra no seu setor de trabalho, ou você não pega o ônibus, ou você não entra na igreja, não é? Eu tenho o poder, então eu vou decretar que a partir de amanhã ninguém entra na igreja. É disso que nós estamos falando.

Como disse a colega, tome vacina se você quiser, tome cachaça se você quiser, toma cocaína se você quiser. Podíamos fazer um passaporte, não é? O que vocês acham? Toxicológico. Nossa, ia ser bacana esse aí. Um passaporte toxicológico.

Então, assim, deixemos de conversa mole. A conversa aqui não é sobre vacina, a conversa aqui é sobre liberdade. E como já foi dito aqui, pela minha liberdade, nós abriremos mão da nossa vida. Nós vamos jogar nossa sociedade numa situação de convulsão social. Porque nenhum de nós aqui vai aceitar isso. Nossos avós derramaram o sangue deles por liberdade, e nós temos isso em nossas veias. Não abriremos mão de nossa

liberdade, porque isso é inegociável. Muito obrigado ao Deputado. Muito obrigado a Assembleia Legislativa.

Hoje de manhã nós rezamos o Santo Terço aqui na porta da Assembleia para que vocês sejam homens fortes e iluminados neste momento. Então, assim, viremos mais vezes, se for necessário, e pediremos a intercessão da Santíssima Virgem para que ilumine todos aqui. Católicos e Protestantes. E que Deus abençoe os deputados de Rondônia.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Está precisando mesmo. Obrigado. Por homenagem a nossa Audiência, eu vou deixar a Joana por último, tá, Joana? Faltam só 3, você é a terceira.

Eu vou chamar aqui agora para fazer uso da palavra Osvaldemir Júnior, preparador físico, formado pela Universidade de São Paulo - USP.

O SR. OSVALDEMIR JÚNIOR - Alô. Boa tarde a todos. Eu não ia falar, mas acabei decidindo. Eu, ano passado, participei de uma reunião do Comitê de Combate à Covid, onde a minha classe já estava há 3 meses sem trabalhar, as clínicas de saúde. E fiz questão de falar que sou formado na USP, universidade pública, porque a gente está sofrendo uma censura jamais vista, partindo de professores, principalmente da rede pública. A imprensa, a gente nem precisa comentar.

E a discussão no passado era se a atividade física é essencial ou não. Eu discuti com professores da maior universidade do País, onde eu fui escorraçado. Atividade física é um tratamento precoce, um deles. E ficamos 3 meses como ratos, presos em casa, perdendo nossa força física, consequentemente, força mental, por achismos, coisas novas acontecendo e, principalmente, por covardia. Acho que o melhor adjetivo para o que aconteceu é covardia. E nesse comitê, eu ainda tive que escutar do Secretário de Saúde do Governo Estadual que academia é igual a boteco.

Então, graças a Deus ele falou isso, fui para as redes sociais e, depois de 2, 3 dias ele concedeu uma bondade de 20% das clínicas de trabalharem.

Com o retorno das atividades físicas, a quantidade de gente doente enorme, nossas clínicas até agora estão cheias, não só de doenças do dia a dia, de coluna, mas a gravidade desse tipo de doença acometendo as pessoas que ficaram trancadas tanto tempo, com medo.

E o que eu quero dizer é que a ajuda que esse tipo de histeria está tendo, principalmente das universidades públicas com esse tipo de mentalidade e com o apoio de setores de comunicação e a covardia de pessoas públicas, que podem fazer algo diferente, está levando a acontecer isso aqui.

Muitas pessoas não gostam de política, mas estão se reunindo para estar aqui hoje. Nunca imaginei falar em uma Assembleia Legislativa. Nunca! Até me emociono com isso, porque, não sou ninguém. Mas, a gente chegou em um ponto que não vai dar mais.

Então, dependendo do que for feito, nós vamos nos organizar mais. Tem grupo já organizado há uma década, que sabe fazer isso melhor do que a gente. Mas, a gente vai chegar lá. A gente vai aprender a fazer isso também. E a gente sabe o que está acontecendo, achei que a Assembleia está tendo, principalmente do Judiciário, e a responsabilização, agora,

ninguém fala da responsabilização de quem toma vacina e é acometido por um herpes zoster, um mal súbito. A quantidade de atleta que está tendo mal súbito em jogos, isso não... É até diminuído: “não, passou mal”.

A censura que nós somos de direita conservadores acometidos dentro das redes sociais e quem diz de dentro de uma universidade pública, que eu vivi isso, principalmente em ano de eleição. Então, você falar de boca cheia que a ciência, que a ciência... Então, tudo o que não é da sua opinião é contra a ciência ou é contra a vacina, porque não aceita a ideia contrária.

E agora, a gente, aqui, a grande maioria dos cidadãos que estão aqui, eles compactuam com a não obrigatoriedade da vacina e isso está assustando, principalmente, àqueles iluminados das esferas maiores de, até conhecimento, de universidades públicas, o conhecimento está ali. Pelo menos, era para estar. E nem se falar do alto poder do Judiciário, hoje. Então, estamos nos formando e a gente vai ter mais representantes nossos. Obrigado, Deputado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Parabéns. Que essa tua primeira vez falando na Assembleia que fique aí um convite para ser candidato a deputado. Quem sabe, pode estar aqui, está certo? O Avante está pronto para te receber.

Com a palavra o senhor o Dr. Guilherme Erse, Corregedor-Geral da Assembleia Legislativa de Rondônia.

Hoje nós temos a Joana Vergotti.

O SR. GUILHERME ERSE – Senhor Deputado Jair Montes que preside os trabalhos nesta manhã, e já entrando nesta tarde, em seu nome saúdo todos os componentes da Mesa, em especial os Deputados Eyder e Adelino Follador. Saúdo as pessoas aqui presentes. Muito obrigado. Esta Casa, sem sombra de dúvidas, Deputado Jair, momento em que também cumprimento o Coronel Gregório que também nos prestigia com a sua presença. Muito obrigado.

Esta, hoje, cumpre a sua função, Deputado Jair Montes, e graças a vossa iniciativa, de dar luz a esse tema, esse debate pode estar sendo feito de forma clara, respeitosa, aqui todos estão pontuando as suas ideias, seus pontos de vista. E, felizmente, isso tem ocorrido aqui dessa forma educada e que eu tenho certeza que terá um resultado muito mais eficaz.

A minha fala, Deputado Jair, vem no seguinte sentido: sou formado em 20 anos em Direito e hoje, orgulhosamente, sirvo a esta Casa, na condição de Corregedor-Geral. Neste momento, falo como cidadão, não, propriamente como servidor, haja vista que esta é uma Audiência Pública e agradeço a oportunidade e o espaço.

Me considero uma pessoa privilegiada. Nos meus bancos de faculdade tive o privilégio de ter como professor constitucionalista, o nosso já falecido querido Ex-Desembargador Valter de Oliveira. O professor Valter era um garantista.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Walter Waltenberg. O Valter Oliveira está vivo.

O SR. GUILHERME ERSE – Walter Waltenberg, desculpe. Exatamente, Walter Waltenberg. Me perdoe. O professor Walter

era uma pessoa, um garantista, um ser humano, diria, ímpar, e de um conhecimento realmente plural e que nos alegrava e era um privilégio ter os ensinamentos dele. E ele, não por acaso, ministrava a cadeira de Constitucional. E sempre nos foi dito — ele tinha uma forma carinhosa de se dirigir aos alunos — e ele dizia “meu filhinho, esse livro aqui é a sua bússola, esse é o norte do Direito.” E tem um pedacinho desta Constituição — isso aqui reuniu gente do Brasil inteiro para formatar o seu texto. Isso já foi feito algumas vezes, mas essa nossa última de 88 até que está durando — em que pese muito emendada —, mas tem um pedaço desta Constituição e aqui que eu quero fazer o cerne da minha fala, que é chamado de cláusula pétrea, que significa que nela ninguém mexe, nela ninguém tasca. Os parlamentares atuais, os que se vêm, os que se foram, podem até alterar o texto constitucional, mas não essencialmente, a essência da Constituição, que são as cláusulas pétreas. E aí, quando a gente vai no famoso Capítulo II, “Dos Direitos e Garantias Fundamentais” está lá no começo:

“Artigo 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País (nota) a inviolabilidade do direito à vida (é o primeiro), à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:”. Cláusula pétrea, isso não muda, isso não mexe, isso não se altera. Não pelos representantes que estão aqui, nem nas Assembleias Legislativas, nem nas Câmaras Municipais e nem no Congresso Nacional. Se alguém deseja mudar este texto, chame uma nova Constituinte para o País e mudem o artigo 5º. Até lá esse é o texto que vige e que nos rege.

E aí houve quem aqui — e de forma acertada —, e eu respeito o debate e entendo perfeitamente o momento político pelo qual passa o País, quero desde já dizer que não estou aqui a defender propriamente, neste debate, direita ou esquerda. Me sinto um cidadão com esclarecimento, com posicionamento, tenho minhas posições, minhas convicções pessoais, mas o momento aqui é de se discutir se nós iremos ou não implementar a condição de um cidadão de primeira e de um cidadão de segunda classe. É isso que está sendo debatido aqui hoje.

O artigo 196 da Constituição não é cláusula pétrea, ele não se sobrepõe ao artigo 5º nunca, não com esse texto. E lá ele muito bem diz:

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado (verdade), garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença (...).” Perfeitamente. A União agiu, os Estados agiram. Está aqui o nosso Secretário de Saúde. Os Municípios agiram. Implementaram políticas, aumentaram leitos, compraram vacinas. Isso é o que está dizendo esse texto.

Esse texto não diz “torna-se segunda classe aquele que não se vacinam”. Esse texto não nos obriga a acreditar que quem não foi vacinado não pode participar de um concurso público, entrar em um aeroporto, de uma rodoviária ou de uma loja. Ao meu sentir, pela análise do texto da lei, da nossa Constituição Federal, é um equívoco defender segregação social, defender tergiversamento de compreensão legal quanto à liberdade individual de cada um. Eu particularmente acredito

na vacina. Eu, minha mulher, e meu filho mais velho — que tem 15 anos — somos todos vacinados, e meus irmãos.

Aí vejam, por exemplo, eu ouvi aqui atentamente uma Doutora, colega advogada que nos antecedeu, disse que tem uma filha imunossuprimida. Eu tenho uma tia que tem uma doença chamada artrite reumatoide e para essa doença não dar dor, ela tem que tomar corticoide e o corticoide é um medicamento que abaixa a imunidade das pessoas. E minha tia tomou, por orientação médica, as primeiras duas doses de CoronaVac, porque — não sei explicar, não sou dessa área — mas ela tem um diferencial, um é ativo, outro inativo em relação às demais vacinas. E aí chegou agora a terceira dose. Morrendo de medo se vai tomar, se não vai. Liga para médico, liga para o da alergia, se vai poder, se não vai. As pessoas têm o direito de ter esse receio. As pessoas têm o direito de consultar o seu médico e, com base em ordem médica ou no seu livre convencimento, se vacinarem ou não. Não é por esta razão que eu irei permitir que minha tia, por exemplo — e o que vale para ela, que está próxima de mim, tem que valer para todos —, seja considerada uma cidadã e cidadão de segunda classe, que terão restrições nos seus direitos. Acho isso, francamente, um equívoco. E essa é a minha colaboração ao debate.

Ora, se vacinados infectam e podem se infectar, do que, francamente, diferem estes dos então não vacinados? A gente viu coisas durante esta pandemia, realmente, inusitadas. E quero crer que muitas das medidas adotadas, e não digo isso com ironia, falo de convencimento, muitas das medidas adotadas foram com a finalidade do acerto. Eu não posso acreditar que gestores, pessoas que foram eleitas, pessoas que se dedicam à vida pública, simplesmente, ao se doarem ao público, façam coisas para prejudicar as pessoas as quais estão lá para representar. Mas, com decisões, por exemplo, do Supremo, que liberou Estados e municípios a legislar e procederem com ordenamentos jurídicos a título da pandemia, da sua contenção social, etc. Acredito na má-fé da decisão? Claro que não. Mas qual foi a prática disso? A gente teve pesos e medidas distintas País afora. Aqui mesmo em Rondônia você tinha município com *lockdown* completo, você tinha município que só eventos proibidos, você tinha municípios que podia tudo, você tinha município que não podia nada. Na cabeça de um cidadão, a pessoa compreender isso e estar com a norma ali no bolso era uma coisa impossível, porque todo dia se pariam decretos e regramentos a toque de caixa que era impossível até para quem acompanha a vida do Direito, acompanhar isso.

Aeroporto. Para você ir ao aeroporto é uma fila, é máscara, é uma coisa, para depois entrar todo mundo dentro de um avião, igual lata de sardinha, um do lado do outro.

Comércio. Eu lamento muito 600 mil mortes no Brasil, os nossos 6 mil rondonienses que nos deixaram. Eu tenho muitos amigos próximos, tios, pessoas queridas, pessoas muito próximas até da minha família, que se foram. É uma pandemia, uma coisa que pegou o mundo de um jeito nunca visto antes nesse tempo moderno.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Um minuto para concluir.

O SR. GUILHERME ERSE – Estou concluindo, Presidente Deputado Jair, que preside aqui os nossos trabalhos.

Mas eu também lamento as milhares de pessoas que perderam os seus empregos, que tiveram as suas possibilidades de trabalhar aviltada, afastada, que não puderam por comida na mesa para seus filhos. Isso foi uma lástima, uma dor de igual forma, porque só um pai e uma mãe que não conseguem cumprir o seu mister de criar sua família sabe a dor que é isso. Pessoas sendo presas porque caminhavam em praça pública. Uns desatinos que, francamente não consigo compreender. E o que me leva a crer que há sim, um movimento financeiro, um interesse imenso por trás de tudo isso e isso não me sai da cabeça e precisa também estar em cima da mesa para que a gente sempre avalie.

De forma que, deputados aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores, vacina sim, por óbvio creio, acredito que diminuiu números, acredito que ajudou na imunização, mas se eu defendo a vacina, eu também defendo a liberdade. Muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Eu tenho aqui agora da lista a última participante, depois nós temos o Deputado Eyder Brasil e nós vamos encerrar a nossa Audiência.

Em nome da Joana Vergotti, eu quero cumprimentar todas aquelas pessoas que me procuraram no gabinete. Não tenho como nominar todas, mas se sintam homenageadas e também parabenizadas pela Joana, que foi a primeira pessoa que eu tive contato, acho que via WhatsApp, da questão desta Audiência que está sendo um sucesso. E eu quero aqui agradecer você Joana e em seu nome todos que vieram comigo, foram comigo. Que nós saíamos desta Audiência melhores do que quando chegamos, mais esclarecidos e que possamos fazer história para o nosso Estado, para o nosso País. Esse é o nosso maior desejo. O homem público, quando ele é investido, ele tem que ouvir a população.

E, com certeza, nós temos uma lei já preparada pelo Deputado Eyder Brasil, que nós também vamos dar uma revisada junto com ele, com toda humildade, Deputado Eyder, para que possamos na terça-feira, apresentar esta lei na Assembleia Legislativa, para que possamos chegar na tão harmonia que o Estado de Rondônia precisa com as instituições, com respeito ao cidadão. E que possamos trazer para nós a responsabilidade daquilo que o povo nos confiou e fazer o regramento da lei para que o Estado possa cumpri-la a partir da votação e também da sanção do Governador Marcos Rocha.

Então, com a palavra, Joana Vergotti.

A SRA. JOANA VERGOTTI – Obrigada, Deputado Jair Montes. Eu quero agradecer ter nos aceitado e ter nos recebido aqui na Casa de Leis. Quero cumprimentar toda a Mesa. Quero agradecer, principalmente, a presença da Doutora Flávia Lenzi, muito importante nesse debate, onde ela teve toda essa articulação junto com o Doutor Hermes. A presença do Doutor Hiran. Nós pedimos a presença de médicos do Estado de Rondônia, pessoas que conhecem a causa, que conhecem as pessoas, que conhecem a nossa realidade.

Eu sou Joana, sou funcionária pública. Hoje eu não fui ao trabalho, bem justificado. Sou católica apostólica romana. Pertencço ao grupo um Centro de Leigos Católicos Jesus das Santas Chagas, onde nós estamos nos reunindo para defender a nossa fé, mas, principalmente, para defender a nossa

liberdade. Quero cumprimentar também a presença dos pastores da Assembleia de Deus e das demais entidades presentes aqui neste debate.

A pergunta é: o passaporte sanitário está ou não está instalado no Estado de Rondônia? Nós sabemos que sim. A Prefeitura Municipal de Rondônia, através do seu prefeito, decretou que ninguém tem acesso se não estiver vacinado. O Ministério Público do Estado de Rondônia o fez também. E o Tribunal de Justiça também. E para a minha surpresa, eu fui cerceada no meu direito de exercer as minhas atividades na minha Paróquia. E eu gostaria de ler para vocês o que é que o nosso Bispo Dom Roque, que eu respeito muito a sua autoridade, disse num documento emitido no dia 27 de outubro de 2021: "Não sejam admitidos para desenvolver o ministério em nossas comunidades catequistas, ministros da comunhão e da palavra, padres, diáconos, coordenadores de pastorais, movimentos, serviço em comunidades e demais agentes de pastoral que não estejam em dia com a vacinação contra a Covid-19. Ao menos com a segunda dose ou dose única e a terceira dose, quando for possível."

Diante disso, eu tive de deixar de exercer as minhas atividades na minha paróquia, assim como o meu esposo, que é ministro na Catedral Sagrado Coração de Jesus. E aí eu me pergunto: por que é que eu tenho que me vacinar? Eu tive contato direto com duas pessoas que tiveram Covid-19. O Marcelo ficou em estado grave, está aqui presente, eu cuidei dele sem máscara, dentro de casa; e cuidei do meu irmão que estava hospitalizado numa UTI, na Unimed, que fez uma craniotomia. Ele vomitou sangue em cima de mim com Covid. Eu peguei Covid? Não, eu não peguei Covid. Eu fiz todos os exames. Por que uma pessoa que não pegou Covid tem que tomar a vacina da Covid? Sabe por quê? Porque a questão aqui não é vacina. A questão aqui não é saúde pública. A questão aqui é controle social. E me desculpe, Dr. Juliano Cedaro, Vice-Reitor da Universidade Federal, nós não estamos numa época de criar guetos. Nós não estamos numa fase de criar essa segregação. E eu espero que esta Casa de Leis faça o seu papel. Porque vacinas, sim. Liberdade individual, sempre. E viva Cristo Rei!

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado, Joana.

Com a palavra, o Excelentíssimo Senhor Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL – Boa tarde a todos. Boa tarde, meu Presidente, que ora dirige o trabalho nesta Audiência. Parabéns pela iniciativa, pela propositura. Boa tarde a todos os presentes, Secretários, Vice-Reitor, a Daiane, Presidente; Dra. Flávia Lenzi, Presidente do Simero; o Coronel Gregório, hoje na Agevisa; meu amigo da Sejus, todos os presentes aqui que ficaram até este momento. A imprensa, que nos acompanha nas redes sociais, também.

Dizer que não quero me alongar, até mesmo pelo adiantado da hora, mas eu fiz algumas anotações durante as falas, e aqui eu quero pontuar o Vice-Reitor, o Dr. José Juliano, quando ele falou sobre a vacina da febre amarela, quando este Estado ainda estava na sua criação, estava recebendo muitas pessoas vindas de fora para colonizar, para criar o Estado de Rondônia. E aí nós falamos de uma vacina, como já foi

falado aqui também, eu anotei, então, vou falar. Que era uma vacina já experimentada, já era experimentada. Não era um experimento ainda em análise. E aqui a Secretária de Saúde, também, a enfermeira Milena, do Município de Ariquemes, que também falou sobre vacinas, ninguém aqui está colocando em dúvida a eficácia das vacinas, porque essas, a OMS já disse que são vacinas. Já foram testadas, já foram pesquisadas, já foram estudadas. E o que nós temos hoje — fala da Dra. Giovanna Lara —, é uma terapia genética, não é? Acho que foi isso que ela falou. Eu até gravei esse nome. É uma terapia genética. O que a própria Doutora em Ciência e Tecnologia Nuclear, Dra. Juliana, falou aqui e nós fizemos questão de anotar. E aí, foi citado também, pelo Vice-Reitor, se o senhor se recorda, Dr. Juliano, a questão do capacete e do cinto de segurança. E aí, na história da humanidade, eu não lembro, quantas pessoas tiveram sequelas por usar o cinto de segurança ou capacete? Coloquei o capacete, e aí, eu tive sequelas. Porque o capacete e o cinto, a qualquer momento eu posso tirar do meu corpo. A vacina, uma vez injetada no meu corpo, eu não posso mais tirar. Então, é uma diferença gritante a respeito dos dois exemplos que o senhor citou. São dois acessórios, são dois equipamentos de segurança, que a qualquer momento, ao bel prazer do usuário, ele pode retirar, e isso não vai ter consequência nenhuma para a sua vida.

Então, assim, e aí, outra coisa que foi falada pela Secretária de Ariquemes é a questão da quantidade de vítimas de Covid que está voltando a se agravar. Mas aí nós fizemos um Requerimento, fruto de uma primeira reunião com partes dessas pessoas que estão aqui ainda, questionando, Secretário Nélio, quantos óbitos aconteceram de 2019 para cá, para nós fazermos uma comparação. Quantos adolescentes, quantas pessoas de 15, de 16 a 20, a 25 anos morreram por morte súbita, por problemas cardíacos. Quantas dessas pessoas já estavam vacinadas com a primeira e segunda dose?

E mesmo com todas essas falas, eu não quero entrar aqui no mérito da vacina ser eficaz ou não. Eu falo sempre, desde quando apresentei o Projeto de Lei proibindo o passaporte sanitário no Estado de Rondônia, que eu não sou contra a vacina. Eu tomei as duas doses da Pfizer. Nos dois eventos eu tive reação por mais de 24 horas. O que nós defendemos aqui é o não acontecimento de uma segmentação, de um novo *apartheid*. Como muito bem falou o Dr. Guilherme Erse, é dividir os rondonienses em grupo A, em classe A e classe B. É o que também não queremos.

E aí eu faço uma recordação de todo esse período de pandemia. Nós apresentamos aqui nesta Casa um Projeto de Lei que estabelece que toda atividade, todo trabalho era lícito; o churrasquinho do Gomes e da Sofia é lícito, porque provém o alimento da família deles; o espetinho da beira da rua, a bomboniere, o café, a lanchonete, a barbearia são trabalhos lícitos. E quando o artigo 196 fala que o Estado tem que fazer a saúde pública, as políticas de saúde pública, correto. Mas o que nós vimos é que não foi combatida a doença. Estavam sendo combatidas as pessoas. E mais uma vez o Guilherme falou e leu um trecho do artigo 196, e o artigo 196 continua, fala do Carlos Cezar, ele obriga o Estado a dar acesso igualitário e universal. E hoje tem rondonienses que não estão conseguindo ter as suas cirurgias eletivas, Deputado Jair Montes, aqueles que não tiveram sido vacinados.

Recebi, ontem, um áudio de uma mulher de Seringueiras, ela disse: "Deputado, o rapaz tem que fazer uma cirurgia, mas ele não foi vacinado, ele não quer vacinar, então ele não vai poder fazer a cirurgia, olha só a ignorância dele não se vacinar". Liberdade, gente! Isso é liberdade. Mas neste caso, isso é tolher, cortar, tirar a liberdade das pessoas. O nosso Projeto de Lei é contra isso. Ele proíbe isso. O Tribunal de Justiça não vai dar acesso às pessoas que não tiverem sido vacinadas; o Ministério Público não vai dar acesso às pessoas que não tiverem sido vacinadas; a Prefeitura de Porto Velho vai exonerar, vai demitir os funcionários que não quiserem se vacinar.

Então, a gente não pode, Deputado Jair Montes, nem esta Casa pode permitir que isso aconteça no Estado de Rondônia.

A Secretária Milena já foi embora, e aí eu queria perguntar quais foram os resultados. Ariquemes foi o primeiro município a decretar o passaporte sanitário. E o que foi que aconteceu de diferente? E lá os casos, como ela falou, estão subindo. Qual a eficácia desse passaporte, a não ser a discriminação e o constrangimento às pessoas, ao nosso povo rondoniense? Então não dá para entender.

Então o nosso posicionamento é esse. Agradeço a todas as pessoas que estiveram aqui até agora. E a nossa luta não é contra a vacina, mas é em prol da nossa liberdade. Obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Obrigado, Deputado Eyder Brasil. Nós vamos, então, fazer o encerramento da nossa Audiência Pública. Desde já, agradecer e parabenizar todos. Muito obrigado. Muito obrigado mesmo. Vocês contribuíram e muito para que nós possamos, de maneira sábia e com orientação de Deus, ouvindo vocês, e semana que vem, com fé em Deus, sentar com os deputados, apresentar a Lei, Deputado Eyder Brasil, para que nós possamos colocar a harmonia de que tanto precisamos, e tirar, também, esse grande temor.

Eu fiz até uma pergunta para a Daiane, que é policial penal. A Daiane é Presidente do Sindicato dos Policiais Penais. E eu perguntei: "Daiane, todos os presos de Rondônia foram vacinados?", ela falou: "Deputado, nem todos". Então, se for fazer o passaporte, quem for para a cadeia e não tiver vacina, vai ter que ir para casa, porque não vai poder adentrar no presídio, não é isso?

Então, assim, nós temos muitas coisas que ficam meio que forçadas, uma coisa muito forçada.

Temos que vacinar? Quem quer vacinar tem que vacinar, quem não quer vacinar nós não podemos obrigar a vacinar. E o doutor, como outros falaram aqui, e foram muito felizes, se eu tenho um cidadão que está vacinado, eu estou vacinado e eu tenho o Nélio que não está vacinado, quem tem que ter medo é ele que não está vacinado, não eu que estou vacinado, não é isso?

Então, por quê? Eu lembro que eu comecei e eu me lembro que vinha, em 2019, eu vinha de Vilhena e ali eu estava ouvindo o rádio, cheguei em Jaru e eu ouvi que nós tínhamos o primeiro caso — acho que foi 2019 ou foi início de 2020 —, nós tivemos o primeiro caso de um cidadão que foi para a Itália, retornou ao Brasil, de São Paulo, um casal e estava com suspeita de corona. E naquele momento eu liguei, eu fiz um vídeo em Jaru, mandei para as redes sociais e depois eu liguei para o Secretário Fernando Máximo e falei: "Secretário, o que o Estado está fazendo para se preparar? Porque vai chegar". Que hoje o

mundo globalizado, pega um avião aqui, vai para lá, vai chegar a Rondônia. "Deputado, nós temos já treinando, já estamos trabalhando para enfrentar essa Covid". E ali aconteceu.

Eu fazia todo dia vídeo, eu cheguei a fazer 1.000 vídeos em um ano, 1.000 vídeos a gente fez. Depois eu parei, porque muitos amigos meus que tinham 70, 80 anos falaram "Deputado para, porque todo dia que o senhor faz vídeo e fala em mortes eu acho que vou morrer no outro dia.". Aí eu parei. Parei, mas ficou. A gente ficou muito forte nas redes sociais na questão dos vídeos que nós fazíamos, na questão da cobrança da vacina.

E nós tivemos o primeiro pico muito forte no Brasil, e nós imaginávamos que aquele pico não tinha mais forte que ele. Engano nosso. Quando o segundo veio, foi pior. Não é isso, Nélio? O segundo pico que veio foi pior e depois veio baixando. E aí veio essa dúvida, foi vacina ou foi a chamada imunidade de rebanho? Veio a grande dúvida. Porque tem pessoas, eu conheço, que não vacinaram e conviveram com pessoas que tiveram, que teve e têm ainda pessoas infectadas em casa e pessoas que não vacinaram, não tomaram a vacina, nem pegaram a infecção, não pegaram Covid. E muitos que não aguentaram, vieram a óbito mesmo.

E agora nós estamos notando, eu estava em Manaus ontem, nós fomos convidados, fizemos aqui uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Energisa e fomos convidados para também participar da CPI da Amazonas Energia de Manaus. E fomos lá contribuir naquilo que nós fizemos em Rondônia. E já tem lá, também, aquilo que foi proposto por vocês, o passaporte sanitário. Já querem que eu retorne lá, depois da Audiência, para saber como é que foi aqui, porque lá é a mesma coisa.

O cidadão tem que ter o livre arbítrio. Ele tem que decidir o que ele quer, é dele, é dele. Eu fico muito feliz porque a gente vai fazer parte — Deputado Eyder, Deputado Adelino Follador ainda está aí? Nós vamos fazer parte da história. Da história de uma Rondônia, da história de um Brasil e quem sabe do mundo e que nós possamos colocar isso. O maior exemplo é no céu, no céu quando Lúcifer estava habitando no céu, Deus deu para ele livre arbítrio. Ele escolheu trair, escolheu trair. Então, quando foi criado o homem e a mulher, no Jardim do Éden, Deus deu para Adão e Eva o livre arbítrio. "Aqui tem o fruto — que o pessoal fala da maçã —, mas aqui tem a árvore do fruto da vida e da morte você não coma, porque no dia que comer vocês vão morrer". Mas Adão e Eva, um dia foram lá e o que fizeram? Desobedeceram. Então, o livre arbítrio. Deus podia muito bem ser tirano e não foi.

Então, a mesma coisa somos nós hoje. Nós temos o livre arbítrio. Eu tenho a vacina, eu decido se eu quero vacinar ou não quero vacinar. É uma escolha minha.

Agora, a questão de as pessoas imputarem que se eu não vacinar eu não posso adentrar nem na Assembleia, que eu fui eleito pelo povo, aí tem uma coisa errada. Aí tem uma coisa errada. Correto?

Muito obrigado a todos vocês, que Deus nos abençoe. Semana que vem nós vamos disponibilizar o link para vocês, nós vamos também, já informar, se vamos votar na terça-feira, Deputado Eyder. Mas, vamos trabalhar para votar na terça-feira essa lei para que possamos dar esse passo grandioso e pedir a colaboração do Governador Marcos Rocha. Eu tenho a certeza que ele também é a favor, porque ele deixou bem claro na Polícia Militar que não ia obrigar ninguém se

vacinar, e as pessoas que não se vacinarem poderiam exercer suas atividades como policial militar. Isso eu vi em um vídeo que o Governador falou na Polícia Militar. E quando a gente ficou abismado quando o Secretário da Sejus fez uma Portaria dizendo que o servidor não poderia adentrar nas dependências do presídio, muito menos na Secretaria, se não tivesse vacina. Aí eu perguntei, "quem é maior, o Secretário ou o Governador"? O Governador é eleito pelo povo, o Secretário é indicado pelo Governador. E foi o momento que o Secretário rasgou a Portaria. Hoje todo mundo faz Portaria como se fosse muito maior que uma Lei, faz Decreto como se fosse maior que uma Lei.

Quem manda é a Casa, quem manda é a Assembleia e quando o fizer, o Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Governo do Estado terão que respeitar esta Casa. Se achar que é inconstitucional procure a Justiça, o Judiciário, mas enquanto for lei vai ter que ser cumprida. Está certo?

E no mais, muito obrigado a todos. Invocando a proteção de Deus e em nome do povo de Rondônia, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva, agradecemos a presença de todos que acompanharam esta ilustre solenidade e declaro encerrada a presente Audiência Pública. Desejamos a todos uma excelente tarde, que Deus os abençoe.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 15 horas e 08 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 692/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 16/11/2021 a 17/11/2021 ao servidor relacionado, que, via transporte terrestre de Nova Brasilândia/RO a Porto Velho/RO, transmitiu demandas atinentes aos municípios de São Miguel do Guaporé e Nova Brasilândia, acompanhou o Presidente da Câmara do DER/SEJUCEL, além de ter participado de reunião com o Deputado Estadual Jean Oliveira e na Escola do Legislativo sobre cursos para atender Nova Brasilândia no início do ano de 2022, conforme Processo nº 41403/2021-e.

Matricula 200170059
Nome Aparecido Alves dos Santos
Cargo Assessor Técnico
Lotação Dep. Jean Oliveira

Porto Velho - RO, 18 de Novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 693/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 17/11/2021 a 19/11/2021 ao servidor relacionado, que irá via transporte terrestre de Ji-Paraná/RO a Porto Velho/RO, acompanhar o Deputado Estadual Laerte Gomes para cumprir agenda institucional, conforme Processo nº 41390/2021-e.

Matricula 200168029
Nome Danilo Lopes Nunes
Cargo Assessor Militar Especial
Lotação Sec. de Seg. Institucional

Porto Velho - RO, 18 de Novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 694/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 18/11/2021 a 19/11/2021 à servidora relacionada, que irá via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Pimenta Bueno e Parecis/RO, assessorar o Deputado Estadual Chiquinho da EMATER nas reuniões com fotos e vídeos, além de acompanhar as emendas parlamentares, conforme Processo nº 41381/2021-e.

Matricula 200165768
Nome Andrea Ferreira da Silva
Cargo Assist. Esp. de Gab.
Lotação Dep. Chiquinho da EMATER

Porto Velho - RO, 18 de Novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 695/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 18/11/2021 a 19/11/2021 ao servidor relacionado, que irá via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Pimenta Bueno e Parecis/RO, conduzir veículo para o Deputado Estadual Chiquinho da EMATER, conforme Processo nº 41381/2021-e.

Matricula 200165767
Nome Julio Cesar Teixeira Lemos
Cargo Assessor Esp. de Gab.
Lotação Dep. Chiquinho da EMATER

Porto Velho - RO, 18 de Novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 696/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 23/11/2021 a 27/11/2021, ao Deputado Estadual Jair de Figueiredo Monte, matrícula nº 200165398, que irá via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Campo Grande/MS, a convite, participar da 24ª Conferência da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais - UNALE, conforme Processo nº 41420/2021-e.

Porto Velho - RO, 18 de Novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 697/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 23/11/2021 a 27/11/2021, ao servidor relacionado, que irá via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Campo Grande/MS, acompanhar o Deputado Estadual Jair Montes na 24ª Conferência da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais - UNALE, conforme Processo nº 41420/2021-e.

Matricula 200168409
Nome Jose Uilson Guimaraes de Souza
Cargo Assessor Parlamentar
Lotação Gab. Dep. Jair Montes

Porto Velho - RO, 18 de Novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 698/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 23/11/2021 a 26/11/2021, ao Deputado Estadual Jean Carlos Scheffer Oliveira, matrícula nº 200152616, que irá via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Campo Grande/MS, participar da 24ª Conferência da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais - UNALE, conforme Processo nº 41438/2021-e.

Porto Velho - RO, 18 de Novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

ATO Nº P 49/2021-LEG/ALE

Convoca Sessão Extraordinária para as 19 horas do dia 22 de novembro de 2021.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO, uso de suas atribuições regimentais e, com fulcro no que dispõe o § 6º do artigo 2º e § 1º do artigo 111, todos do Regimento Interno,

R E S O L V E:

Art. 1º Convocar Sessão Extraordinária para as 19 horas do dia 22 de novembro do corrente ano, para leitura e deliberação das matérias constantes da Ordem do Dia.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 19 de novembro de 2021.

Deputado Alex Redano
Presidente – ALE/RO